

ANAIOS DOS EVENTOS

X SEMINÁRIO DE MOBILIDADE HUMANA

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES E DIÁSPORAS AFRICANAS

17 E 18 DE SETEMBRO
DE 2015





BASTILELE MALOMALO & FRANCISCO VÍTOR MACÊDO PEREIRA

(Orgs.)

ANAIS DOS EVENTOS:

IX SEMINÁRIO DE MOBILIDADE HUMANA

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES E DIÁSPORAS AFRICANAS

17 a 18 de setembro de 2015

UNILAB - Campus da Liberdade, Anfiteatro – REDENÇÃO/CE

V.01, 2015

ISSN: XXXXXXXXX

Redenção - Ceará

Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB

2015



COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo (UNILAB)
Missionária Scalabriniana Irmã Eleia Scariot (MSCS)

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo (UNILAB)
Prof. Dr. Ricadino Jacinto Dumas Teixeira (UNILAB)
Profa. Dra. Jacqueline Freire (UNILAB)
Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira (UNILAB)
Missionária Scalabriniana Irmã Eleia Scariot (MSCS)

COMITÊ CIENTÍFICO

Bas Ílele Malomalo; Ricardino Jacinto Dumas Teixeira; Paolo Parise; Carlos Henrique Lopes; Carlos Subuhana; Jacqueline Freire; Ercílio Langa; Violeta Holanda; Francisco Vítor Macêdo Pereira; Isabel Cristina dos Santos Teixeira; Ivan Maia; Francisca Rosália Silva Menezes; Evaldo Ribeiro; Elisangela André; Franck Ribard.

REALIZAÇÃO

Congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas
Coordenação de Políticas de Ações Afirmativas (PROPAAE/UNILAB)
Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB
Grupo de Pesquisa ELOSS/UNILAB
Grupos de Pesquisa e Estudos Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará/UFC
Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza

APOIO

Escola Superior de Magistratura Federal (ESMAFE/CE)
Instituto de Humanidades e Letras (IHL/UNILAB)
Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)
Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Ceará (NETP/CE)



EXPEDIENTE

Prof. Dr. BasÍlele Malomalo (UNILAB)

Prof. Dr. Elcimar Simão Martins (UNILAB)

Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira (UNILAB)

Prof. Dr. Lourenço da Conceição Cardoso (UNILAB)

Profa. Dra. Jacqueline Freire (UNILAB)

Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello (UNILAB)

EDITORACÃO

BasÍlele Malomalo & Francisco VÍtor Macêdo Pereira

CAPA

Marco Davi Castro da Silva

REVISÃO

Francisco VÍtor Macêdo Pereira

CONTATOS

Site: <http://www.unilab.edu.br/>

E-mail: grupo.africabrasil@unilab.edu.br



SUMÁRIO

EVENTOS/6

Apresentação/7

Objetivos/7

Metodologia/7

Público-alvo/8

Programação/8

Chamada para apresentação de trabalhos/10

Grupos de trabalhos/12

Comunicações aprovadas nos GTs/18

RESUMOS SIMPLES/24

RESUMOS EXPANDIDOS/50

ANEXOS: IMAGENS/121



EVENTOS





APRESENTAÇÃO

Os dois eventos em tela correspondem à junção de duas atividades acadêmicas inteiramente convergentes, no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) - em associação com os seus parceiros - em prol da cooperação internacional solidária, da integração em promoção da autodeterminação dos povos, de suas culturas e de seus direitos, notadamente no que concerne às relações África-Brasil. O primeiro é o “Seminário Mobilidade Humana”, uma iniciativa da Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza, coordenada pelas Irmãs Missionárias Scalabrinianas, e que se encontra na sua 9ª edição. O segundo é o “Seminário Internacional Migrações e Diásporas Africanas”, organizado pelo Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB, que se encontra na sua 1ª edição. A convergência de interesses comuns e a iniciativa do Grupo de Pesquisa África-Brasil/UNILAB cooperam estrategicamente para a concretização da missão institucional da UNILAB. Dentro dessa perspectiva, esse Grupo - África-Brasil - mobiliza outros Grupos de Pesquisa da universidade, por sua vez igualmente aliados a parceiros nacionais e internacionais. Do que disso se desdobra, os Grupos de Pesquisas e de Estudos Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará (UFC) e Educação e Cooperação Sul-Sul (ELOSS/UNILAB) somam esforços na construção e realização dos eventos ora apresentados.

OBJETIVOS

- Contribuir para a concretização da missão institucional da UNILAB, precisamente no que se refere à produção e à difusão de conhecimentos e de princípios que sustentem a cooperação internacional solidária entre Brasil e África.
- Criar um espaço de discussões acadêmicas sobre o cenário nacional e internacional das migrações, a fim de se pensar mais e melhor as políticas públicas que favorecem os/as imigrantes no Brasil e no mundo.
- Refletir sobre os direitos de pessoas em processos de mobilidade: migrantes, refugiados, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas e estudantes internacionais.

METODOLOGIA

O evento estrutura-se em torno de atividades culturais, mesas redondas e Grupos de Trabalhos (GTs) que visam provocar reflexões, e cujas exposições são acompanhadas de debates com o público. Os GTs são coordenados por especialistas e objetivam o aprofundamento de estudos, discussões e trocas de informações e experiências entre pesquisadores/as e interessados/as.



PÚBLICO-ALVO

Estudiosos/as, pesquisadores/as, trabalhadores/as das instituições públicas ou privadas interessado/as e/ou envolvidos/as com a temática, agentes da sociedade civil que trabalham com as questões da migração e da mobilidade humana, estudantes e o público em geral.

PROGRAMAÇÃO

17 de setembro – Anfiteatro – Unilab	
8h	Credenciamento
8h30-9h30	<p>Abertura</p> <p>-Apresentação cultural</p> <p>-Boas vindas</p> <p>Zelma Madeira (COPPIR); Maurílio Machado (Diretor do IHL/Unilab); Irmã Eléia Scariot (MSCS); Jacqueline Freire (Unilab); Bas´Ilele Malomalo (Unilab)</p>
9h30-10h	Pausa – Café
10h-12h30	<p>Mesa redonda Mobilidade humana na contemporaneidade</p> <p>Palestrantes: Paulo Parise (Missão Paz); Bas´Ilele Malomalo (Unilab); Carlos Henrique Lopes (Unilab)</p> <p>Moderadora: Irmã Rosita Milesi (IMDH);</p>
12h30-14h	Almoço
14h-16h	<p>Mesa redonda Diáspora africana na era da globalização e mobilidade humana: Brasil, Ceará e Unilab</p> <p>Palestrantes: Ercílio Langa (UFC/IDDAB); Franck Ribard (UFC); Jacqueline Freire (Unilab)</p> <p>Moderador: Germana de Oliveira Moraes (UFC)</p>
16h-18h	<p>Mesa redonda Marco legal sobre imigração e Estatuto do estrangeiro no Brasil: desafios e possibilidades</p> <p>Palestrantes: Irmã Rosita Milesi (IMDH); Cleyton Borges (UNEafro); Tarin Cristino Frota Mont´Alverne (UFC)</p> <p>Moderadora: Bas´Ilele Malomalo (Unilab)</p>
18 de setembro – Anfiteatro – Unilab	



8h-9h30	<p>Apresentação cultural</p> <p>Mesa redonda Direitos humanos e mobilidade, refúgios, tráfico de pessoas</p> <p>Palestrantes: Lívia Xeres (NETP/SEJUS); Irmã Rosita Milesi (IMDH); João Alfredo Telles Melo (Comissão de Direitos Humanos/ Vereador de Fortaleza)</p> <p>Moderador: Ricardino Teixeira (Unilab)</p>
9h30-10h	<p>Pausa – Café</p>
10h-12h	<p>Mesa redonda Migração, gênero, trabalho, estudos e políticas públicas</p> <p>Palestrantes: Carlos Subuhana (Unilab); Rosalina Semedo de Andrade Tavares (Unilab); Iadira Impata (Unilab)</p> <p>Moderador: Evaldo Ribeiro (Unilab)</p>
12h-13h30	<p>Almoço</p>
13h30-17h30	<p>Apresentação de trabalhos</p> <p>GT 1: Diáspora africana e cooperação internacional Brasil-África Coordenação: Bas Ilele Malomalo e Ricardino Teixeira (Unilab)</p> <p>GT 2: Mobilidade Humana, urbana e cidadania Coordenação: Paolo Parise (Missão Paz) e Carlos Henrique (Unilab)</p> <p>GT 3: Experiências, Movimentos e Associações dos/para os Imigrantes Coordenação: Ir. Eléia Scariot (MSCS); Ricardo Djú (Pastoral do Migrante)</p> <p>GT 4: Educação, Migração Estudantil, Políticas Públicas e Institucionais Coordenação: Carlos Subuhana e Jacqueline Freire (Unilab)</p> <p>GT 5: Direitos Humanos, Refúgio e Migrações Coordenação: Lívia Xerez (NETP/SEJUS); Cleyton Borges (UNEafro-SP)</p> <p>GT 6: Migração, gênero e sexualidade Coordenação: Ercílio Langa (UFC, IDDAB); Violeta Holanda e Francisco Vítor Macêdo Pereira (Unilab)</p> <p>GT 7: Migração, Diáspora Africana e Literatura Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)</p> <p>GT 8: Migração, Mídias sociais e Arte Afro-Diáspórica Coordenação: Ivan Maia, Francisca Rosália Silva Menezes e José Sérgio Amâncio de Moura (Unilab)</p> <p>GT 9: Migrações, racismo, antirracismo e educação</p>



	Coordenação: Evaldo Ribeiro e Elisângela André (Unilab) GT 10: História, Migração e Trabalhadores Coordenação: Franck Ribard (UFC); Edson Holanda e Silvana Fernandez Mariz (Unilab)
17h30	Encerramento Ciranda de Integração dos Povos

CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Chamada para apresentação de trabalhos nos eventos “IX Seminário de Mobilidade Humana” e “I Seminário Internacional Migrações e Diásporas Africanas” que ocorrerão entre os dias 17 e 18 de setembro, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Campus de Liberdade, Redenção/CE. Os eventos visam contribuir para a concretização da missão institucional da UNILAB, precisamente no que toca a produção e a difusão de conhecimentos e de princípios que sustentem a cooperação internacional solidária entre Brasil e África. Do que disso se segue, objetivam contribuir com a criação de um espaço mais amplo de discussões acadêmicas sobre o cenário nacional e internacional das migrações, a fim de que se debata em melhores condições as políticas públicas que favorecem os/as imigrantes no mundo e no Brasil. Nesse sentido, a aposta se dá na importância de se motivar a sociedade a refletir sobre os direitos de pessoas em processos de mobilidade: migrantes, refugiados, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas, trabalhadores e estudantes internacionais.

Os GTs, no âmbito destes seminários, são pensados como espaços privilegiados de aprofundamento dos temas em destaque, bem como de trocas de informações e de experiências entre especialistas, pesquisadores/as, estudantes e interessados/as. As participações em GTs ocorrerão por meio de comunicações orais.

COMUNICAÇÃO ORAL

A proposta de comunicação deve apresentar os resultados de uma pesquisa total ou parcial, ou ainda o relato de uma experiência em perspectiva de análise e de crítica. Deve necessariamente contemplar as temáticas de mobilidade humana e/ou diásporas africanas. Os/as proponentes devem ser graduandos/as, graduados/as, pós-graduandos/as, pós-graduados/as ou membros de associações dos/as/para os/as imigrantes.

a) Proposta de comunicação



Cada trabalho inscrito poderá contar com até dois/duas autores/as, sendo que ambos/as deverão estar inscritos/as no evento como autores/as. Cada autor/a poderá enviar uma única proposta de trabalho para um único e mesmo eixo temático, devido à simultaneidade da realização dos GTs.

As propostas de comunicação serão avaliadas e aprovadas pelos/as coordenadores/as dos GTs. As comunicações devem ser enviadas em forma de RESUMOS SIMPLES até o dia 12 de agosto de 2015, para esse e-mail: grupo.africabrasil@unilab.edu.br, contendo os seguintes elementos:

-Nome do GT, no *Editar Assunto do e-mail*

-Resumo simples, em editor de texto word, com esses dados:

*Título da comunicação

*Nome(s) completo(s) dos/as autoras da comunicação

*Resumo simples com palavras-chave (três a cinco)

*Titulação acadêmica

*Vínculo institucional

*E-mail de contato

b) Modalidade para apresentação

O/A proponente com trabalho aprovado num GT deverá entregar no dia de apresentação, 18 de setembro de 2015, duas cópias do RESUMO EXPANDIDO (entre 3 a 4 mil caracteres) para os/as coordenadores/as, contendo: introdução, objetivos, metodologia, resultados, considerações finais e referências bibliográficas.

CALENDÁRIO

-Inscrição para participar do evento: de 14 de agosto a 18 de setembro de 2015. Por intermédio do email: grupo.africabrasil@unilab.edu.br

-Inscrição de comunicações em GTs: de 14 de agosto a 12 de setembro de 2015

-Aprovação de trabalhos: 14 de setembro de 2015

-Apresentação de trabalhos: 18 de setembro de 2015.

CERTIFICADO

-Para obtenção do certificado de participação, favor inscrever-se no evento através deste email, endereço: grupo.africabrasil@unilab.edu.br; mencionar o nome do evento “Seminário de Mobilidade Humana” e enviar seus dados: Nome Completo e número de um documento de identificação (RG, CPF, RNE ou Passaporte).



CONTATOS

Site: <http://www.unilab.edu.br/migracoesafricanas/>

GRUPOS DE TRABALHOS

GT 1: Diáspora africana e cooperação internacional Brasil-África

Nesse GT pretende-se discutir as relações entre políticas de cooperação internacional do Brasil junto aos países do Sul, especialmente os africanos, conferindo-se destaque à atuação dos estados, das empresas, da sociedade civil e das diásporas - vistos como atores importantes na definição das relações que estruturam as políticas públicas e de desenvolvimento internacional e regional. Espera-se receber trabalhos que tratam da cooperação, do desenvolvimento, da política e da economia, do multiculturalismo, dos movimentos sociais em suas interfaces com as diásporas e as migrações africanas intra e extra continentais.

Coordenação: Bas Ílele Malomalo e Ricardino Teixeira (Unilab)

GT 2: Mobilidade Humana, urbana e cidadania

A mobilidade é um conceito que pode ser abordado de diferentes perspectivas, e cada uma das delineações possíveis nos conduzem a uma acepção diferente da realidade. Mais do que uma ação isolada, a mobilidade tem uma motivação – seja cultural, social, política, econômica, de lazer, etc., e produz consequências de mesma ordem. Nesta perspectiva, este GT busca perceber, refletir e compreender que a sociedade está em movimento, desloca-se e move-se no e pelo espaço num viés multidimensional intrínseco à vida contemporânea e, com isso, objetiva aprofundar e debater as análises empíricas e os conceitos referentes aos deslocamentos populacionais, suas implicações sobre a produção e a reprodução do espaço urbano, concebendo a mobilidade como um complexo fenômeno social que ultrapassa as dimensões físicas, corporais e econômicas, envolvendo também as dimensões cultural, afetiva, imaginária, espacial e individual. Assim, entendemos a mobilidade como fenômeno a envolve relações entre pessoas, instituições, ideias, serviços e mercadorias.

Coordenação: Paolo Parise (Missão Paz) e Carlos Henrique Lopes (Unilab)

GT 3: Experiências, Movimentos e Associações dos/para os/as Imigrantes

Migração não é somente uma experiência humana marcada pela experiência do sofrimento e a impotência de ver seus direitos negados pelo outro, constitui também um momento de mobilizações individuais e coletivas. Esse GT pretende receber comunicações que retratam as lutas de resistências



sociais e políticas - através de movimentos sociais, associações civis e/ou religiosas, ONGs -, construídos pelas/os próprias pessoas ou grupos de pessoas em situação de imigração ou emigração, ou ainda pelas pessoas ou grupos de pessoas não migrantes, visando atender as suas demandas e necessidades. Espera-se contar com a participação intensa das lideranças das associações dos/as imigrantes.

Coordenação: Irmã Eleia Scariot (MSCS); Ricardo Djú (Pastoral do Migrante)

GT 4: Educação, Migração Estudantil, Políticas Públicas e Institucionais

A educação tem sido importante e decisivo vetor impulsionador de migração e/ou deslocamento estudantil da juventude no mundo, especialmente na busca de ensino superior. O processo de globalização impactou substantivamente esse processo nas universidades, inclusive revestindo-se em experiências de internacionalização como fator de competitividade. O fomento de políticas públicas que estimulem a mobilidade internacional tem sido aqui uma marca intensa, a qual se traduz em políticas institucionais próprias no âmbito das universidades. O GT propõe-se a acolher trabalhos que tenham na educação, na migração estudantil e nas políticas institucionais a centralidade de suas reflexões, estudos ou relatos de experiências socioculturais, contribuindo dessa forma para a constituição de um corpus de conhecimento sobre o assunto, focalizando experiências de cooperação, de integração internacional e de migração estudantil.

Coordenação: Carlos Subuhana e Jacqueline Freire (Unilab)

GT 5: Direitos Humanos, Refúgio e Migrações

As privações de liberdades têm sido umas das causas principais de migração de grupos e de sujeitos que se movimentam em territórios que lhes são familiares ou desconhecidos. Esse GT quer proporcionar um espaço de discussões sobre os imigrantes que vivem em situações de extrema vulnerabilidade, homens, mulheres e crianças que se tornaram refugiados/as, indocumentados/as, exilados políticos, ou são vítimas de tráfico de seres humanos e mesmo de trabalho escravo. Pretende-se discutir também os marcos legais que caracterizam as políticas de migrações no Brasil e na América Latina, bem como fora deste país e continente.

Coordenação: Lívia Xerez (NETP/SEJUS); Cleyton Borges (UNEafro)

GT 6: Migração, gênero e sexualidade



As migrações nacionais e internacionais constituem fenômenos muito importantes na atualidade, afetando quase todas as sociedades contemporâneas, com as suas distintas dimensões: mobilidade de refugiados/as, de trabalhadores/as, de estudantes e de populações vitimadas por guerras, por disputas hídricas, por questões advindas da exploração inadequada de recursos naturais e também decorrentes de mudanças climáticas, afetando principalmente - e cada vez mais - as mulheres, num fenômeno conhecido como *feminização da migração*. Assim, questões ligadas ao gênero e também à sexualidade entre as/os imigrantes têm merecido atenção no âmbito das discussões sociais e acadêmicas, necessitando de reflexões e de abordagens que possibilitem a sua interpretação e compreensão mais adequadas às realidades de mulheres e de minorias sexuais. Com relação a estas minorias sexuais, mais especificamente percebe-se que as migrações e as diásporas africanas - notadamente no Ceará - têm proporcionado, além das mais corriqueiras interações e assimilações do cotidiano, algumas experiências realmente desafiadoras - também no âmbito das relações de gênero e de sexualidades. Noticia-se, além dos reflexos de tradicionais esquemas mais patriarcais ante as aquisições das mulheres, também o estranhamento e a contestação com os direitos e as manifestações das populações LGBTQ (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e queers). Parte desse estranhamento se deve à conformação confessional de muitas instituições, inclusive jurídicas e legislativas, ainda vigente em boa parte desses países africanos. Dessa forma, além da mitigação ao reconhecimento dos direitos de emancipação das mulheres - como indivíduos autônomos dos homens - nos diversos segmentos do protagonismo social, prevalece ainda a criminalização das práticas homossexuais. Como consequências dessa criminalização, prevalece um mordaz silenciamento em torno das violações dos direitos das mulheres e das populações LGBTQ - não apenas nos países africanos, como também no Brasil -, ademais da predominância de uma cultura do medo em torno das questões de gênero e de sexualidades - o que, por si, já é um fator relevante de causa aos movimentos migratórios. Observa-se, ademais, que não obstante a ameaça contra a própria vida (haja vista a previsão de pena capital para as práticas, não raro meramente supostas, de adultério e de sodomia), noticia-se a resistência aguerrida de diversos movimentos feministas e gays (em menor proporção) de contestação à ordem, bem como a existência de uma intensa cultura gay nestes países africanos, ainda que sufragada ao mundo virtual e privado. Diante dessas constatações, este GT objetiva a discussão desses processos de transformação e de questionamento - especificamente no intercuro cultural da diáspora africana no Ceará, no qual se dão estes embates em torno das questões do feminismo, das diversidades sexuais e da emancipação de direitos das mulheres e das populações LGBTQ. Do que disso se segue, este GT assume igualmente como foco discussões relativas às sexualidades, às diversidades sexuais, às homossexualidades, aos



direitos LGBTQ, às questões de gênero e de estudos sobre as condições de mulheres e de homossexuais em contextos de migração ou de mobilidade humana, podendo ser articulados como marcadores sociais de diferença: raça, nacionalidade, classe, religião, etnia, entre outros.

Coordenação: Ercílio Langa (UFC, IDDAB); Violeta Holanda e Francisco Vítor Macêdo Pereira (Unilab)

GT 7: Migração, Diáspora Africana e Literatura

A relação entre arte e cultura é fortemente marcada em muitas expressões estéticas - dentre elas, o cinema e a literatura. Alguns dos elementos inseparáveis dessa relação na atualidade são a migração e a violência. É inegável que tais elementos perpassam a história das diásporas africanas – a traduzir-se na composição de novas cartografias culturais. Tanto é assim que o fenômeno das migrações e dos deslocamentos tem proporcionado uma inegável reconfiguração espacial, pelo fato de habitantes de países colonizados migrarem para várias partes do mundo, e aí produzirem uma literatura que expressa esse deslocamento - como é o caso de “Tutuba, feiticeira negra de Salém”, da escritora caribenha Marize Condé, e de “Amada”, da norte-americana Tony Morrison. Essa escrita da diáspora tem sido recebida com certa recusa, como se não estivesse apta a pertencer a um cânone. Assim, o lugar dessa literatura merece um debate, que, entre outras questões, também aponte para a definição, para o valor e para o tipo de escrita que refletem sobre a marginalização dos imigrantes de países colonizados, onde quer que aportem.

Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)

GT 8: Migrações, Mídias sociais e Arte Afro-Diaspórica

Considerando que as minorias étnicas mantêm forte “identificação associativa” com as suas culturas de origem, e que, na diáspora, as identidades se tornam múltiplas, este GT se propõe a ser um espaço acadêmico para a apresentação e o debate sobre as questões relativas à criação artística no contexto da Diáspora Africana. Um espaço no qual se ponha em discussão aspectos referentes à experiência sensível com as obras, e no qual se acolha diversos olhares a propósito da concepção e da expressão dos artistas, bem como de sua recepção pelo público. Releva igualmente a dedicação da atenção às estéticas e às poéticas as quais se definem nesses processos - aspectos relativos à subjetividade na experiência intercultural com as linguagens artísticas e com os seus modos de singularização (aspectos relativos ao estilo na criação artística e à sua influência na comunidade - na qual se insere a manifestação artística, além da sociedade mais ampla na qual ela se localiza. Se a identidade se refere



à questão histórica de vários povos, com diversas origens, como pensa Stuart Hall, diversos processos de hibridização cultural podem ser vistos e estudados como fenômenos de transculturação ou de crioulistização, nos quais “grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam, a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante, processos de ‘zona de contato’” (HALL, 2006). Dessa forma, no contexto das diásporas afro-americanas (no qual se inserem as diásporas afro-cubanas, afro-jamaicanas e afro-brasileiras, entre outras) podem ser apresentados estudos e pesquisas relativos às mídias sociais e às manifestações artísticas de caráter popular - como o Maracatu, o Afoxé, o Coco-de-roda, o Tambor de Crioula, o Cacuriá, a Ciranda, o Samba, o Jongo, o Reggae, a Salsa, a Cumbia, entre outras danças e ritmos.

Coordenação: Ivan Maia e Francisca Rosália Silva Menezes (Unilab)

GT 9: Migrações, racismo, antirracismo e educação

A proposta deste GT se dá a partir da Educação das Relações Étnico-Raciais em reflexão sobre migrações, racismos e antirracismos na educação, trazendo à baila as dimensões políticas, culturais e sociais dos racismos e das desigualdades, perpassando pela escola na perpetuação e superação destas dimensões. Ancorando-se nos preceitos legais, como a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, discute-se especialmente a reformulação dos currículos e os desafios na formação de professores. Desta forma, este GT propõe-se a dialogar com pesquisadores/as, estudantes, professores/as e comunidade, a respeito de suas pesquisas e experiências com as temáticas deste grupo.

Coordenação: Evaldo Ribeiro e Elisangela André (Unilab)

GT 10: História, Migração e Trabalhadores

O processo de formação social brasileiro, desde o tempo colonial, é marcado pelo fenômeno migratório. Migrações, mas também emigrações - e, então, imigrações - definem, de pontos de vista diversos, a história e a trajetória de contingentes importantes das populações em cada período da história brasileira. As consequências deste dado sobre a sociedade são evidentemente enormes, na medida em que, por exemplo, relacionam o Brasil com uma série de outros lugares, já que, conforme o sociólogo argelino Abdelmalek SAYAD, a imigração começa sempre com uma emigração e “o imigrante tem como duplo o emigrante”. Mesmo assim, e talvez por conta da diversidade extrema das situações migratórias (migração forçada dos africanos envolvidos no tráfico, migrações internas ligadas às frentes de expansão, expatriações dos portugueses nas colônias ou nomadismo sazonal dos



grupos indígenas...), nos seus termos e nas suas causas, a historiografia, só recentemente e muitas vezes de forma não sistematizada, se voltou para enxergar a importância e a especificidade da problemática migratória. Da mesma forma, no Ceará, terra de muitas migrações e migrantes, o fenômeno parece, às vezes, tão “naturalizado” que impede que seja analisado na sua complexidade e do ponto de vista das condições inerentes à experiência migratória. Nesse sentido, o presente GT se define como espaço de interlocução, de trocas em torno de experiências, de projetos e de trabalhos de pesquisas voltados para a temática da Migração, abordados numa perspectiva sócio-histórica.

Coordenação: Franck Ribard (UFC)

COMUNICAÇÕES APROVADAS NOS GTs

18 de setembro de 2015 – das 13h30 às 17h30. UNILAB, Campus da Liberdade.

SALA 1

GT 1: Diáspora africana e cooperação internacional Brasil-África

Coordenação: Bas Ílele Malomalo e Ricardino Teixeira (Unilab)

1. Unidade e Luta em Amílcar Cabral - Didier Té
2. Cooperação internacional Brasil-África: Cooperação Sul-Sul, Brasil e Moçambique. Programa Tripartido Pró-Savana-JBM - Farã Vaz
3. Cooperação Brasil-África, durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010): Solidariedade e/ou interesses - Felizberto Manque
4. Cooperação: política externa Brasil com África (dos anos 1960 a 2010) - Manuel Nanque
5. Conflito, emigração e direitos humanos no mediterrâneo - Tamilton Gomes Teixeira
6. Práticas de integração e interculturalidade entre os estudantes da Unilab - Catharina Maia

SALA 2

GT 2: Mobilidade Humana, urbana e cidadania - 1

Coordenação: Paolo Parise (Missão Paz) e Carlos Henrique (Unilab)

1. Migração inter-regional no Brasil: 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 - Erivelton de Souza Nunes; Silvana Nunes de Queiroz



GT 5: Direitos Humanos, Refúgio e Migrações

Coordenação: Livia Xerez (NETP/SEJUS); Cleyton Borges (UNEafro-SP)

1. Os refugiados no Brasil e a intolerância racial contra os Haitianos - Camila Rodrigues de Araújo.
2. A política migratória brasileira na visão do Projeto de Lei (PL 2516/2015), chamado “Lei de Migração” - Flávio Pimenta De Souza
3. Tráfico e Exploração Sexual de Escravas Brancas na *Belle Époque* - Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo

SALA 3

GT 3: Experiências, Movimentos e Associações dos/para os Imigrantes

Coordenação: Ir. Eléia Scariot (MSCS); Ricardo Djú (Pastoral do Migrante)

1. Migração: um caminho para a paz mundial - Gilvanda Soares Torres
2. Os Desafios da Associação de Estudantes de São Tomé e Príncipe da UNILAB (AESTPUNILAB) e a sua importância para os membros e para a toda a comunidade santomense - Gerseley Ivanick Mandinga Lopandza
3. *M'bollo moi dole*. O papel das associações islâmicas - murids (*dahiras*) - na diáspora senegalesa - Oriana Concha Diaz
4. Instituto Nova África – Monteiro Ras Kamet Metur
5. Associação dos Estudantes Africanos do Estado do Ceará – Gino Pereira

SALA 4

GT 4: Educação, Migração Estudantil, Políticas Públicas e Institucionais

Coordenação: Carlos Subuhana e Jacqueline Freire (Unilab)

1. O Papel do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil da Unilab -Promovendo direitos dos/as estudantes africanos/as guineenses - Osmaria Rosa Souza
2. Racismo e preconceito racial no mercado de trabalho formal e informal: Caso de estudantes guineenses no Ceará – Suzete Sabino Lopes
3. Educação, formação de professores/as e inclusão de jovens na diáspora: a experiência do PIBID/CAPES/UNILAB - Alexandrino Moreira e Assis Anderson; Jacqueline Freire



SALA 5

GT 6: Migração, gênero e sexualidade

Coordenação: Ercílio Langa (UFC, IDDAB); Violeta Holanda e Francisco Vítor Macêdo Pereira (Unilab)

1. Refugiad@s LGBTs african@s - Carlos Eduardo Bezerra
2. A Homossexualidade no Continente Africano: história social da colonização das práticas sexuais africanas - Ercílio Neves Brandão Langa
3. Discutindo diversidade sexual e políticas de igualdade de gênero com estudantes africanos/as no Ceará - Francisco Vítor Macêdo Pereira
4. Imagens da mulher-foliã: uma análise das representações femininas, durante e depois do carnaval, nas décadas de 30-50 - Ailene Cristina Brito Soares Rosa; Rebecca Silveira da Costa; Marcela Magalhães de Paula
5. A conceitualização do feminino pela imprensa carioca no início do século XX: uma análise imagética de representações das “donas de casa”, no período carnavalesco - Rebecca Silveira da Costa; Ailene Cristina Brito Soares Rosa; Marcela Magalhães de Paula.

SALA 6

GT 7: Migração, Diáspora Africana e Literatura

Coordenação: Isabel Cristina dos Santos Teixeira (Unilab)

1. Atlântico(s) do Sul e a literatura de São Tomé e Príncipe: algumas considerações - Marcela Magalhães de Paula; Edna Carlos de Almeida Holanda

GT 8: Migração, Mídias sociais e Arte Afro-diáspórica

Coordenação: Ivan Maia, Francisca Rosália Silva Menezes e José Sérgio Amâncio de Moura (Unilab)

1. A relação da internet no desenvolvimento dos PALOP: difusão digital em Cabo Verde e Moçambique - Jeremias Bolous Ferreira de Castro
2. Por uma poética da Visualidade: Olhares sobre a imagem (afro)brasileira no filme ‘também somos Irmãos’ (1949) - Erick Sousa de Sousa



SALA 7

GT 10: História, Migração e Trabalhadores

Coordenação: Franck Ribard (UFC)

1. Trabalho e educação na diáspora africana de estudantes oriundos de Guiné-Bissau em Fortaleza-CE - Francisco Felipe Peixoto
2. Trabalho escravo e migração: seca, reescravização e tráfico interprovincial no Piauí do século XIX - Francisca Raquel da Costa
3. Brasil: migração interestadual de retorno, no período de 2005 a 2010 - João Gomes da Silva; Silvana Nunes de Queiroz
4. "Os samangolés": uma colônia de africanos no Ceará (séc. XIX) - Jofre Teófilo Vieira

SALA 8

GT 9: Migrações, racismo, antirracismo e educação

Coordenação: Evaldo Ribeiro e Elisangela André (Unilab)

1. A lei 10.639/03 e o ensino de História da África e cultura afro-brasileira no cotidiano escolar - Juliana Magalhães Linhares
2. Centro aberto Nhamatsane (Can): um breve relato de experiência sobre ação desenvolvida em uma escola comunitária em Chimoio, Moçambique - Paulo Cesar Alves Garcia
3. Educação, movimentos sociais e dignidade humana: um olhar sobre a experiência da universidade popular dos movimentos sociais em Cabo Verde - Elisangela André da Silva Costa; Jacqueline Cunha da Serra Freire
4. Educação das Relações Étnico-Raciais: Potencialidades Pedagógicas em Materiais de Ensino - Evaldo Ribeiro Oliveira
5. Ensino de Ciências, Diversidade(s) e Cidadania: experiências e perspectivas de fortalecimento da lei 10.639/2003 a partir do PIBID/Capes - Assis Anderson da Silva, Discente; Quedeco Ié, Discente; Jacqueline Freire.



RESUMOS SIMPLES





GT 1: DIÁSPORA AFRICANA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA

PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE ENTRE OS ESTUDANTES DA UNILAB

Catharina Maia, estudante do Bacharelado em Humanidades – UNILAB

Email: catharinaa.maia@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo

RESUMO

Este trabalho pretende, de forma geral, analisar o papel da Universidade como meio da política externa multilateral de integração. O Brasil é um país que cultiva sua política externa de duas formas: i) bilateral, no sentido em que mantém relações com os países avançados economicamente; e, recentemente, ii) multilateral, com países emergentes na África, na Ásia, no Oriente Médio e na América do Sul, possibilitando uma relação horizontal de Cooperação Sul-Sul. Desde o governo Lula, percebe-se notoriamente uma preocupação com o fortalecimento desta cooperação – que, entre outros objetivos, visa somar status de economia emergente à posição política do país no cenário internacional. Dentre as medidas tomadas, viu-se a implantação de instituições educacionais como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, aprovada como Lei Federal n. 12.289 em 2010, objetivando a interiorização do ensino, como também a promoção da cooperação solidária entre os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). A UNILAB é uma universidade multicampi, localizada nas cidades de Redenção e Acarape, no Ceará (campo de estudo desta pesquisa), e na cidade de São Francisco do Conde, na Bahia. Todos os campi recebem estudantes brasileiros e oriundos de países parceiros - como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A partir de um contexto político de cooperação internacional, faz-se necessário verificar quais fatores caracterizam a UNILAB para muito além de uma lógica mercadológica, e como esta universidade pode contribuir com a ocorrência de integração entre os seus estudantes e com a promoção de diálogos interculturais, visto que a mesma proporciona um ambiente plural e diversificado. Aqui se aborda apenas resultados iniciais de uma "missão" que pretende ser alcançada em sua plenitude a longo prazo, conforme o crescimento e a expansão desta instituição de ensino superior. Para tanto, a metodologia da pesquisa foca na observação e na identificação de atividades cotidianas, curriculares e extracurriculares dos estudantes – o que implica na construção do diálogo intercultural e na integração entre os envolvidos, como consequência do espaço multicultural que os envolve. Desta forma, este trabalho constitui-se em um estudo descritivo elaborado por pesquisas bibliográficas e de campo, tendo dados e materiais coletados a partir de entrevistas por amostragem de estudantes e por diários de campo, bem como por observação não-participante, com análise baseada em um referencial teórico dentro da literatura das Ciências Sociais. Considera-se, então, a UNILAB como um projeto diferenciado, que não se limita a apenas mais uma instituição de ensino, mas que passa a ser um importante instrumento para a desconstrução de paradigmas, contribuindo para a conscientização de pessoas abertas ao conhecimento e ao relacionamento multicultural, assim como à promoção de uma integração, ainda que atualmente imatura, mas que paulatinamente vem ultrapassando o plano "do local para o global", tornando-a internacional e intercontinental. Aponta-se, a partir deste estudo, para o sentido de que a integração e o diálogo intercultural acontecem de forma quase "natural", conforme o espaço-ambiente proporcionado pela Universidade.

Palavras-chave: Cooperação; Integração; UNILAB.



UNIDADE E LUTA EM AMÍLCAR CABRAL

Didier Té, estudante do Bacharelado em Humanidades - UNILAB

Email : didierte85@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

Co-orientador: Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

RESUMO

No próximo dia 24 de setembro de 2015, a República da Guiné-Bissau completará 42 anos de independência nacional contra o jugo colonial. Para comemorar a independência organizam-se atividades nas escolas de Ensino Primário e Secundário e na sociedade como um todo, com o objetivo de descortinar os desafios da independência e as questões que se colocam ao país na atualidade. No entanto, apesar de eventos alusivos ao dia nacional, pouco se tem discutido a obra de Amílcar Cabral, considerado pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana, de um ponto de vista precisamente acadêmico. O presente trabalho pretende então discutir o conceito de unidade e de luta nos escritos de Amílcar Cabral, tendo como foco analítico suas formulações de unidade entre Guiné e Cabo Verde. Para alcançar esse objetivo, privilegiar-se-á a sua obra *PAIGC Unidade e Luta*. As principais categorias analíticas são as conceituações do autor a respeito do povo, da cultura e do Estado (caberia apontar aqui suas conclusões preliminares sobre o tema proposto – unidade e luta).

Palavras-chave: Amílcar Cabral; Unidade; Luta; Independência; Guiné-Bissau.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA: COOPERAÇÃO SUL-SUL, BRASIL E MOÇAMBIQUE - PROGRAMA TRIPARTIDO PRÓ-SAVANA, JBM.

Farã Vaz, estudante do Bacharelado em Humanidades -UNILAB

Email: vaz.fara@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo

RESUMO

O Brasil, no período de 2003 a 2010, direcionou a sua política externa para o continente africano, dentro de um contexto em que deixou de ser mero receptor da cooperação para se tornar um financiador, especializado na cooperação técnica para o desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul é a filosofia que tem caracterizado as relações que aquele país mantém com as nações do Sul. Esse trabalho parte da nossa pesquisa de graduação, e tem como objeto de investigação o Programa de Cooperação Tripartida Brasil, Japão e Moçambique (Prosavana-JBM). Conforme o documento Memorando de entendimento (2009), o Prosavana-JBM tem por meta fundamental melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar - a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar -, quanto na geração de excedentes exportáveis, a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio. Nesse escopo, a nossa pesquisa tem por objetivos: i) entender os parâmetros políticos e econômicos da cooperação internacional Sul-Sul, Brasil-África; ii) analisar a cooperação Brasil-África, precisamente no âmbito do Programa ProSavana-JBM, implantado em Moçambique, no corredor de Nacala; iii) compreender a concepção de desenvolvimento posta em prática no Programa ProSavana, na Província de Nacala, Moçambique, notadamente no que concerne ao domínio da agricultura; iv) apreender a visão dos movimentos sociais locais, das comunidades de agricultores na implementação do programa investigado. Para tanto, se combina a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a avaliação da quinta geração. Entre outros



resultados, a pesquisa pretende demonstrar a ausência da participação e do diálogo da sociedade civil com o governo, na elaboração e na execução do programa. De fato, o discurso dos executores do programa defende desenvolvimento sustentável alicerçado nas leis do mercado (livre concorrência), enquanto a sociedade civil aponta que o ProSavana tem interesses meramente econômicos, promovidos pelas grandes companhias do agronegócio. Trata-se de algo que se sobrepõe aos interesses dos camponeses moçambicanos. Para tanto, observa-se o sentimento de repúdio e de indignação das populações locais, ao mesmo tempo em que o seu plano diretor é denunciado por estes atores sociais como instrumento a serviço do capital internacional. Para estes grupos de agricultores tradicionais, o ProSavana não é solução para agricultura moçambicana.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Brasil-África; ProSavana; Desenvolvimento; Movimentos sociais.

COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA, DURANTE OS MANDATOS DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010): SOLIDARIEDADE E/OU INTERESSES.

Felizberto Alberto Mango, estudante do Bacharelado em Humanidades - UNILAB

Email: felizbertomango.unilab@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Basílele Malomalo.

RESUMO

O nosso trabalho faz parte do projeto relativo aos estudos das relações internacionais na área de cooperação Sul-Sul – entre o Brasil e a África. Focalizamos aqui os interesses econômicos e simbólicos do Brasil nesta cooperação com o continente africano. Percebe-se que no primeiro governo do Presidente Lula, o Brasil enfatizou a sua cooperação com a América Latina e com o continente africano, que é o nosso interesse nesta pesquisa. Essa disposição permitiu que o governo Lula conseguisse ultrapassar várias dificuldades, possibilitando ao país virar um agente importante na área da cooperação internacional, saindo assim da condição de simples país receptor, para tornar-se um ator importante da cooperação técnica, procurando assim afirmar e defender os seus interesses nacionais. O trabalho comporta como objetivo geral compreender o uso da solidariedade nas ações de cooperação entre Brasil e África, durante os dois governos de Lula (2003-2010). Os objetivos específicos consistem em: 1) analisar os interesses simbólicos e econômicos que movem a cooperação entre o Brasil e a África; 2) compreender os interesses que movem a cooperação solidária entre o Brasil e os PALOP, especificamente mediante a UNILAB. Para tanto, emprega-se uma combinação de pesquisa bibliográfica e documental para a realização da pesquisa. Foi-nos, desde já, possível perceber que existem interesses do Brasil nesta cooperação, dos quais podemos citar alguns no campo político-estratégico, notadamente no que se refere ao apoio dos países africanos nas grandes decisões da ONU favoráveis ao Brasil. Um exemplo claro disso é o apoio que o Brasil precisa para manter o controle e o protagonismo sobre a área do atlântico sul. Diga-se que, no campo econômico, o atlântico sul é de extrema importância para o Brasil, visto que é o canal que permite transportar as suas mercadorias para toda parte do mundo. Por isso, durante os dois governos de Lula da Silva, houve uma grande aproximação - tanto pessoal, quanto governamental, empresarial e social - de lideranças e autoridades brasileiras com representantes do continente africano. Disso se conclui que o Brasil usa nos seus discursos políticos o termo “cooperação solidária” para justificar esta cooperação. Porém, no fundo, prevalecem as suas pretensões estratégicas e políticas.

Palavras-Chaves: Cooperação Brasil-África; Solidariedade; Interesses simbólicos e econômicos.



COOPERAÇÃO: POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL COM A ÁFRICA (DOS ANOS 1960 A 2010)

Manuel Nanque, estudante do Bacharelado em Humanidades - UNILAB

Email: manuelnanque@hotmail.com.br

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

RESUMO

A cooperação entre Brasil e África é dos assuntos que estão mais em destaque atualmente nas discussões acadêmicas. Este trabalho apresenta uma breve análise sobre as políticas de cooperação do Brasil com a África, especificamente no âmbito da formação de estudantes africanos em universidades brasileiras, de modo a estabelecer-se uma comparação da política externa brasileira no contexto de independência (descolonização) das nações africanas na década de 1960 com a política externa dos governos do PT com a África, nos anos 2000. Propõe-se a construção da abordagem a partir de três momentos da política externa: os governos Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva. Por fim, pretende-se analisar os programas de bolsas de estudos, a partir da CEAQ, durante os governos Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964), a criação e a evolução do programa do PEC-G e do PEC-PG, no pragmatismo responsável e ecumênico do governo Ernesto Geisel (1974-1979) e, por último, dentro deste contexto de evolução das políticas de cooperação estudantil, compreender o atual papel da UNILAB no quadro da política externa brasileira em sua cooperação com a África – então na base de relações Sul-Sul, e a atingir a sua maior maturidade com os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A nossa abordagem será construída a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Cooperação; Política externa; Programas estudantis Brasil-África.

CONFLITO, EMIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO MEDITERRÂNEO

Tamilton Gomes Teixeira, Bacharel em Humanidades - UNILAB, estudante de

Sociologia-UNILAB

Email: gtamilton@yahoo.com

RESUMO

As relações humanas estiveram sempre em movimento e em transformação constante, de cima para baixo e de baixo para cima. Para parafrasear Heráclito, nós sempre vivemos em constante processo dialético. Segundo a narração das escrituras *sagradas*, houve imemorialmente uma leva e um fluxo recorrentes de migração do Oriente para a Ásia próxima e da Europa para a África, em contingentes elevados. De fato, no Capítulo 2 do Êxodo, livro sagrado dos antigos hebreus, pode se ler que Javé ordenou a Moisés que fugisse com o seu povo para novas terras, como forma de se livrar da ira e da tirania de Faraó. O profeta Mohamed, por seu turno, conforme narra o Corão, teve também que emigrar de Meca para Medina, no processo que conhecemos como “Hégira”, porque tinha que fugir da perseguição. Assim, estamos em crer que a emigração também é palavra de Deus, de Alla. O Mundo tem sua História, que nos envolve a todos sem exceção alguma. E esta História é marcada e caracterizada pelos conflitos de grande escala que sempre mobilizaram um grosso número de refugiados e de emigrantes. A Europa teve também um processo ímpar de emigração pelo mundo. Entre 1800 e 1930, mais de 40 milhões de Europeus deixaram seus países à procura de melhores condições de vida, ou a fugir do nazi-fascismo que assombrava então o velho continente. Ao contrário do que vem atualmente acontecendo no Mediterrâneo, por onde a maioria dos então emigrantes chegados a Europa - chamados refugiados - tem passado. Países como a Líbia, que até então não tinha problema com emigração, passaram a ter - após as operações da OTAN, encabeçadas pela França,



sobre a Síria e com o avanço de Estado Islâmico. Essa situação vem se ampliando a diversos outros países na rota próxima à do Mediterrâneo, como Eritreia, Somália e Tunísia – lugares por meio dos quais milhares de emigrantes (refugiados) têm buscado chegar à Lampedusa, na Itália, ou à Córsega, na França, a atravessarem justamente o Mediterrâneo. Esta onda de emigração vem sendo noticiada pela grande mídia como se estas pessoas fossem para a Europa unicamente em busca de emprego, o que não condiz com a verdade. Primeiro, deve-se colocar a questão Humanitária e dos direitos humanos, além de haver ainda a questão da extensão dos efeitos pós-coloniais – já que não podemos esquecer, como disse Carlos Lopes numa das suas entrevistas, que este processo transparece e demonstra a continuidade das relações coloniais, haja vista que estes países, todos eles, foram ex-colônias francesas e italianas. Só por isso, talvez, não devessem ser tratados como *refugiados clandestinos*. Sabe-se que a África tem mais de um bilhão de habitantes, 2 milhões apenas é o número atual dos africanos que tentam atravessar o Mediterrâneo em demanda da Europa. Portanto, a “invasão” que tem sido noticiada é de um contingente bem menor do que o do número de Europeus que demandaram a América no começo do século XX e certamente bem menor ainda do que o número de colonos brancos que aportaram na África, ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Diante disso, a contradição fica na seguinte constatação: estes grupos migratórios atuais vão em direção à Itália, país onde a emigração é vista como um crime, a exemplo de muitos outros de Europa. Ora, isso quer dizer que se pode ser preso em território italiano pelo simples fato de se tentar fugir de uma guerra, ainda que a História da Itália seja uma História de emigração – notadamente diante das enormes discrepâncias sociais entre o sul e o norte daquele país pelo menos até a metade do século XX. Entre 1870 e 1970, com ênfase, a mesma Itália *encaminhou* para os seguintes países Estados Unidos, 5,6 milhões de imigrantes; França, 4,1 milhões; Argentina, 2,9 milhões; e Brasil, 1,5 milhão. Estas são apenas algumas concretas alusões históricas as quais nos levam a compreender a inversão de abordagens a respeito desse processo secular de movimentos migratórios. O que as imprensas chamam de imigração ilegal, constituída de pessoas provenientes da Líbia ou da África subsaariana, não se configura como uma emigração extraordinária ou alarmante, mas sim como pessoas fugindo da guerra - sobretudo das zonas onde a intervenção ocidental quebrou as tradicionais estruturas de poder e não deixou outras alternativas. A imbricação e as contradições desses fenômenos deveriam ser encaradas como problemas de todos nós. Somente assim poderíamos ter mais gestos - em Lampedusa, no Mediterrâneo inteiro - de acolhimento humanitário para com as pessoas perseguidas pela guerra, como o menino Aylan Kurde, que queria apenas um abrigo e que acabou enfeitando a Europa com a imagem tão trágica de seu corpinho afogado à costa. O mundo precisa, diante de tudo isso, se mobilizar, porque o mito da Europa civilizada vem se desfazendo a cada dia. Como se a casa dos Direitos Humanos encaminhasse para o seu desmoronamento.

Palavras-chave: Conflito; Emigração; Direitos Humanos.

GT 2: MOBILIDADE HUMANA, URBANA E CIDADANIA

MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL NO BRASIL: 1986/1991, 1995/2000 E 2005/2010

Erivelton de Souza Nunes, estudante de Ciências Econômicas - URCA, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/URCA

Email: erivelton.s.n@hotmail.com

Silvana Nunes de Queiroz, professora adjunta do Departamento de Economia – URCA, e Coordenadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará, financiado pelo CNPq



Email: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

RESUMO

Desde a década de 1980, a dinâmica migratória no Brasil tem mostrado mudanças intensas. Tal tendência resulta de inúmeras modificações no cenário político, econômico e demográfico internacional e nacional, com impactos sobre as migrações. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os fluxos migratórios entre as cinco grandes regiões brasileiras, considerando os quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. Busca-se, portanto, apontar o que há de novo no cenário migratório nacional. Para tanto, realizou-se a mensuração do volume de Imigrante, Emigrante e Saldo Migratório, calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os principais resultados revelam que o volume da migração inter-regional desacelera, e a região Nordeste mantém as suas perdas populacionais, entretanto, em menor intensidade. O Sudeste, por sua vez, permanece como a principal área de atração populacional, mas apresenta saldos migratórios cada vez menores, e o Centro Oeste, ganha atratividade, ao obter saldos migratórios crescentes entre os três quinquênios em estudo.

Palavras-chave: Brasil; Grandes Regiões; Migração inter-regional.

GT 3: EXPERIÊNCIAS, MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES DOS/PARA OS IMIGRANTES

OS DESAFIOS DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE DA UNILAB (AESTPUNILAB) E A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS MEMBROS E PARA A TODA A COMUNIDADE SANTOMENSE.

Gerseley Ivanick Mandinga Lopandza, estudante do curso de Administração Pública -UNILAB

RESUMO

Trata-se aqui de descrever a experiência de formação da diáspora estudantil santomense na cidade de Redenção, Ceará, com o objetivo de apresentar como o processo de criação de uma associação estudantil santomense dentro da UNILAB contribuiu para a integração, a união e a resolução de muitos dos problemas – que, diversas vezes, a comunidade como um todo tem enfrentado. Pretende-se uma análise crítica de todo o processo que levou à criação da Associação de Estudantes de São Tomé e Príncipe da UNILAB (AESTPUNILAB). Também deseja-se mostrar alguns projetos mais significativos que foram conduzidos pela associação em forma de casos práticos. Para tanto, foi realizada uma análise documental, além de entrevistas escritas e orais com vários membros que compõem a associação. Por ser membro do grupo, foi-me possível o acesso a dados necessários ao que se pretende aqui como ensaio de uma análise em perspectiva etnográfica. A experiência tem sido gratificante, segundo os resultados parciais da pesquisa, a maior parte dos santomenses sente-se, de qualquer forma, distante dos demais, reduzida a guetos de amizade. De repente, com a criação da associação, sentiram-se praticamente todos parte de algo maior. Contudo, surgiram alguns conflitos, resultantes de um contato mais direto com os outros e em atividades em que se sentiam mais familiarizados e completamente entendidos. Muitos desafios atormentam a comunidade, que tenta alinhar a sua existência ao ideal da universidade, que é o da integração.

Palavras-chave: AESTPUNILAB; Diáspora estudantil; Integração

M'BOLLO MOI DOLE. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES ISLÂMICAS MURIDS (DAHIRAS) NA DIÁSPORA SENEGALESA



Oriana Concha Diaz, antropóloga - Universidade de Bolonha, Itália, estudante do Mestrado em Antropologia Social - UFRN
Email: orianacd@gmail.com

RESUMO:

No quadro dos fluxos migratórios sul-sul, o Brasil surgiu como uma meta privilegiada para muitos senegaleses, que estão chegando em número crescente no país, estabelecendo-se sobretudo nas regiões sul e sudeste, mas também em algumas cidades do nordeste. Essa pesquisa almeja indagar as estratégias de inserção dos migrantes senegaleses no contexto de acolhida, com uma atenção especial para a identidade religiosa destes sujeitos que, como procuraremos demonstrar, desempenha um papel central nesse processo. A maioria dos senegaleses que chegam ao Brasil são muçulmanos da confraria sufi, denominada Muridiyya, cuja organização comunitária é a base de uma ampla rede social, local e transnacional. É através da implantação de *dahiras* (associações religiosas murids) que o sistema socioreligioso *murid* reproduz-se eficazmente além das fronteiras nacionais, com o objetivo de manter vivo o vínculo dos adeptos com a cidade sagrada de Touba, e de facilitar a inserção socioeconômica, assim como a participação política dos migrantes nos países de chegada. Comparando os trabalhos de estudiosos que pesquisaram as associações *murids* na França, na Espanha, nos Estados Unidos e na Argentina com a nossa experiência de campo em Senegal, Itália e Brasil, queremos tentar delinear as múltiplas funções das *dahiras* na diáspora senegalesa. Em primeiro lugar, será apontada a centralidade dessas associações para a coesão sócio-identitária da *Muridiyya*, no espaço transnacional. Em segundo lugar, observaremos como a filiação religiosa insere o adepto numa rede de solidariedade e de ajuda recíproca, que se revela determinante nas situações difíceis da migração, precisamente no que concerne à busca de moradia, trabalho, documentação etc. Em última instância, veremos como os líderes religiosos *murids* estão atuando cada vez mais como mediadores políticos entre os migrantes e as autoridades locais. A presente pesquisa aborda as migrações contemporâneas numa perspectiva histórico-etnográfica, na qual as experiências dos migrantes são consideradas nas suas especificidades culturais, e a agência dos atores sociais na ressignificação criativa de seus aparatos culturais – algo que se concebe como uma estratégia de reação num contexto de relações assimétricas de poder. Enfocando a pesquisa na dimensão do pertencimento religioso, procura-se também evidenciar a pluralidade das práticas da fé islâmica, o que pode contribuir para combater a representação negativa do Islã transmitida pela grande mídia, que difunde percepções distorcidas e alimenta preconceitos.

Palavras-chave: Islã; murid; *dahira*; diáspora senegalesa.

COMITÊ ACADÊMICO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO ESTADO DO CEARÁ

Suzete Sabino Lopes, coordenadora do
Comitê Acadêmico dos Estudantes Guineenses do Estado do Ceará

RESUMO

O Comitê acadêmico dos estudantes guineenses no estado do Ceará é uma organização estudantil sem fins lucrativos com sede na Igreja de Nossa Senhora das Dores, na Av. Bezerra de Menezes/Fortaleza-Ce. Lá, bimestralmente, acontecem seus eventos. A sua proposta objetiva-se na criação de um espaço multidisciplinar e social, que visa à sistematização e à produção do conhecimento científico – em contribuição ao processo de formação científica dos alunos nas diversas áreas de sua formação. Seus objetivos específicos são: despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes guineenses no estado do Ceará; proporcionar aos participantes momentos de lazer e de trocas culturais, através da ligação entre educação e cultura; auxiliar os discentes na elaboração dos seus trabalhos científicos, visando a inserção dos guineenses nos programas de pós-graduação (lato, e



stricto sensu). Tendo como público alvo todos os estudantes guineenses residentes no estado do Ceará, sem distinção de ramo de conhecimento, título e especialidade, e também de demais estudantes que venham a se vincular ao comitê. O projeto se justifica por acreditar que a escola já não é o único espaço de aprendizagem, cuja disseminação deve ser ampliada através de diversas metodologias – além dos ambientes formais - como debates, palestras, mesas redondas, workshops, atividades culturais etc. Tudo isso dentro das diversas áreas e especificidades: saúde, serviço social, administração, tecnologias, turismo, meio ambiente, política, economia etc.

Palavra-chave: Estudantes guineenses; Associação.

MIGRAÇÃO: UM CAMINHO PARA A PAZ MUNDIAL

Gilvanda Soares Torres - Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza/CE

RESUMO

O presente trabalho trata-se de descrever uma experiência do trabalho como agente da Pastoral do Migrante com o objetivo de apresentar o início desse trabalho em âmbito internacional, nacional e local. Pretende-se mostrar também a missão, área de atuação, objetivos e alguns conceitos importantes para o entendimento do fenômeno migração e mobilidade humana. Essa comunicação faz uma observação especial para várias passagens da bíblia onde está presente o fenômeno da mobilidade humana para trazer uma reflexão e dizer que o fenômeno da migração é tão antigo quanto a história da humanidade, mas que ainda hoje é tratado como emergente. Procuramos mostrar também que a convivência com as pessoas migrantes de diversos continentes, etnias e religiões adquiridas no decorrer do tempo no serviço da Pastoral do Migrante nos fez reconhecer que é no acolhimento e solidariedade que encontramos o melhor método para ajudar o migrante a superar suspeitas infundadas e preconceitos que os ofendem, gerando um bem estar e uma paz social. Posso afirmar com essa experiência que a paz é o principal motivo que os movem, que os fazem arriscar-se, deixar tudo para trás, que esse desejo de mudança os alimenta na jornada da esperança que empreenderam na busca de perspectivas de vida melhor com segurança, alimento e trabalho. A migração é, sim, um caminho para paz mundial. Portanto, estaremos destruindo a paz se construirmos cada vez mais muros entre os indivíduos e o bem comum.

Palavras-chave: Migração; Paz; Acolhimento.

GT 4: EDUCAÇÃO, MIGRAÇÃO ESTUDANTIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E INCLUSÃO DE JOVENS NA DIÁSPORA: A EXPERIÊNCIA DO PIBID/CAPES/UNILAB

Alexandrino Moreira Lopes, Discente, bolsista do PIBID/ICEN - UNILAB
Email: all-lopes@hotmail.com

Assis Anderson da Silva, Discente, bolsista do PIBID/ICEN - UNILAB
Email: assis_anderson@yahoo.com.br

Jacqueline Freire, docente, doutora, coordenadora do PIBID/ICEN - UNILAB
Email: jacqueline@unilab.edu.br

RESUMO



O presente trabalho trata do relato de experiências e da análise fragmentária de uma política pública do governo federal brasileiro. O foco é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), criado em 2007, e implementado efetivamente a partir de 2009, por meio de edital MEC/CAPES/FNDE. O PIBID insere-se no contexto da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, liderada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Instituído formalmente pela Portaria nº 260, de 30 de outubro de 2010/CAPES, o PIBID, até 2013, se constituía num programa voltado para o fortalecimento da formação inicial de estudantes das licenciaturas, exclusivamente de nacionalidade brasileira. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que desde a sua criação, por meio da Lei n. 12.289 de 20 de julho de 2010, implantou licenciaturas objetivando a formação de quadro docente da Educação Básica também para os países parceiros, tem tido pioneiramente no seu curso de Ciências Exatas e da Natureza (CNeM), desde o ano de 2011, o PIBID/Capes a contemplar igualmente licenciandos/as brasileiros/as e estrangeiros/as. Na perspectiva de fomentar políticas institucionais inclusivas, a Unilab instituiu com recursos próprios o PIBID/Unilab, objetivando assegurar a participação de estudantes de nacionalidades de países africanos e do Timor Leste, parceiros prioritários da universidade, cuja missão institucional é vocacionada para a integração internacional. A partir da luta e do reconhecimento da experiência institucional da Unilab, a Capes, por meio de amplo processo de discussão nacional de revisão da Portaria que até então regulamentava o Pibid, acolheu a proposta da Unilab de ampliar seu marco regulatório e legitimar/legalizar a participação de estudantes internacionais no PIBID/Capes, conquista essa traduzida pelo seu novo regulamento instituído pela Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013. O presente trabalho, portanto, pretende debater elementos dessa política nacional a partir do PIBID, com ênfase na experiência de integração internacional e vivência de jovens de países africanos e do Timor Leste na diáspora, em processo de formação de professores na Unilab, refletindo sobre a política institucional da Unilab e a experiência no chão de escolas municipais e estaduais do Maciço do Baturité.

Palavras-chave: PIBID; UNILAB; Estudantes estrangeiros.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNILAB: PROMOVENDO DIREITOS DOS/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS GUINEENSES

Osmaria Rosa Souza, assistente social
Email: mari.pamais@gmail.com

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo compreender as demandas levadas à Assistência Estudantil, o papel desempenhado pelos/as profissionais do Serviço Social do Núcleo de Apoio Social ao Estudante (NASE), que é um dos núcleos ligados à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAE) da UNILAB, com a finalidade de assimilar as ações tomadas no âmbito da Política de Assistência Estudantil para a garantia dos direitos dos/as estudantes africanos/as guineenses na universidade. Tratou-se de um estudo de natureza qualitativa, do qual participaram cinco (5) estudantes africanos/as guineenses da UNILAB e duas (2) assistentes sociais ligadas à assistência estudantil. Na pesquisa de campo, as técnicas e instrumentais utilizados para a coleta de dados foram: entrevistas semiestruturadas, diário de campo, roteiro de entrevista, gravador de voz e o termo de consentimento, respectivamente. Os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas demonstram que a atuação da assistência estudantil da UNILAB ainda é muito restrita à concessão de auxílios, não fazendo



referência a outros temas transversais pelos quais os/as estudantes africanos/as guineenses vêm passando no Maciço do Baturité, como por exemplo, o racismo.

Palavras-chave: Migração Estudantil Africana; Cooperação Sul-Sul; Políticas de Assistência Estudantil; UNILAB.

RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL : CASO ESTUDANTES GUINEENSES NO CEARÁ

Suzete Sabino Lopes, estudante da Especialização em Políticas Públicas de Igualdade Racial no ambiente escolar - UNILAB

RESUMO

A questão da desigualdade social no Brasil ainda é um desafio a se enfrentar, em que pese principalmente a temática racial. No Brasil, a questão racial configura-se como objeto de estudo de alcance e de interesse limitados, tanto pela sociedade como pelas políticas públicas de afirmação e de inclusão social. Este termo constitui-se num grave problema social no país e precisamente no Ceará, já que, de uma forma ou de outra, os espaços educativos não estão fora dos processos de racismo e de exclusão. A fundamentação teórica baseia-se nos conceitos de migração, de educação, de racismo e de trabalho, a partir de autores como Kabengele Munanga, Ercilio Langa, Eliana Cavalleiro, Clóvis Moura, Bas'llele Malomalo, entre outras/os. Segundo Ercilio Langa (2014), a presença de estudantes africanos no estado do Ceará teve início na segunda metade da década de 1990, com o primeiro grupo oriundo de Angola a integrar-se na Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Programa de Estudantes Convênio – Graduação (PEC-G). “A partir de 1998, inicia-se a imigração massiva de estudantes bissau-guineenses e cabo-verdianos e, dois anos depois, de estudantes são-tomenses, angolanos e moçambicanos. As dificuldades econômicas enfrentadas pela Guiné-Bissau, um país de economia periférica, consequência da instabilidade política e dos retrocessos do colonialismo, afetaram significativamente de forma negativa o ensino, o que acarretou na redução de vagas no mercado de trabalho. Esse é, talvez, o principal fator estimulante dos jovens buscarem melhores oportunidades de estudo no Brasil. No entanto, ao aqui chegarem, os estudantes, ao invés de encontrarem facilidades, esbarraram em diversos obstáculos - como preconceito, desigualdade e racismo institucional. Como denunciou Clóvis Moura (1994) sobre o mito da democracia racial no Brasil, ao afirmar que “o racismo brasileiro, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos”. O autor chamou atenção ao afirmar que não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica social e cultural. Ainda de acordo com Moura, “um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de renda das maiores do mundo não pode ser justo”. De alguma forma ou de outra, o preconceito racial está relacionado à escravidão, posteriormente à exploração de mão de obra barata e atualmente à violação dos direitos humanos por finalidades econômicas - ainda de dominação do homem branco sobre o homem negro. Apesar de existir legislação trabalhista que defende os direitos formais do trabalhador - reconhecidos pelos ordenamentos jurídicos nacionais -, ainda é notável a limitação a certos grupos sociais dos benefícios dos direitos do trabalho. Nesse caso, referimo-nos à preterição dos estudantes estrangeiros ao mercado de trabalho. De acordo com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Ministério do Trabalho, por meio da Coordenadoria Geral de Imigração (CGI), tem competência específica para a concessão de autorização de trabalho para estrangeiros, conforme dispõe a Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. De certo modo, a mão-de-obra estrangeira apresenta um alto grau de limitação das autoridades competentes, algo que não se relaciona com as políticas governamentais de reciprocidade no tratamento. Por outro lado, as limitações à mão



de obra do imigrante estão intimamente ligadas à tentativa de impedir a concorrência contra os trabalhadores nacionais dentro do próprio país. Em consequência disso, gera-se uma influência ao preconceito, no seu sentido geral. O principal objetivo deste trabalho é, pois, o de abordar e de apresentar uma visão crítica sobre os trabalhos irregulares e precários os quais são oferecidos aos estudantes guineenses no estado do Ceará/Brasil, levando-se em conta marcadores como raça, cor e nacionalidade. Pretende-se igualmente refletir sobre a clandestinidade no sistema de trabalho. Embora, haja várias discussões sobre o assunto, é preciso levar ao conhecimento de mais pessoas os problemas sociais vivenciados por uma demanda estimada de mais de mil estudantes guineenses no mercado de trabalho. O projeto visa utilizar a metodologia de caráter qualitativo com a técnica de entrevistas, de modo a tratar sobre racismo e trabalho informal, pretendendo ainda coletar e sistematizar informações para encaminhamento de relatório à pastoral do imigrante da arquidiocese de Fortaleza, como organismo que tem acompanhado a situação dos imigrantes no Ceará.

Palavras-chave: Estudantes guineenses; Migração; Trabalho.

GT 5: DIREITOS HUMANOS, REFÚGIO E MIGRAÇÕES

OS REFUGIADOS NO BRASIL E A INTOLERÂNCIA RACIAL CONTRA OS HAITIANOS

Camila Rodrigues de Araújo, advogada, bacharela em Direito - Faculdade Farias Brito, estudante de Especialização em Direito Tributário
E-mail: camila20rodrigues@gmail.com

RESUMO

A internacionalização dos Direitos Humanos é um fenômeno que ganhou maior consideração a partir da Segunda Guerra Mundial, através da Carta da ONU e da Declaração dos Direitos Humanos. Com o seu avanço e sua constante globalização, algumas questões surgiram com a necessidade de proteção e maior segurança jurídica. Uma dessas questões é o fato de milhares de pessoas sofrerem algum tipo de perseguição, se verem em meio a algum desastre natural ou até mesmo fugirem da pobreza e, por isso, serem forçadas a buscar proteção em outro território. São estes os então chamados refugiados. Assim, é necessário estabelecer quais são os critérios utilizados para tratar esse grupo de pessoas, visto que a sua situação envolve diversas questões jurídicas, bem como se relaciona intimamente com a soberania dos Estados. Muitos avanços foram alcançados no decorrer dos anos, e não foi diferente no Brasil, país que tem sido considerado modelo de proteção aos refugiados, com a internacionalização de tratados importantes e com a criação de uma lei específica (Lei 9.474/97) sobre o tema. Hoje, o Brasil conta com cerca de 8 mil refugiados de 81 nações diferentes, além de ter recebido 12 mil solicitações de refúgio, apenas durante o ano de 2014. Os haitianos estão entre a maioria dos que estão aqui, visto que, após o terremoto ocorrido em Porto Príncipe, em 2010, houve uma considerável crescente de pedidos de refúgio. O fato é que, além de os haitianos necessitarem se adaptar a uma nova cultura, longe de seus familiares, de seu povo, de sua nação, eles também têm enfrentado a discriminação racial, uma intolerância enraizada na sociedade brasileira. Casos como a hostilidade sofrida pelos haitianos em um posto de gasolina em Porto Alegre, que ganhou grande repercussão na Internet ou o ataque xenofóbico que deixou 7(sete) haitianos feridos em São Paulo são exemplos de que o preconceito ainda está fortemente enraizado na sociedade brasileira. Dessa forma, é considerável que se busque uma maior atuação dos sistemas de proteção e que exista um maior incentivo nas áreas acadêmica, social e jurídica, para que práticas de intolerância como as referidas acima possam ser pouco a pouco extinguidas. Conhecer e aprofundar-se no assunto, compreender todos esses



movimentos migratórios e o motivo de estarem acontecendo no mundo atual, preocupar-se com as condições enfrentadas por essas pessoas é questão não apenas de discussão teórica, é ato de solidariedade.

Palavras-chave: Direitos humanos; Refugiados; Haitianos; Discriminação racial.

TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ESCRAVAS BRANCAS NA *BELLE ÉPOQUE*

Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo, estudante da Licenciatura em História - UFC
E-mail: taynara.mirelle.araujo@gmail.com.

RESUMO

No fim do século XIX e no início do XX, o caráter da exploração sexual e das migrações no Brasil sofreu muitas alterações, por dois grandes motivos que se entrecruzam: o período da Belle Époque e o tráfico de mulheres oriundas do Leste Europeu. Este trabalho tem como objetivo analisar, através do romance *Madame Pommery*, de 1920, de Hilário Tácito, como se deu a exploração sexual e o tráfico das “polacas” no período. Essa análise se dará a partir de alguns questionamentos e reflexões sobre o “tráfico de escravas brancas”, de modo a estabelecer a relação entre os ideais da Belle Époque e o surgimento da prostituição de luxo, bem como o combate ao lenocínio. Embasam-se essas reflexões na análise de fontes e em ampla bibliografia, como os trabalhos de Margareth Rago, Michelle Perrot, Rachel Soihet, Carole Pateman e Regiane Boainain.

Palavras-chave: Gênero; Migração; Prostituição de luxo.

A POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA NA VISÃO DO PROJETO DE LEI 2.516/2015 - NOVA “LEI DE MIGRAÇÃO”

Flávio Pimenta De Souza,
bacharel em Direito - UFMG, mestre em Direito Internacional e Direitos Humanos - *University for Peace* da ONU, professor substituto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - UNILAB
E-mail: souza.flaviops@gmail.com

RESUMO

O Brasil encontra-se em pleno processo de deliberação legislativa para mudar o curso de sua política migratória. Discute-se a superação do modelo conservador, representado pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), cujo foco imoderado em questões de segurança nacional e na criminalização de imigrantes em situação irregular não cedeu espaço a novos direitos e garantias, decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição brasileira de 1988 – relativos, sobretudo, à prevalência dos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana. Do que disso se infere, o objetivo do presente estudo é mostrar os avanços e os desafios principais do Projeto de Lei 2.516/2015, a nova “Lei de Migração”, e, ainda, lembrar que se encontra pendente a tramitação nos Poderes Executivo e Legislativo de norma jurídica mais favorável para os migrantes, em decorrência de tratado internacional, a saber: a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros de suas famílias. Portanto, busca-se enfatizar outros aspectos relevantes do fenômeno da migração que perpassam pelo valor social do trabalho, pela prevalência



dos direitos humanos e que vão além do mero controle migratório através das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira.

Palavras-chave: Reforma legislativa; Direitos humanos; Fluxos migratórios; Convenções internacionais.

POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE (PAAHM): POLÍTICA PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS MIGRANTES NO CEARÁ

Lívia Maria Xerez de Azevedo, especialista em Gestão Pública - UNILAB
E-mail: livia.maria.xerez@gmail.com

RESUMO

Os Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs) foram equipamentos inicialmente concebidos para recepcionar brasileiros não admitidos ou deportados nos principais pontos de entrada do país, porém o crescimento dos fluxos migratórios mistos em todo o mundo foi determinante para que esses espaços, inclusive o Posto Avançado do Ceará, realizassem articulações com redes locais, nacionais e internacionais para a garantia e a efetivação de direitos humanos.

Palavras-chave: Fluxos migratórios mistos; Acolhimento; Referenciação; Articulação.

OS REFUGIADOS NO BRASIL E A INTOLERÂNCIA RACIAL CONTRA OS HAITIANOS

Camila Rodrigues de Araújo, advogada, bacharela em Direito - Faculdade Farias Brito, especialista em Direito Tributário
Email: camila20rodrigues@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho se propõe a fazer uma análise a respeito dos refugiados no Brasil, estabelecendo os principais critérios utilizados no tratamento de pessoas que se encontram nessa situação, levando em consideração que o Brasil se mostra como um país modelo na América Latina - no que se refere à proteção dos direitos humanos dos refugiados. As políticas públicas de assistência e de integração são indispensáveis e essenciais, no que diz respeito à efetiva integração social, econômica e cultural dos refugiados. Muito embora o território brasileiro tenha internalizado leis e convenções importantes sobre o assunto, ainda existem problemas graves enfrentados pelas pessoas na condição de refugiado. Uma das dificuldades que merece destaque, devido à sua gravidade, é a discriminação racial. O tratamento e a preocupação com essa temática não significa apenas levantar teorias, mas também buscar soluções. Nessa nossa proposta, postulamos medidas ainda mais específicas e efetivas para o acolhimento dos refugiados haitianos.

Palavras-chave: Direitos humanos; Refugiados; Haitianos; Discriminação racial.

GT 6: MIGRAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE

DISCUTINDO DIVERSIDADE SEXUAL E POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO COM ESTUDANTES AFRICANOS/AS NO CEARÁ



Francisco Vítor Macêdo Pereira, doutor em Filosofia Prática - UFPE, professor do BHU e do MIH - UNILAB, membro do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades - UNILAB

RESUMO

Este trabalho se delinea no sentido de que sejam evidenciadas e debatidas algumas questões de dissensões e de intercursos culturais, notadamente nos ambientes acadêmicos cearenses, a envolverem as relações de gênero e de sexualidades inerentes às transposições e às significações diaspóricas África-Brasil. Além de algumas dissonâncias no reconhecimento da autonomia e do protagonismo feminino, verifica-se no bojo dessas relações - especificamente da vida acadêmica entre estudantes africanos/as e brasileiros/as no Ceará - também a necessidade de afirmação dos direitos e da presença LGBTQ (de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e *queers*), nos contextos educacionais e de produção e difusão do conhecimento no Ceará.

Palavras-chave: homossexualidade; feminismo; direitos humanos; diáspora de estudantes africanas/os no Ceará.

REFUGIAD@S LGBTs AFRICAN@S

Carlos Eduardo Bezerra, doutor em Letras (Literatura e Vida Social) - UNESP, licenciado em História - UFC, professor do BHU e da Licenciatura em Letras – UNILAB, membro do Fórum LGBT Cearense e pesquisador do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades - UNILAB
E-mail: carloseduardo.bezerra@unilab.edu.br

RESUMO

Após 70 anos de sua criação, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a sua primeira reunião para discutir os direitos da população LGBT no mundo. Esta reunião chamou atenção, entre outras questões, para a condição de refugiad@s por orientação sexual e/ou identidade de gênero, conforme o conceito exposto no artigo 9º da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951) e com base no critério “Pertencimento a grupo social específico”, do Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados (ONU, 1967). Nesta comunicação oral, tem-se como objetivo geral apresentar um breve recorte de uma pesquisa maior, intitulada *Cartografia miridiática do movimento LGBT em alguns países africanos*. O foco da comunicação é a análise da divulgação midiática da existência e da experiência de refugiad@s LGBTs african@s, seja no próprio continente ou fora dele, como é o caso da África do Sul e do Brasil, respectivamente. Tem-se como um dos objetivos específicos dar visibilidade a essa discussão e a este grupo da população LGBT. Muito pouco ou nada se fala a respeito desse grupo, seja porque outros grupos de refugiad@s são maiores e históricos, como refugiad@s de guerra ou por motivos religiosos e/ou étnicos, seja porque, de um modo geral, fala-se pouco ou até se tenta negar a existência da população LGBT africana, ou qualquer outro tipo de comportamento ou orientação heterodiscordantes. Porém, a adoção de leis e de políticas públicas que colocam em perigo a vida de pessoas LGBTs africanas acaba por trazer à tona ess@s sujeit@s e a discussão do tema, por mais que se tente invisibilizá-l@s. As matérias divulgadas por agências internacionais de notícias são as fontes principais da pesquisa, que, na sua maioria, são vinculadas de modo esporádico, fragmentado, sendo pouco divulgadas ou divulgadas como curiosidades - daí o conceito de “miridiático”, que cunhamos para dar conta dessa situação. Serviram-nos também como fonte os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e a documentação – convenções e protocolos – acima referidos. Um dos resultados da pesquisa é constatar que, além da conquista da visibilidade, @s refugiad@s LGBTs african@s constituem uma espécie de contraponto às explicações



que @s invisibilizam - através de justificativas como o essencialismo, o determinismo cultural e a exogenia das homossexualidades no continente africano.

Palavras-chave: Refugiad@s; LGBT; África; Visibilidade

A HOMOSSEXUALIDADE NO CONTINENTE AFRICANO: HISTÓRIA SOCIAL DA COLONIZAÇÃO DAS PRÁTICAS SEXUAIS AFRICANAS

Ercílio Neves Brandão Langa, estudante do
Doutorado em Sociologia – UFC
E-mail: ercilio.langa@gmail.com

RESUMO

Discutir acerca da homossexualidade em África não se apresenta tarefa fácil. Além de ser considerada *tabu* em muitas sociedades, há dificuldades em obter-se dados sobre esta prática sexual, pouco documentada no continente. Desde o início do século XXI que se verificam, no entanto, discursos acirrados, atuações de governos e de estadistas africanos contra a homossexualidade, muitas vezes tida como “*influência e prática ocidental*” ou “*contra a cultura e costumes africanos*”. As ações vão de pronunciamentos individuais e notícias na mídia incitando à violência contra homossexuais à votação de leis nos parlamentos, criminalizando a prática e, em alguns casos, estabelecendo condenações de prisão e de pena de morte a homossexuais, violando seus direitos humanos. Nesse contexto, o debate sobre os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intergêneros (LGBTIs) no continente africano mostra-se importante e urgente. Este *paper* constrói uma breve história social da homossexualidade em África e os reflexos do colonialismo europeu, islâmico e da ordem judaico-cristã sobre as práticas sexuais africanas. De fato, ao longo dos séculos e em diferentes momentos, as práticas sexuais africanas foram influenciadas pela colonização islâmica e europeia. E, nos últimos tempos, particularmente, a região subsariana tem sido dominada pela ordem judaico-cristã imposta pelas igrejas evangélicas brasileiras e norte-americanas. Tais influências político-religiosas têm sido determinantes para um contexto de negação da existência de relações homossexuais, bem como para o acirramento de preconceitos e de discriminações contra os LGBTIs africanos.

Palavras-chave: Homossexualidade; Direitos Humanos; Continente africano; Religiões

A CONCEITUALIZAÇÃO DO FEMININO PELA IMPRENSA CARIOCA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE IMAGÉTICA DE REPRESENTAÇÕES DAS “DONAS DE CASA”, NO PERÍODO CARNAVALESCO

Rebecca Silveira da Costa, bolsista da Iniciação Científica -
PIBIC/CNPQ/UNILAB

Email: rebeccca.silveira@hotmail.com

Ailene Cristina Brito Soares Rosa, bolsista da Iniciação Científica -
UNILAB – BICTI/FUNCAP

Email: tyninhasoaresrosa@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Magalhães de Paula - UNILAB

Email: marcela.magalhaes@unilab.edu.br

RESUMO

O presente artigo faz uma análise sobre a conceitualização do feminino e a relação da mulher com a linguagem, especificamente no campo da comunicação semiótica no início do século XX pela revista *Careta*. O objetivo é compreender através da análise das imagens obtidas no livro *Carnaval* de J.



Carlos (1999), a representação da mulher não “carnavalesca”, notoriamente da considerada “Dona de Casa”, pela percepção da imprensa carioca. A base teórica foi construída partindo dos estudos de Zygmunt Bauman, em seu livro *O mal estar da pós-modernidade* (1997), que apresenta sua crítica sobre o ideal de liberdade e as inquietações da vida social. As manifestações carnavalescas, no início do século XX, eram sinônimas de “libertação” da sociedade, até mesmo para as famílias tradicionais da época. A imprensa, corroborando esta ideia, foi responsável por publicar imagens de mulheres em contextos carnavalescos, evidenciando que a figura feminina representada como “dona de casa”, esposa e mãe não fazia parte – ou não deveria fazer – de tais festejos. Dessa forma, a justificativa dá-se pela necessidade de compreender, através da imprensa, a influência dessas publicações na sociedade e a desvalorização da mulher. A metodologia adotada neste trabalho é de caráter bibliográfico. O resultado deste estudo é eficaz diante das reflexões sobre a conceitualização do feminino na abordagem da imprensa carioca do começo do século XX, visto que as imagens publicadas pela revista afirmam o pensamento de uma sociedade que desvaloriza toda categorização de mulher/feminino.

Palavras-chave: Gênero; Carnaval; Bauman; Dona de casa

GT 7: MIGRAÇÃO, DIÁSPORA AFRICANA E LITERATURA

ATLÂNTICO(S) DO SUL E LITERATURA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Marcela Magalhães de Paula, pós-doutoranda – UNILAB

Email: marcela.magalhaes@unilab.edu.br

Edna Carlos de Almeida Holanda, professora – UECE

Email: ednaholanda@yahoo.com.br

RESUMO

Neste trabalho, debruçar-nos-emos sobre o papel desenvolvido e empenhado pelo Atlântico Sul, enfocando-o como “método” ou “abordagem categórica” que possibilita os estudos literários e o pensamento histórico, especialmente no contexto das literaturas de expressão portuguesa. Refletindo sobre a criação literária em Portugal, no Brasil e nos países africanos falantes do português, é patente a presença da simbologia do imaginário marítimo nas obras que se inscrevem no âmbito lusófono, nas duas costas do Oceano Atlântico (e até mesmo nas margens do Oceano Índico, para citarmos Moçambique). Para Alison Games (2006), o “Atlântico Sul” constituiu-se em um princípio metodológico produtivo, por meio do qual estudiosos investigam as histórias de quatro continentes e suas ligações. O autor enfatiza que o termo surpreendeu ao tornar-se um grande mecanismo de análise histórica, sendo encarado muitas vezes como uma unidade esclarecedora e, no mínimo, interessante. Quanto à literatura, o estado da questão reside na problemática de se indagar sobre os textos do “sul subserviente” do mundo, sobretudo daqueles da literatura africana de língua portuguesa, que são desvalorizados como objeto de estudo, pois geralmente são considerados como provenientes de “literaturas menores”, devido à resistência eurocêntrica e às reminiscências ideológicas colonialistas. Dentro destes universos literários excluídos, ressaltaremos a literatura santomense que, apesar da sua importância intrínseca às questões anticoloniais africanas e ao papel desenvolvido dentro do movimento da negritude para o contexto africano de expressão portuguesa, ainda é pouco estudada.

Palavras-chave: Atlântico(s) Sul; Literatura Santomense; Colonialismo.



IMAGENS DA MULHER-FOLIÃ: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS, DURANTE E DEPOIS DO CARNAVAL, NAS DÉCADAS DE 30-50

Ailene Cristina Brito Soares Rosa, estudante - UNILAB

Rebecca Silveira da Costa, estudante - UNILAB

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Magalhães de Paula - UNILAB

RESUMO

O presente trabalho possui como linha diretriz a análise da imagem da mulher carnavalesca, antes e depois da quarta-feira de Cinzas, nas décadas de 30-50, através da coletânea de ilustrações *Carnaval*, de J. Carlos (1999). Nesse sentido, pretende-se observar o papel desempenhado pelas mulheres carnavalescas da época. As imagens ilustradas refletem as histórias do carnaval brasileiro, vividas intensamente por parte do ser feminino. Tais representações mostram as transformações sociais e culturais vividas no Rio de Janeiro, no período mencionado. Ellen Karin Dinese Maziero (2011), em seu artigo intitulado “A percepção da imprensa sobre a mulher carnavalesca e os festejos momescos do Rio de Janeiro na década de 1950” sustenta que, nas décadas de 20 e 30, as mulheres sofriam várias pressões por parte dos órgãos sociais, os quais defendiam que elas tinham que ser recatadas - pois possuíam um determinado dever na sociedade. Entretanto, as mulheres começaram a travar lutas em busca de melhores condições e, nas primeiras décadas do século XX, elas conseguiram o direito de voto e o exercício de profissão. Observando as gravuras publicadas pela imprensa da época, percebemos que, com o passar do tempo, as mulheres foram se tornando mais sofisticadas, glamorosas e extremamente femininas, o que as tornou símbolos de sensualidade e “objetificação” por parte do universo masculino.

Palavra-chave: Mulher; Foliã; Carnaval.

GT 8: MIGRAÇÃO, MÍDIAS SOCIAIS E ARTE AFRO-DIASPÓRICA

POR UMA POÉTICA DA VISUALIDADE: OLHARES SOBRE A IMAGEM (AFRO) BRASILEIRA NO FILME “TAMBÉM SOMOS IRMÃOS” (1949)

Erick Sousa de Sousa, estudante de

Antropologia – UNILAB

Email: ericksousas@gmail.com

RESUMO

O filme “Também somos irmãos”, lançado em 1949, tem a direção assinada pelo então fundador da Atlântida Companhia Cinematográfica S/A, José Carlos Burle. A obra narra a história de quatro ‘irmãos’ de uma família nobre da grande São Paulo. Um casal de pele branca, e outros dois homens negros. Os quatro foram sempre criados juntos, até que um dia percebem que não são tão parte da família como imaginavam. Entendemos a visualidade como uma potência enunciativa de teoria e elaboração de conceitos sobre as manifestações humanas. Desse modo, concebemos a composição fílmica para além de um terreno representativo-simbólico, e como uma existência atuante no próprio ambiente. O filme em comento intui uma ousada caricatura da sociedade brasileira da época, assim como imerge na elaboração imagética que configura enunciações de discursos proliferados nas diversas esferas sociais, a respeito da ‘condição’ do negro na história, mas também na sociedade contemporânea - seus prestígios, valores, práticas, saberes e fazeres distintos da branquitude. O trabalho perpassa igualmente por um esboço, que se caracteriza com estereótipos constituídos através



das inter-relações entre os sujeitos dos processos que permeiam a historicidade e a relação com a negritude. Objetivamos, desse modo, refletir a partir da visualidade as múltiplas composições de olhares sobre a *pessoa* afro-brasileira, assim como ponderar sobre as disposições éticas que permeiam a emergência da obra a partir do seu contexto estético.

Palavras-chave: Visualidade; Afro-brasilidade; *Também Somos Irmãos* (1949); Negritude e Subjetividade

A RELAÇÃO DA INTERNET NO DESENVOLVIMENTO DOS PALOP: DIFUSÃO DIGITAL EM CABO VERDE E MOÇAMBIQUE

Jeremias Bolous Ferreira de Castro, licenciando em Sociologia - UNILAB
Email: jeremilito22@gmail.com

RESUMO

Atualmente, a internet é tida como uma importante ferramenta no mundo da globalização, não sendo diferente no continente africano. O seu desenvolvimento nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) tem vindo a crescer, devido à difusão tecnológica nas sociedades desses países - o que ainda suscita uma preponderância na área de educação. Isso vem acontecendo acentuadamente em Cabo Verde, um país de recursos naturais escassos e que vem apostando em recursos humanos como forma de desenvolver a sua sociedade - fazendo com que a inclusão digital seja uma importante ferramenta nessa relação. Tal como Cabo Verde, outro país lusófono africano que também apostou na difusão e na inclusão digital é Moçambique, que culminou a abordagem do uso das Tics através de projetos para expandir a internet em regiões distantes da capital, Maputo - como forma de fazer os indivíduos relacionarem o mundo contemporâneo com o tradicional. O conhecimento é uma poderosa ferramenta, e a internet transborda de mecanismos que proporcionam enormes curiosidades e contribuem grandemente para o desenvolvimento das sociedades. Portanto, devido ao uso da internet e à difusão de vários projetos para incremento das tecnologias, o desenvolvimento em África vem tornando-se uma realidade.

Palavras-chave: Internet; Desenvolvimento; Difusão e inclusão digital; Cabo Verde; Moçambique

A ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA CORPOÉTICA DE FRANÇA, “POETA ERRANTE” PERNAMBUCANO.

Ivan Maia de Mello, Doutor em Educação (UFBA), Mestre em Filosofia (UERJ), Professor Adjunto do IHL-UNILAB

O poeta pernambucano França (1955-2007) marcou a história da cultura pernambucana com seu estilo corpoético irreverente e vigoroso de criações literárias, artesanais, teatrais-performáticas. A comunicação apresenta alguns dos aspectos de sua estética da existência de “poeta errante”. Em primeiro lugar, sua marca mais forte na memória de quantos o viram apresentar suas performances em recitais de poesia, sobretudo na cidade de Olinda, onde viveu por muitos anos até a morte. França organizou recitais de poesia nesta cidade desde os tempos do Bar Sociedade dos Poetas Vivos, quando os poemas eram falados entremeados por batuques de tambores, que davam ao evento uma magia intensa que realçava a expressão poético-performática dos participantes, sobretudo a sua própria, que transfigurava as dores e os amores de sua existência afirmativamente negra. Ele participou dos recitais itinerantes do movimento Poesia na Praça, que ocorreu aos domingos com o grupo CORPOEMA, a partir do ano de 1992, e em seguida, no final dos anos 90, criou o movimento “Eu, poeta errante” de recitais poéticos itinerantes, todas as quintas-feiras, em algum lugar das cidades de Olinda e Recife.



Seu estilo vigoroso de recitar promovia uma abundância de recitações de poetas que o acompanhavam e buscavam juntos não deixar a poesia silenciar sua voz plural. Seu estilo corpoético expressava a indignação diante da opressão social e racial com um tom irônico que mantinha o humor ainda que de modo sarcástico. Além do movimento “Eu, poeta errante”, destacam-se as publicações artesanais em colaboração com Sil Beraldo, através da Editora Mão de Veludo, cujos formatos realçavam a poesia com a plasticidade de elementos diversos acoplados aos exemplares de seus livros, assim como cartões postais, em íntima conexão com as roupas em estilo afro que usava. Sua história ainda passa pela fundação e atuação no Teatro de Amadores de Olinda (TAO) que lhe deu a teatralidade mais experimental que ele apresentava em espetáculos de performances poético-ritualísticas. Enfim, França cunhou seu estilo corpoético na cultura pernambucana afirmando a força, a sensualidade e a criticidade de seu modo de existência e este trabalho visa apresentar um pouco da abundante produção existencial deste corpoeta.

Palavras-chaves: Estética; Existência; Corpoema; Pernambuco.

GT 9: MIGRAÇÕES, RACISMO, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO

ENSINO DE CIÊNCIAS, DIVERSIDADE(S) E CIDADANIA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS DE FORTALECIMENTO DA LEI 10.639/2003 A PARTIR DO PIBID/CAPES

Assis Anderson da Silva, discente, bolsista - PIBID/ICEN/UNILAB
Email: assis_anderson@yahoo.com.br

Quedeco Ié, discente, bolsista - PIBID/ICEN/UNILAB
Email: quedeco85@hotmail.com

Jacqueline Freire, docente - PIBID/ICEN/UNILAB
Email: jacqueline@unilab.edu.br

RESUMO

Há mais de um ano, o Instituto de Ciências da Natureza e Matemática (ICEN) vem implementando o Subprojeto do PIBID intitulado “Ensino de Ciências, Diversidade(s) e Cidadania”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), coordenado nacionalmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Subprojeto tem na interculturalidade, na(s) diversidade(s) e no combate ao racismo elementos centrais, como parte estruturante da formação inicial de professores/as e da atuação em escolas municipais e estaduais do Maciço do Baturité. O presente trabalho se propõe a relatar experiências vivenciadas nessas escolas, situadas nos municípios de Acarape e Redenção, no Maciço do Baturité, tendo o fortalecimento da lei 10.639/2003 como um dos pilares das atividades educacionais dinamizadas no chão da escola por discentes e docentes da Unilab e das escolas envolvidas. As experiências vivenciadas têm oportunizado a desmistificação sobre preconceitos em relação à África, seus povos e culturas, bem como têm contribuído significativamente para a inserção social da Unilab na educação básica, para a concretização de sua missão de integração internacional e compromisso com igualdade racial.

Palavras-chave: Lei 10639/03; Ciências; Diversidade; Cidadania.



EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS EM MATERIAIS DE ENSINO

Evaldo Ribeiro Oliveira, professor do BHU e da Licenciatura em Pedagogia – UNILAB

RESUMO

A presente proposta intitulada “Educação das Relações Étnico-Raciais: Potencialidades Pedagógicas em Materiais de Ensino” busca dar aprofundamento em estudos realizados no mestrado, em orientações de trabalhos de conclusão de curso, em oficinas pedagógicas, entre outros. O objetivo do presente estudo é apontar as possibilidades de identificar e compreender as potencialidades pedagógicas em materiais de ensino para a educação das relações étnico-raciais. Para tanto, se compreende potencialidades pedagógicas como a possibilidade de construção do conhecimento, que despertem o interesse para a aprendizagem, que provoquem a reflexão, e/ou possibilitem ao educador criar situações de aprendizagens (OLIVEIRA, 2009). A identificação e compreensão das potencialidades pedagógicas se deram a partir dos princípios apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Parecer CNE/CP 003/2004, que são: consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e à discriminação. Materiais com potencialidades pedagógicas são aqueles que geram aprendizagens, que permitem a conexão da experiência vivida, no dia-a-dia, com aquela que o material explicita, são aqueles que mostram possibilidades de multiplicar ações positivas de humanidade, de pertencimento étnico-racial, de luta por mudanças de realidade social adversa, de respeito e orgulho de gênero e orientação sexual, de respeito às gerações mais antigas e mais novas, de respeito e valorização a diferentes formas de religiosidade, às manifestações culturais de diferentes raízes étnico-raciais, à história de todos os povos que contribuíram e contribuem para a construção da nação e de toda a humanidade.

Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais; Material didático; Potenciais didáticos.

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO COTIDIANO ESCOLAR.

Juliana Magalhães Linhares, mestre em História Social – UFC, professora - INTA
E-mail: jullinhares@yahoo.com.br

RESUMO

Em 2003, o governo federal aprovou a lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História da África e de cultura afro-brasileira na educação básica, fosse ela pública ou particular. Podemos apontar como um dos objetivos da referida lei a necessidade de se falar sobre a luta dos negros, a partir do ensino de história da África e do Brasil, ressaltando a importância da cultura negra para o povo brasileiro e o negro na formação da sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é refletir, a partir de uma análise bibliográfica, sobre os impactos da lei 10.639/03 a partir da sua inserção no cotidiano escolar, nas aulas, nas semanas culturais, na formação de professores e na realidade do aluno. Quais os obstáculos encontrados pela obrigatoriedade do ensino de História da África nas escolas? Que tipo de resistências ocorreu no processo de inserção da cultura afro-brasileira nos currículos escolares? Estas são algumas questões que se tornaram frequentes na literatura sobre o assunto e nos relatos de experiências sobre o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. Os estudos sobre os resultados da implementação da lei começaram a surgir nos últimos anos e nos mostram uma difícil realidade de aceitação, na qual as escolas cearenses estão inseridas.

Palavras-chave: Ensino; História; África;



CENTRO ABERTO NHAMATSANE (CAN): UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A AÇÃO DESENVOLVIDA EM UMA ESCOLA COMUNITÁRIA EM CHIMOIO, MOÇAMBIQUE

Paulo Cesar Alves Garcia, estudante do Bacharelado em Humanidades - UNILAB Email: pcgarc@hotmail.com

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência, cujo objetivo é analisar a importância das ações desenvolvidas pelo Centro Aberto Nhamatsane (CAN), uma escola comunitária em Chimoio, Moçambique, que oferece à população alternativas educacionais frente a ausência de ações do poder público. Pretende-se descrever, brevemente, os resultados obtidos a partir do desenvolvimento de uma oficina, cuja temática foi empreendedorismo social, realizada no espaço do CAN, e estimular reflexões sobre como o governo moçambicano tem traçado estratégias para atender às demandas na área da educação, levando-se em consideração a necessidade cada vez mais urgente de se pensar em projetos que abarquem os diferentes sujeitos dentro do ambiente escolar. Os resultados dessa experiência evidenciaram a importância da escola e da organização comunitárias - como caminhos para estimular o protagonismo juvenil e contribuir com a conscientização e luta por direitos de uma população empobrecida, a qual é constantemente invisibilizada e silenciada.

Palavras-chave: Educação; Escola Comunitária; Empreendedorismo Social; Voluntariado.

EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E DIGNIDADE HUMANA: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CABO VERDE

Elisangela André da Silva Costa, professora – UNILAB
Email: elisangelaandre@unilab.edu.br
Jacqueline Cunha da Serra Freire, professora – UNILAB
Email: jacqueline@unilab.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a experiência da UPMS em Cabo Verde, considerando a sua articulação entre educação, movimentos sociais e dignidade humana, no contexto de 40 anos de trabalhos sociais e educacionais prestados naquele país e dos seus desafios pós-2015. Parte-se da compreensão de que a educação para o respeito às diversidades é um desafio posto historicamente à humanidade, considerando não serem raros os episódios de utilização das diferenças como justificativas para a existência das desigualdades, sobretudo dentro dos contextos formais de educação. Destacam-se ainda a riqueza e a singularidade presentes na realização da referida oficina, envolvendo aprendizagens das mais variadas dimensões humanas. Para a análise em tela, optou-se metodologicamente pela abordagem qualitativa, considerando a visão dos sujeitos, os seus valores e saberes (SANTOS, 2007) e também pelo relato de experiência, buscando destacar elementos relativos à dinâmica das relações sob análise. Foram utilizados como aportes teóricos Munanga (2006), Santos (2007), Quijano (2009) e Candau (2011). Os resultados apontam para a UPMS como oportunidade de construção de diálogo entre movimentos sociais, de reflexão e de fortalecimento de uma epistemologia pautada na partilha de conhecimentos diversos e das formas de resistência às relações baseadas na opressão.



Palavras-chave: Educação; Movimentos Sociais; Dignidade Humana.

GT 10: HISTÓRIA, MIGRAÇÃO E TRABALHADORES

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA DIÁSPORA AFRICANA DE ESTUDANTES ORIUNDOS DE GUINÉ-BISSAU EM FORTALEZA-CE.

Francisco Felipe Peixoto, estudante do Bacharelado em Humanidades – UNILAB

Email: peixototgp@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza- UNILAB

RESUMO

A pesquisa objetiva conhecer as condições de formação e de trabalho de estudantes oriundos de Guiné-Bissau, que migraram para a Região Metropolitana de Fortaleza. Faremos uso de recursos interdisciplinares, dentre os quais privilegamos a oralidade, por meio sobretudo de entrevistas - pelas quais visamos registrar e analisar aspectos das vidas cotidianas e das expectativas de formação desses/as estudantes. A partir de 2009, por ocasião de parceria entre os governos do Brasil e de Guiné-Bissau, vários estudantes migraram para o Ceará, visando uma formação superior ou técnica, o que lhes permitiria voltar ao seu país em melhores condições de serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Através de propagandas veiculadas em Guiné-Bissau, os estudantes vislumbraram a possibilidade de estudar no Brasil - em escolas técnicas e em faculdades que prometiam estágios e outras vantagens, ainda que muitas dessas promessas não tenham vindo a se concretizar na prática. Entre 2009 e 2011, centenas de estudantes desembarcaram e se estabeleceram em Fortaleza com essa perspectiva. Em 2012, uma crise política afetou Guiné-Bissau, culminando com um golpe de estado. Muitas das famílias dos/das estudantes ficaram impossibilitadas de enviarem dinheiro aos/às seus/suas filhos/as, o que conseqüentemente ocasionou a inadimplência de muitos/as estudantes com as faculdades. Não demorou para que a situação de inadimplência deixasse as/os jovens migrantes impossibilitados/as de receberem declarações estudantis, perdendo a condição de estudantes e mesmo o visto - o que implicava em risco de extradição. Sem dinheiro para manterem-se e pagar as mensalidades, muitos procuraram inserir-se no mercado informal de trabalho, já que só poderiam trabalhar em regime de estágio, em áreas afins aos seus cursos. A metodologia adotada para a análise dessa situação baseia-se na utilização de entrevistas semiestruturadas com cinco desses/as estudantes. A relevância do tema para a sociologia e para a antropologia das migrações atuais consubstancia-se, na medida em que se fomenta uma reflexão acerca da diáspora africana de estudantes na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Estudantes; Diáspora; Trabalho; Educação.

TRABALHO ESCRAVO E MIGRAÇÃO: SECA, REESCRAVIZAÇÃO E TRÁFICO INTERPROVINCIAL NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX.

Francisca Raquel da Costa, professora - IFPI, licenciada em História - UFPI, mestre em História do Brasil - UFPI e estudante do Doutorado em História Social - UFC



RESUMO

A discussão apresentada aqui surgiu das análises realizadas nas fontes utilizadas para a construção da tese de doutorado. A proposta inicial da mesma estava relacionada com as práticas de reescravização de pessoas livres e libertas no Piauí, na segunda metade do século XIX. Portanto, no desenvolvimento da pesquisa, percebemos que um dos fatores que contribuíram para a ocorrência de vários casos de reescravização à época foi a seca sofrida pela população do território piauiense, ocorrida também nas demais províncias do Nordeste. A pobreza foi uma das grandes consequências geradas a partir desse fenômeno climático que assolou grande parte da região, assim como o processo de migração de vários retirantes da seca, especialmente aqueles que saíram do Ceará para o Piauí (Cf. DOMINGOS NETO, 1987; ARAÚJO, 1991; BARBOZA, 2013). Tal fenômeno afetou as relações escravistas, fazendo com que diversas pessoas vendessem seus escravos – e até mesmo ex-escravos libertos – na tentativa de acumular recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. Dessa forma, o tráfico interprovincial de escravos no Piauí ganhou volume na segunda metade do século XIX. Outro fator ocasionado pela seca e pela formação de uma rota de retirantes foi a fuga de escravos do Piauí para outras províncias. Estes aproveitavam as condições geradas pela seca, especialmente o aumento demográfico ocorrido no Piauí ocasionado pela presença de retirantes, assim como o aumento da oferta de mão de obra, para aumentar o corredor migratório. Acreditamos também que muitos casos de pessoas libertas e livres, as quais foram revendidas como escravas, estavam relacionados a esse fator. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de analisar essas questões, apontando a ligação existente entre escravidão, reescravização, seca e migração de trabalhadores escravizados - nas rotas abertas pelo tráfico interprovincial no Piauí neste período.

Palavras-chave: Reescravização; Seca; Migração; Tráfico interprovincial de escravos no século XIX.

BRASIL: MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RETORNO, NO PERÍODO DE 2005 A 2010

João Gomes da Silva, estudante de Ciências Econômicas - URCA, bolsista CNPq, pesquisador do Observatório das Migrações no Estado do Ceará
Email: joaoeconomia@ymail.com

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Nunes de Queiroz – URCA, coordenadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará.
Email: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo desse estudo é analisar a migração interestadual de retorno, entre as Unidades da Federação do Brasil, no quinquênio de 2005/2010, dado que, em anos recentes, tal fluxo intensifica-se para algumas regiões e estados do país. Para o alcance desse objetivo, analisam-se informações dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Os principais resultados mostram que em nível nacional, o Nordeste se destaca como principal área de destino. Por sua vez, em nível regional, em termos relativos, o Ceará mostra-se como a Unidade da Federação mais atrativa, seguido da Paraíba e do Piauí. Isso aponta para a tendência da rotatividade das migrações, dado que os tradicionais estados perdedores de população, na atualidade, são os principais receptores de retornados, revelando o intenso ir e vir de pessoas entre as UFs brasileiras.

Palavras-chave: Brasil; Migração; Interestadual; Retorno.

“OS SAMANGOLÉS”: UMA COLÔNIA DE AFRICANOS NO CEARÁ (SÉC. XIX)

Jofre Teófilo Vieira, Bolsista da Fundação Biblioteca Nacional, estudante do Doutorando em História Social - UFC



Email: aramisjf@yahoo.com.br

No dia 19 de agosto de 1853, foi publicada no jornal "O Cearense" uma nota em que se chamava a atenção dos leitores e do governo provincial para a existência, nos subúrbios da cidade de Fortaleza, de um "foco de immoralidade de todo gênero". A nota referia-se a uma colônia africana de "samangolés". Segundo a mesma nota, estes africanos foram apreendidos em 1835, e distribuídos por engajamento a diversos particulares. Quem eram estes africanos a quem chamavam de "samangolés"? Qual a história da apreensão de 1835? Diga-se que a diáspora africana para o Brasil, ou seja, a migração forçada de milhares de homens, mulheres e crianças, produziu um profundo impacto nas relações sociais do país, principalmente a partir do século XIX (devido ao crescimento vertiginoso do tráfico de africanos escravizados e às inúmeras possibilidades de arranjos sociais disso decorrentes). Neste sentido, busca-se compreender quem eram esses africanos e analisar as suas múltiplas experiências no Ceará do século XIX, para que se possa entender as suas influências na população negra do Ceará.

Palavras-chave: Africanos; Trabalhadores; Migração; Ceará.

RESUMOS

EXPANDIDOS





GT 1: DIÁSPORA AFRICANA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA: COOPERAÇÃO SUL-SUL, BRASIL E MOÇAMBIQUE - PROGRAMA TRIPARTIDO PROSAVANA, JBM

Farã vaz, estudante do Bacharelado em Humanidades - UNILAB

Email: rodrigo.cafacaia21@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo – UNILAB

Email: basilele@unilab.edu.br.

RESUMO

O Brasil, no período de 2003 a 2010, direcionou a sua política externa para o continente africano, dentro de um contexto em que deixou de ser um mero receptor da cooperação internacional para se tornar um financiador, especializado na cooperação técnica para o desenvolvimento. Esse trabalho, parte da nossa pesquisa de graduação, tem como objeto de investigação o Programa de Cooperação Tripartida Brasil, Japão e Moçambique (ProSavana-JBM) e tem por objetivo entender as bases econômicas da cooperação internacional Sul-Sul, praticada pelo Brasil, em demanda da realização de diversificados projetos de desenvolvimento no continente africano. Analisando especificamente as diretrizes e as características do Programa ProSavana-JBM - em Moçambique, no corredor de Nacala -, pode-se compreender a concepção de desenvolvimento proposta nessa cooperação no domínio de agricultura como algo contrário à visão dos movimentos sociais, das comunidades e dos agricultores locais. Para a explicitação dessa oposição de perspectivas de desenvolvimento, pretende-se aqui combinar a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a avaliação da quinta geração. Entre outros resultados, a pesquisa tem mostrado a ausência da participação e do diálogo da sociedade civil com o governo moçambicano, na elaboração e execução do programa ProSavana. O discurso dos executores do programa defende desenvolvimento sustentável, alicerçado nas leis do mercado (livre concorrência), enquanto a sociedade civil aponta que o ProSavana privilegia os interesses meramente econômicos das grandes companhias multinacionais do agronegócio.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Brasil-África; ProSavana; Desenvolvimento; Movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

A História tradicionalmente tem mostrado que os estudos das relações entre o Brasil e a África apresentam um potencial de troca cultural, política, econômica e social, que une em muitos sentidos os dois lados do Atlântico - sem se desprezar o legado do tráfico de escravos no âmbito dessas relações. Essas anunciadas convergências históricas, culturais e sociais ilustram parte das conexões, das identidades e dos padrões comuns - criados pelas experiências de longo prazo da África no Brasil e do Brasil na África.

As dimensões globais da diáspora africana (Cf. HARRIS, 1982), o capitalismo mercante e a herança do tráfico de escravos (Cf. EPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.27), bem como as posições políticas, econômicas e diplomáticas do Brasil em determinação das relações e das rotas do Atlântico Sul como canais “mediterrâneos” de paz e comércio, na perspectiva humana e econômica das transferências realizadas, constituem o panorama da atual historiografia das relações entre o Brasil e a África.

De acordo com Visentini (2013, p.09), no início do século XXI, os protagonistas de tais processos têm sido, contudo, as potências emergentes - não mais as antigas metrópoles, precisamente num quadro de desenvolvimento econômico e social em vias de globalização cooperativa (conforme



o que então se espera para as relações econômicas internacionais do século XXI). Trata-se de algo que se constitui como inesperado e surpreendente para muitos, sobretudo quando se refere às novas relações internacionais e às novas organizações em blocos políticos e econômicos.

Diante disso, as relações dos dois lados atlânticos – Brasil e África - têm merecido a atenção de diversos setores dos estudos acadêmicos. Este fato tem a ver com a dinâmica que tem vindo a mover as grandes potências em busca de novos mercados, e na conjugação de esforços para provocar o equilíbrio da política internacional. Um dos fenômenos mais marcantes das relações internacionais contemporâneas é, pois, o fato da África haver se tornado objeto de uma nova disputa mundial - tal como ocorria no fim do século XIX, posto que em um contexto bastante diverso (Cf. VISENTINI, 2013, p.09). Vários estudos vêm demonstrando, então, que as relações do Brasil com a África têm aumentado em um nível bastante significativo, inegavelmente a partir dos governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)

No que toca a cooperação do Brasil com Moçambique, como na maior parte dos casos de cooperação brasileira com os demais países africanos, há o enquadramento de propósitos no âmbito daquilo que se pode definir como *cooperação técnica para o desenvolvimento*, conforme constam no Catálogo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O que pode servir aqui à nossa discussão é a própria noção do que se concebe como *desenvolvimento* no contexto dessa cooperação – ações voltadas a alcançar o bem-estar das populações locais ou meramente baseadas em critérios econômicos?

De acordo com MOTA (2012, p.78), tem-se como alternativa ao desenvolvimento do capitalismo financeiro internacional, o desenvolvimento local - que é indôgeno, sustentável, agregador de capital humano e social, valorizador do empreendedorismo, incentivador do crédito popular, e que tem sido propagado por diversas organizações multilaterais, agências de cooperação, instituições públicas e privadas, como alternativas viáveis para a “superação da pobreza” e para a inserção dos “países periféricos” na nova globalização que se pretende no século XXI.

De fato, deve-se ter em mente para o debate em torno do modelo de desenvolvimento para Moçambique, em primeiro lugar, o próprio conceito de *desenvolvimento* – necessariamente como forma de inclusão das comunidades locais (pequenos produtores do corredor de Nacala) e das ONGs nas diversas etapas dos processos políticos e econômicos de produção.

No caso que especificamente queremos destacar, ProSavana JBM, percebe-se que, nessa cooperação Sul-Sul Triangular, o Brasil leva em consideração duas modalidades de ações: Primeiro, uma cooperação materializada, incorporada em iniciativas de integração principalmente no domínio da educação e de programas de transferência de conhecimentos e de tecnologias. Segundo, a clara demanda brasileira de exercício de influência e de liderança econômica, política e diplomática no Atlântico Sul, o que se pode traduzir, em última instância, como práticas de dominação - haja vista que revelam o interesse brasileiro em também expandir a área de atuação (a ser considerada predatória em diversos aspectos) de algumas de suas empresas multinacionais nos países africanos, a fim de terem acesso a novos mercados, de explorarem recursos e mão de obra a custos bem menores.

Conforme o documento *Memorando de entendimento* (ABC, 2009), o ProSavana-JBM tem por metas: melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar - a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar -, como na geração de excedentes exportáveis, a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio.

O que ocorre, no entanto, é que o projeto de cooperação entre os governos dos respectivos países (Japão, Brasil e Moçambique), além de propiciar uma ampla inserção intencional de empresas multinacionais, representa também uma ameaça para o campesinato e para o equilíbrio ambiental do país. Partimos do pressuposto de que, para os agricultores locais e a sociedade civil moçambicana, o ProSavana representa, de fato, concretas ameaças ao camponeses locais, além de uma possível “usurpação” de suas terras com imprevisíveis danos ambientais - haja vista o uso massivo de agrotóxicos e de defensivos agrícolas nas extensas lavouras do agronegócio (CARTA, 2013).



De acordo com o que se expõe, a nossa pesquisa tem por objetivo entender as verdadeiras bases que têm sustentado e fomentado a cooperação internacional Sul-Sul Brasil-África, especificamente no que concerne o Programa ProSavana-JBM, em Moçambique, no corredor de Nacala. Disso se desdobra a necessidade de se compreender a concepção de *desenvolvimento agrícola*, posta em prática pelo domínio do agronegócio, e de se alinhar a essa compreensão as causas da apreensão dos movimentos sociais, das comunidades de agricultores locais, os quais se mostram contrários à implementação do programa investigado.

FUNDAMENTO TEÓRICO E MÉTODOS

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se na análise de dados disponíveis a respeito dos parâmetros que informam a cooperação internacional Sul-Sul Triangular para o suposto desenvolvimento agrícola em Moçambique. Desse modo, pretende-se privilegiar uma abordagem histórica, sociológica e política, além de técnica, das relações internacionais que secundam o ProSavana. Para tanto, se combina a pesquisa bibliográfica à pesquisa documental e à análise e avaliação da quinta geração.

Conforme GIL (2010, p.50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado sobre o assunto/tema, disponível principalmente em livros e em artigos científicos, mas igualmente em revistas, em jornais, em teses, em dissertações e em anais de eventos científicos, os quais se reportam ao relatório e ao tratamento do resultado de pesquisas, tanto quanto se dedicam ao comentário a respeito de opiniões e de perspectivas sobre o tema/assunto. Faremos, por isso, uso dos trabalhos de estudos realizados a respeito da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, como pressuposto à nossa análise e à construção de nossos argumentos a respeito do Programa ProSavana-JBM.

A pesquisa documental é o segundo passo da construção do marco teórico-metodológico desta pesquisa. Para GIL (2010), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Porém, a diferença importante entre as duas abordagens está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza, fundamentalmente, das contribuições dos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico.

Servirá ainda de ferramenta a avaliação da quinta geração, pelos seus princípios. Segundo MALOMALO (2009), os princípios fundamentais da avaliação da quinta geração correspondem à integração da avaliação na definição e na gestão corrente de todo Programa ou projeto - o que exige sempre suas negociações a partir dos valores de ambas as partes em discussão e/ou em oposição. Ou seja, as partes constituintes do objeto do estudo, as quais se posicionam em diversos aspectos contra ou a favor do desenvolvimento do ProSavana e de seus efeitos. Isto pode ser realizado levando-se em conta os pontos que estruturam o projeto ProSavana, como: 1) identificação da(s) informação/ões; 2) identificação da instituição/organização; 3) identificação do Programa ProSavana; 4) Parceiros e Financiamento; 5) Metodologia: Participação e estratégias; 6) Relação do Programa ProSavana com a questão do desenvolvimento ou do combate à fome e à pobreza no Corredor de Nacala; 7) impactos sociais e econômicos; por último, 7) o que se refere à avaliação dos resultados do programa.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Sendo uma pesquisa ainda em andamento, entre outros resultados, espera-se a demonstração, ao menos parcial, da ausência da participação e do diálogo da sociedade civil com o governo e com as empresas na elaboração, na condução e na execução do programa ProSavana. O discurso dos executores deste programa defende *desenvolvimento sustentável alicerçado nas leis do mercado* (livre concorrência), enquanto a sociedade civil aponta que o ProSavana tem interesses meramente econômicos, fomentados pelas grandes companhias do agronegócio. São interesses que se sobrepõem



aos dos camponeses moçambicanos, diante dos quais se observa o sentimento de repúdio. Para os movimentos sociais locais, o ProSavana não é solução para agricultura moçambicana.

A contradição mais explícita que se tem observado é que a não disponibilidade das informações técnicas – algo inerente ao ProSavana – consiste em uma forma de não permitir a horizontalização das informações, nem a gestão participativa do Programa. Os camponeses concluem que a não disponibilização das informações ligadas ao programa é uma forma de não se permitir que se descubram os “mistérios” que estão à volta de um programa que prevê a “usurpação de 14 milhões de hectares, em 19 distritos, das três províncias do Corredor de desenvolvimento do Norte”, abrangidos no corredor de Nacala, conforme aponta VICENTE (2013).

REFERÊNCIAS

CARTA Aberta. *Carta Aberta para deter e refletir de forma urgente o Programa ProSavana*. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/noticias/10/carta-aberta-para-deter-e-refletir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana> Acessado em 03 de Fev. 2015.

DIAS, Renaldo. *Relações Internacionais: Introdução ao estudo da sociedade internacional global*. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

IPEA; Banco MUNDIAL. *Ponte sobre o Atlântico, Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. Brasília: Banco IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/120113_livropontesobreatlanticopor2.pdf. Acessado em 14 de Mar. 2014.

MALOMALO, Bas ílele. *ARARAQUARA – SP 2009*. (Tese doutorado- Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009).

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade* São Paulo: Cortez, 2012.

VICENTE, Adriano. *Brasil e Japão 2013*. Disponível em: <http://www.farmlandgrab.org/post/view/23765> Acessado em 03 de Fev. 2015

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *A África e as potências emergente: nova partilha ou cooperação Sul-sul: a presença da China no Brasil e da Índia*. Porto Alegre 2013. Pp. 09-153.

GT 3: EXPERIÊNCIAS, MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES DOS/PARA OS IMIGRANTES

M'BOLLO MOI DOLE. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES ISLÂMICAS MURIDS (DAHIRAS) NA DIÁSPORA SENEGALESA

Oriana Concha Diaz, estudante do Doutorado em Antropologia Social – UFRN
Email: orianacd@gmail.com

RESUMO

No quadro dos fluxos migratórios sul-sul, o Brasil surgiu recentemente como uma meta privilegiada para muitos senegaleses. Essa pesquisa almeja indagar as estratégias de inserção dos migrantes



senegaleses no contexto de acolhida, com uma atenção especial para a identidade religiosa destes sujeitos, na sua maioria muçulmanos da confraria sufi Muridiyya. Comparando os trabalhos de estudiosos que pesquisaram as associações murids (*dahiras*) na França, Espanha, Estados Unidos e Argentina com nossa experiência de campo no Senegal, na Itália e no Brasil, queremos tentar delinear as múltiplas funções destas associações na diáspora senegalesa. Em primeiro lugar, será apontada a centralidade das *dahiras* para a coesão socioidentitária da Muridiyya no espaço transnacional. Em seguida, observaremos como a filiação religiosa insere o adepto em uma rede de solidariedade que se revela determinante nas situações difíceis da migração. Em última instância, veremos como os líderes religiosos murids estão atuando cada vez mais como mediadores políticos entre os migrantes e as autoridades locais. Enfocando a pesquisa na dimensão do pertencimento religioso, procura-se também evidenciar a pluralidade das práticas da fé islâmica, no intuito de desconstruir a representação monolítica do Islã transmitida pela grande mídia.

Palavras-chave: Islã; Muridiyya; Senegal; Redes migratórias transnacionais.

INTRODUÇÃO

A crise econômica que, a partir dos Estados Unidos em 2008, se difundiu pela Europa e que até hoje vem agravando seus efeitos, determinou uma mudança de rota de parte dos fluxos migratórios, que antes privilegiavam aqueles destinos. É nesse contexto que a migração sul-sul surgiu nos últimos anos como uma alternativa mais atrativa do que antes, inclusive para um número crescente de africanos. Além das causas econômicas, é evidente que, na Europa, políticas migratórias que dificultam a regulamentação e iniciativas estatais de “acolhimento” totalmente inadequadas produziram a marginalização do imigrante e o acirramento dos conflitos com os autóctones. Estas estratégias respondem à lei do mercado, produzindo mão de obra clandestina hiper vulnerável à exploração, embora normalmente esta verdade esteja mascarada por discursos em torno da escassez de recursos e da segurança coletiva. Esse tipo de discurso sobre os imigrantes africanos parece estar se reproduzindo na opinião pública brasileira, como demonstram os numerosos episódios de intolerância racial registrados com sempre maior frequência em diversas cidades do país. Por isso, considera-se oportuno combater os estereótipos negativos, a estigmatização e o afropessimismo (MALOMALO et al., 2015) veiculados pela grande mídia e reiterados por alguns deputados federais. Isso pode ser feito através de pesquisas qualitativas e interdisciplinares, que possam contribuir para uma caracterização mais realística do perfil desses migrantes e para a implementação de políticas de acolhimento e integração mais eficientes e atentas às especificidades culturais desses sujeitos. A presente pesquisa prioriza uma abordagem histórico-etnográfica nos estudos das migrações contemporâneas, no sentido de privilegiar o ponto de vista dos sujeitos envolvidos (SPRANDEL e DIAS, 2009). Esta perspectiva tem a característica de se opor aos discursos generalizantes das organizações internacionais, que pretendem gerenciar aquilo que é apresentado como o “problema das migrações”, apoiando-se em estatísticas e em grandes modelos explicativos que não tomam em devida consideração as particularidades locais, culturais, sociais e políticas do migrante.

O objetivo desse trabalho é, pois, o de indagar quais são as estratégias elaboradas pelos migrantes senegaleses para fazer frente à situação de vulnerabilidade e marginalização causada pelas determinantes legislativas e pelo preconceito racial. Considerando que o pertencimento religioso é uma característica central nas dinâmicas de afirmação identitária do grupo observado – a maioria dos senegaleses que chegam ao Brasil são muçulmanos da confraria sufi Muridiyya –, pretende-se propor uma reflexão sobre a importância da filiação religiosa na experiência migratória. Em específico, queremos focar a atenção nas múltiplas funções das *dahiras* (associações religiosas) enquanto nós de uma rede transnacional que visa manter a união da confraria e que permite reproduzir um sistema sociorreligioso que oferece apoio espiritual, psicológico, econômico e político a seus membros na diáspora. Outro objetivo mais geral é evidenciar a pluralidade das práticas da fé islâmica, o que pode



contribuir para combater a representação monolítica do Islã transmitida pela grande mídia, que acaba difundindo percepções distorcidas e alimentando preconceitos.

METODOLOGIA

Para recolher as informações necessárias ao desenvolvimento deste trabalho foi consultada uma ampla bibliografia publicada no Senegal, França, Itália, Espanha, Estados Unidos e Argentina. Além disso, foi feita pesquisa etnográfica de campo na Itália nos anos de 2008 e 2009, no Senegal entre janeiro e maio de 2010 e no Brasil (Caxias do Sul, RS) em dezembro de 2014. Através dos métodos da observação participante, entrevistas abertas, semi-estruturadas e conversas informais, me propus a analisar as experiências subjetivas de alguns migrantes murids em diferentes cidades, na tentativa de compreender de que forma a filiação religiosa influi na vida dos expatriados e em que medida as *dahiras* funcionam como canais de comunicação com o país de origem e, especificamente, com a cidade sagrada de Touba. Uma pesquisa multilocal (MARCUS, 1997) se propõe a analisar duas ou mais localidades, mostrando a interconexão entre elas, no intuito de inserir perspectivas “macro” em análises de situações “micro”. Acredita-se que esse tipo de abordagem metodológica possa demonstrar como, nas estratégias de vida transnacional dos migrantes senegaleses, aninham-se críticas inovadoras e práticas de resistência aos efeitos mais deletérios do sistema capitalista global.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Muridiyya é uma confraria islâmica sufi fundada no final do século XIX, pelo Cheikh Ahmadou Bamba (1850-1927) e que tem na cidade sagrada de Touba seu centro espiritual e logístico. Em pouco mais de um século, a confraria conheceu um rápido crescimento, passando de uma pequena comunidade mística rural, de base étnica wolof, para um amplo movimento religioso transnacional e multiétnico. Os aspectos que mais distinguem a Muridiyya são a estreita relação entre mestre e discípulo e uma específica ética que sacraliza o trabalho (*ligghey*) numa complexa conceptualização - que interliga a esfera individual, espiritual e coletiva. Sabemos que a filosofia do trabalho murid foi desenvolvida em resposta às exigências do sistema capitalista introduzido pelas autoridades coloniais francesas, através da imposição do monocultivo do amendoim (SY, 1969); porém, ela resulta em boa medida do sincretismo entre os preceitos islâmicos e alguns dos principais valores tradicionais wolofs (DIOP, 1981). Nas *daaras* (comunidades agrícolas de lavoura e estudo corânico), os jovens eram iniciados no caminho místico murid através da valorização do trabalho, da disciplina, do espírito comunitário, da solidariedade, da obediência ao mestre e da leitura dos textos sagrados. A posição de parceiro econômico alcançada pela Muridiyya no contexto colonial lhe permitiu manter sua própria autonomia ideológica, numa estratégia de participação econômica, mas de não assimilação cultural (DIOUF, 2000). De fato, até hoje a figura de Ahmadou Bamba encarna o símbolo da resistência cultural dos murids frente a um processo de ocidentalização que, desde a época colonial, tenta avançar agressivamente - impondo individualismo e competitividade como ingredientes-chave da vida contemporânea. Na década de 70, devido à forte queda do preço do amendoim no mercado internacional, muitos camponeses murids se deslocaram para as cidades e sucessivamente emigraram para o exterior (França, Itália, Estados Unidos, entre outros países). O sistema sociorreligioso murid adaptou suas instituições ao novo contexto e foi criada uma rede de *dahiras* urbanas, a qual veio a auxiliar as *daaras* rurais na transmissão dos valores, na reprodução das práticas murids e no enquadramento dos discípulos. Esta forma de agregação social procurava reproduzir na cidade a unidade e a solidariedade da aldeia, em oposição a um ambiente urbano hostil e competitivo. A importância das atividades desenvolvidas nas *dahiras* adquire uma centralidade mais acentuada no exterior, onde o estranhamento causado pelo novo contexto é ainda maior.

As *dahiras* funcionam como lugares de encontro para a oração, estudo dos textos sagrados, rodas de conversas sobre a vida de Ahmadou Bamba, celebração de rituais e festividades, colheita de



ofertas (*hadiya* e *sas*) destinadas à redistribuição ou à realização de projetos coletivos em Touba, etc. Elas possibilitam, portanto, a reprodução de uma comunidade ritual e, através de práticas e símbolos compartilhados, mantêm viva a identificação dos membros com o grupo. Na prática religiosa murid, Touba é um símbolo omnipresente que representa a unidade da confraria no espaço transnacional (ROSS, 2011). A surpreendente taxa de crescimento da cidade sagrada é motivo de orgulho para os fiéis, os quais enxergam nela a prova do sucesso de uma modernidade religiosa especificamente negro-africana (DIOUF, 2000). No imaginário de muitos migrantes, Touba é também a terra prometida, para onde é desejável voltar após a experiência migratória. Geralmente, as *dahiras* surgem por iniciativa espontânea dos migrantes, mas, uma vez estruturadas, seguem as diretrizes de um ou alguns *cheikhs* - que, por sua vez, se encontram subordinados a um *khalifa* geral, autoridade máxima da confraria. Portanto, as *dahiras* configuram-se como os canais de comunicação entre os chefes murids em Touba e os fiéis deslocados, revivificando os laços com os locais sagrados de origem.

Na diáspora, estas associações são pontos de referência para os recém-chegados, devido às funções de assistência social que cumprem: aqui o migrante encontra apoio moral e material para começar uma nova vida no país de acolhida, recebe informações sobre os costumes locais, orientação sobre os procedimentos burocráticos e ajuda concreta para a busca de emprego e moradia. De fato, a filiação religiosa favorece a criação de redes de ajuda recíproca baseadas na confiança, que se revelam um capital social vital no dia a dia da experiência migratória e que constituem a base do sucesso econômico da confraria (BADOU, 2002).

Alguns mestres religiosos viajam pelo mundo todo, de *dahira* em *dahira*, visitando seus discípulos e fortalecendo, dessa forma, a rede que os une. Os mestres se deslocam para reafirmar os valores murids de solidariedade e ajuda mútua, orientar os jovens a respeitar as normas do país de acolhida e, muitas vezes, instaurar diálogos com as autoridades locais, atuando como intermediários e porta-vozes das necessidades dos migrantes. O líder religioso que mais se desloca para visitar os murids expatriados é Serigne Mame Mor Mbacké, que em março de 2015 visitou as *dahiras* de São Paulo e de Caxias do Sul e, em colóquios públicos com representantes da igreja católica e da prefeitura, defendeu a importância do diálogo interreligioso e da convivência pacífica entre os diferentes povos. Foi este personagem quem estimulou as *dahiras* nos cinco continentes a organizar os Dias de Bamba, eventos culturais com passeatas e palestras para apresentar aos não murids a vida e as obras do santo fundador da confraria, ferrenho defensor de um Islã pacífico. No dia 12 de setembro de 2015, em Porto Alegre, os componentes de diferentes *dahiras* se reuniram numa caminhada pela paz e pelos direitos dos migrantes, em contraste com os casos de agressões racistas vivenciadas cotidianamente por muitos negros no Brasil.

Em vista dos resultados obtidos, concorda-se com Guijarro (2013), segundo a qual a *dahira*, além de instrumento de socialização interna ao grupo, representa também um meio eficaz de integração no contexto de acolhida - como revelam as numerosas iniciativas voltadas a tecer diálogos de convivência pacífica com a comunidade receptora. O dinamismo das *dahiras* no plano da assistência social e do ativismo político pode ser percebido, enfim, como uma tentativa de maior inclusão no exercício da cidadania, num sentido mais democrático e pluralista, que considere devidamente as vozes dos migrantes.

CONCLUSÕES

As *dahiras* permitem recriar no estrangeiro um microcosmo onde o *ethos* e a visão de mundo murids são reafirmados para continuar a orientar a existência dos fiéis. Nesse quadro, percebe-se como a solidariedade intragrupal, enquanto capital social ativado pelo pertencimento religioso, facilita concretamente a adaptação dos migrantes senegaleses aos países receptores. É no espírito do ditado wolof “*m'bollo moi dôle*” (a união faz a força) que os murids, através de instrumentos culturais próprios, se organizam para fazer frente à situação de vulnerabilidade e segregação social na qual,



amiúde, se encontram, tanto no Brasil como em outros países, onde leis obsoletas dificultam a concessão de documentos (e, conseqüentemente, de direitos) para os migrantes. Diante disso, somos levados a considerar a agência diaspórica dos murids - na recontextualização criativa de seus aparatos culturais - como uma estratégia dinâmica de resistência, num contexto (local e global) de relações assimétricas de poder. Além disso, o estudo da Muridiyya exemplifica a ampla heterogeneidade do Islã, que não pode ser representado de forma monolítica, devido a sua adaptabilidade às culturas locais (elas mesmas em contínua transformação).

AGRADECIMENTO

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, à UFRN e a todos os murids que colaboraram com a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BADOU, C. A. Brotherhood Solidarity, Education and Migration: the role of the Dahiras among the Murid Muslim Community of New York. *African Affairs*, n.101, p. 151-170, 2002.
- DIOP, A. B. *La société wolof: tradition et changement*. Paris. Karthala, 1981.
- DIOUF, M. The senegalese Murid Trade Diaspora and the making of a vernacular cosmopolitanism. *Public Culture*. Duke University Press .Vol. 12, n.3, p. 679-702, 2000.
- MALOMALO, B et al. (org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015.
- MARCUS, G. L'etnografia nel sistema-mondo. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. *Scrivere le culture: poetiche e politiche in etnografia*. Roma: Meltemi, 1997.
- GUIJARRO, E. Hospitalidad y Cosmopolitismo migratorios: Africa y la diáspora senegalesa. *Migraciones*. n. 34, p. 111-137, Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2013.
- ROSS, E. Globalising Touba: Expatriate Diaciple in the World City Network. *Urban Studies*. v.48, n.14, p. 2929-2952, nov. 2011.
- SPRANDEL, M. A.; DIAS, G. M. Estratégias locais e escalas globais: uma articulação necessária. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano 17, n.32, 2009.
- SY, C. T. *La confrérie sénégalaise des mourides: un essai sur l'Islam au Sénégal*. Paris: Présence Africaine, 1969.

MIGRAÇÃO: UM CAMINHO PARA A PAZ MUNDIAL

Gilvanda Soares Torres - Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza/CE

RESUMO

O presente trabalho trata-se de descrever uma experiência do trabalho como agente da Pastoral do Migrante com o objetivo de apresentar o início desse trabalho em âmbito internacional, nacional e local. Pretende-se mostrar também a missão, área de atuação, objetivos e alguns conceitos importantes para o entendimento do fenômeno migração e mobilidade humana. Essa comunicação faz uma observação especial para várias passagens da bíblia onde está presente o fenômeno da mobilidade humana para trazer uma reflexão e dizer que o fenômeno da migração é tão antigo quanto a história da humanidade, mas que ainda hoje é tratado como emergente. Procuramos mostrar também que a convivência com as pessoas migrantes de diversos continentes, etnias e religiões adquiridas no decorrer do tempo no serviço da Pastoral do Migrante nos fez reconhecer que é no acolhimento e solidariedade que encontramos o melhor método para ajudar o migrante a superar suspeitas infundadas e preconceitos que os ofendem, gerando um bem estar e uma paz social. Posso afirmar com essa



experiência que a paz é o principal motivo que os movem, que os fazem arriscar-se, deixar tudo para trás, que esse desejo de mudança os alimenta na jornada da esperança que empreenderam na busca de perspectivas de vida melhor com segurança, alimento e trabalho. A migração é, sim, um caminho para paz mundial. Portanto, estaremos destruindo a paz se construirmos cada vez mais muros entre os indivíduos e o bem comum.

Palavras-chave: Migração; Paz; Acolhimento.

INTRODUÇÃO

O trabalho visa apresentar a imagem do migrante na história da mobilidade humana, desde o antigo testamento ao novo. O objetivo dessa comunicação é conhecer a história e a imagem do migrante à luz da Bíblia, bem como reconhecer que as lutas da realidade de antes, ainda não diferem de hoje, travadas pela indiferença, preconceito e discriminação, o migrante ainda é visto como estrangeiro, àquele que é estranho, intruso, uma ameaça à segurança, e assim por diante. O papel social desempenhado pela Pastoral do Migrante coordenado pelas Irmãs Scalabrinianas é desafiador e revela (pelas experiências com estudantes internacionais, a maior parte, da Guiné-Bissau, muitos deles estudantes da UNILAB provenientes de países de língua português do continente africano, bem como, refugiados da guerra da Síria, Paquistão e Afeganistão), que muitas lutas ainda precisam ser travadas para que haja a verdadeira mudança que o mundo precisa para termos unidade e paz.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma releitura da Bíblia sob o contexto das migrações, que nos fez perceber que o povo de Deus tem, desde o início da criação, uma trajetória de inerência que inicia com Gênesis com a narração da história de Adão, o qual na luta pela desobediência vive a tristeza do exílio de sua terra, o Jardim do Éden, onde Ele encontra sua felicidade e paz. A história de Abraão, primeiro patriarca, que sai com sua família de Ur também representa a história de mobilidade humana. Abraão, Isaac e Jacob, os patriarcas do povo judeu e crentes no Deus único, estabelecem-se na terra de Israel, que tem sua origem nas migrações. Temos também no êxodo dos israelitas que deixam o Egito conduzidos por Moisés e vagam no deserto durante 40 anos um grande exemplo de migração.

Enfim, israelitas se instalam na Terra de Israel e nessas condições o povo de Israel vive uma dialética, torna-se estrangeiro para o mundo, mas hóspede de Deus na terra prometida. Essa condição itinerante é determinante ao cristão, pois a pessoa que crê é dispersa do mundo que não lhe pertence e sente necessidade de ser salva e acredita que somente com a vinda de Cristo a vitória definitiva acontecerá.

O próprio Jesus vive como estrangeiro em terra estrangeira, nasce numa estribaria, depois foge para o Egito como exilado, vive todo tipo de penúria, fome, solidão, tentações, vive como hóspede e tem uma missão itinerante, depois é expulso pelo sofrimento na crucificação. Nesse sentido, Jesus Cristo não foi bem acolhido no próprio mundo criado por Deus, ou seja, em sua própria terra.

No Novo Testamento são várias as passagens bíblicas de verdadeira hospitalidade que nos mostram no acolhimento uma das melhores oportunidades para demonstrar a nossa fé cristã, sem temor algum, reconhecendo na face do outro, o Cristo nosso Senhor. Como lembra o evangelista “eu era peregrino, e me hospedastes; estava nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; preso, e fostes ver-me” (Mt 25,35-36).

Porém, Jesus é um hóspede diferente, Ele aceita a hospitalidade dos que acolhem sem mudar suas regras e tradições, disponibilizando-se sempre à escuta, sentando à mesa com pecadores e cobradores de impostos, inclusive, tornando-se até mesmo escravo dos seus servidores (cfr. Lc 12,35-40).

Enfim, é no exemplo de Jesus Cristo que somos exortados a segui-lo na nossa missão de igreja da itinerância, migrante por natureza e servil como o Cristo nos pediu. A mobilidade humana é anunciada



do Antigo ao Novo Testamento e permanece até hoje entre os seres humanos com vieses diferentes, mas necessitando da mesma compreensão de acolhimento, fraternidade e solidariedade, entendendo que Deus revela-se no migrante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No trabalho feito, percebemos que ao longo de quatro anos convivendo com migrantes de diversos países e os urbanos desempenhando diversos papéis como agente de pastoral dos migrantes, podemos entender que foi nessa convivência que percebi que de fato, a igreja como povo de Deus a caminho, a convicção de que ninguém é estrangeiro nessa terra e o consenso quanto a um conceito aberto e acolhedor da Igreja como a casa de todos, nos fez perceber na figura do migrante a do próprio Cristo, pois foi Ele mesmo que disse “Eu era migrante e você me acolheu” (Mateus 25,35.)

A igreja que tem na sua origem a cultura da peregrinação segue seus passos na história da humanidade, quando oferece seus serviços aos nossos irmãos no acolhimento, na chegada, na escuta, nos momentos de dificuldades. Assim, é possível termos um mundo mais justo e promover a cultura da paz mundial.

Nesse trabalho percebemos que o universo tão complexo da mobilidade humana requer tanto ação missionária da igreja como de políticas migratórias. Essas duas forças, infelizmente, não se somam, restando para a igreja e os cristãos de boa vontade resolver sozinhos todos os problemas que requer o serviço pastoreiro. Do ponto de vista político, é preciso ter a consciência que os fluxos migratórios requerem uma análise muito mais profunda tendo em vista o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com a promoção e a dignidade humana do migrante, pois muitas vezes lutar pelos direitos de quem migra é lutar pela vida.

Concluimos que a partir desse acolhimento aos migrantes internacionais, urbanos e refugiados eles assumam novas posições na sociedade, construindo seus espaços como protagonistas de sua própria história, requisitos importantes para o exercício da cidadania, segurança e paz.

REFERÊNCIAS:

- BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 1985.
- CASTLES, Stephen. Por qué fracasan las políticas migratórias. Migraciones, Madri, 15 (junio 2004) 147-184.
- KURZ, Robert. Barbárie, Migração e Guerras de Ordenamento Mundial. In: SPM (org.). Travessias na de\$ordem mundial. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005, pp. 25-36.
- MILESI, R (org.) Refugiados: realidade e perspectivas, Ed. Loyola, Brasília, 2003.
- ZAMBERLAN, Jurandir. O Processo Migratório no Brasil e os desafios da mobilidade Humana na globalização, Porto Alegre, 2004.

GT 4: EDUCAÇÃO, MIGRAÇÃO ESTUDANTIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNILAB: PROMOVENDO DIREITOS DO/AS ESTUDANTES AFRICANOS/AS GUINEENSES.

Osmania Rosa Souza, assistente social -
Faculdade Teológica e Filosófica Ratio
Email: mari.pamais@gmail.com



RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo compreender as demandas levadas à Assistência Estudantil, o papel desempenhado pelos/as profissionais do Serviço Social do Núcleo de Apoio Social ao Estudante (NASE), que é um dos núcleos ligados à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da UNILAB, com a finalidade de assimilar as ações tomadas no âmbito da Política de Assistência Estudantil para a garantia dos direitos dos/as estudantes africanos/as guineenses da universidade. Tratou-se de um estudo de natureza qualitativa, do qual participaram cinco (5) estudantes africanos/as guineenses da UNILAB e duas (2) assistentes sociais ligadas à assistência estudantil. Na pesquisa de campo, as técnicas e instrumentais utilizados para a coleta de dados foram: entrevistas semiestruturada, diário de campo, roteiro de entrevista, gravador de voz e o termo de consentimento, respectivamente. Os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas demonstram que a atuação da assistência estudantil da UNILAB ainda é muito restrita à concessão de auxílios, não fazendo referência a outros temas transversais pelos quais os/as estudantes africanos/as guineenses vêm passando no Maciço do Baturité, como por exemplo, o racismo.

Palavras-chave: Migração Estudantil Africana; Cooperação Sul-Sul; Política de Assistência Estudantil; UNILAB

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve o objetivo de investigar o trabalho desenvolvido pelos/as profissionais do Serviço Social, na Política de Assistência Estudantil junto aos/as estudantes africanos/as guineenses, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Ela nasce de uma inquietação que tivemos na interação com a diáspora africana em São Paulo, no início deste trabalho. Assim, fizemos a tentativa de, com ela, responder essas inquietações, levando em consideração a migração estudantil africana no Estado do Ceará, a partir dos acordos de cooperação que nasceram entre Brasil e África no século XXI, mais especificamente, no governo Lula (2003-2010).

Ainda buscamos compreender, nesse trabalho, a migração estudantil como um processo de mobilidade da força de trabalho, assimilando que, no atual e moderno sistema produtor de mercadorias, a imigração não pode ser vista a partir de vontades individuais, pois há um sistema que alimenta esses deslocamentos de espaço. Como consequência dessa reflexão percebemos que o/a estudante é, então, uma força de trabalho em potencial, e que se desloca à procura de qualificação para responder as demandas que lhe são impostas pelo sistema capitalista.

As demandas que os/as estudantes africanos/as trazem são as mesmas ligadas à reprodução social de qualquer ser humano. Porém, por serem imigrantes, as questões existenciais que eles/as trazem conotam dimensões específicas, e nem sempre há profissionais do Serviço Social preparados/as para atendê-los/as nestas demandas, em sua formação. O atendimento ou não atendimento a essas questões existenciais trazidas pelos/as estudantes guineenses podem se traduzir em promoção ou negação de direitos humanos. Essa pesquisa pretende, então, identificar as demandas que esses/as jovens africanos/as trazem, e de que forma os/as assistentes sociais da UNILAB atuam para atendimento dessas demandas. Aqui levamos em consideração o contexto de internacionalização em que a universidade está inserida, e de que forma os/as profissionais da assistência estudantil preveem uma atuação pautada nesse panorama, pois a UNILAB, diferentemente da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), surge com princípios que se pautam na cooperação Sul-Sul e na cooperação solidária.

A imigração é um tema que está ganhando espaço cada vez mais no Brasil e no mundo. O Brasil, especialmente, está recebendo um grande número de imigrantes africanos/as, contexto em que se destacam os/as estudantes que saem dos seus países de origem na busca de qualificação da sua força de trabalho - para que, depois, consigam retornar e contribuir com os quadros dos seus países de



origem. É exatamente nesse contexto que vemos a importância de se destacar o papel da UNILAB enquanto universidade pensada como instrumento de cooperação internacional que promove a integração desses/as estudantes na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente dos PALOPs, no Brasil, e que trazem demandas atreladas aos direitos estudantis, aos direitos sociais e também aos direitos humanos. É dentro desse contexto que a atuação dos/as profissionais de assistência social torna-se importante na UNILAB, pois as suas atividades devem ser direcionadas para a efetivação dos direitos sociais desses/as estudantes.

Acreditamos que a Política de Assistência Estudantil da UNILAB desempenha um papel de suma importância dentro da universidade, na medida em que, ela, combinada e junto às demais Pró-Reitorias, auxilia na garantia desses direitos. É nesse sentido que a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) foi objeto de nossa análise nesse trabalho. Trataremos, ainda, do papel desenvolvido pelas profissionais do Serviço Social na assistência estudantil da UNILAB, no sentido de verificarmos quais são as competências que cabem a esta profissional e de que forma tais competências contribuem para o atendimento dos direitos dos/as estudantes africanos/as guineenses.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- ✓ Compreender o papel dos/as assistentes sociais no âmbito da Política de Assistência Estudantil numa instituição federal de ensino superior e de integração internacional junto aos/as estudantes africanos/as.

Objetivos Específicos

- ✓ Investigar o trabalho desenvolvido pelos/as profissionais do Serviço Social na UNILAB;
- ✓ Identificar as demandas sociais dos/as estudantes africanos/as guineenses;
- ✓ Compreender os meios usados pelos/as profissionais do Serviço Social da UNILAB na garantia dos direitos sociais dos/as guineenses.

METODOLOGIA

Na concepção do procedimento metodológico, frisamos que este trabalho se assentou tanto na pesquisa bibliográfica, quanto na pesquisa documental e na pesquisa de campo. A primeira modalidade de pesquisa visou a aproximação de um material bibliográfico produzido sobre o tema da migração dos/as estudantes africanos/as na UNILAB, especificamente na sua relação com o atendimento aos seus direitos sociais - por parte da assistência estudantil da universidade -, de modo a que se enfatizasse precisamente o papel desempenhado pelo/a profissional do Serviço Social. Os dados coletados aqui viabilizaram a interpretação de outros dados que encontraremos nas duas outras modalidades.

A segunda modalidade de pesquisa pretendeu levantar os documentos que tratam de direitos sociais dos/as estudantes brasileiros/as e estrangeiros/as, produzidos por instituições federais como o Ministério da Educação (MEC), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Coordenação de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (COEST)-PROPAAE-UNILAB.

A pesquisa de campo, por seu turno, comportou dois passos. O primeiro visou a realização de visitas à UNILAB, para conhecer, de perto, o campo de investigação e firmar o estabelecimento dos primeiros contatos com os/as profissionais do Serviço Social que estão inseridos/as na PROPAAE, bem



como para promover diálogos constantes com os/as estudantes africanos/as - tentando compreender as especificidades e o atendimento aos seus direitos. O segundo passo consistiu na aplicação de entrevista semiaberta. Elaboramos, na verdade, dois questionários - um com o intuito de coletar informações sobre o trabalho dos/as assistentes sociais e outro que comportou questões que visavam coletar informações acerca das demandas sociais dos/as estudantes africanos/as guineenses. Foram entrevistadas duas (2) assistentes sociais que trabalham na Coordenadoria de Estágios (COEST) e cinco (5) estudantes, dos/das quais duas (2) são mulheres e três (3) são homens - todos/as estudantes do curso de Bacharelado em Humanidades (BHU). Essa opção de curso se deu pelo motivo de serem os/as estudantes guineenses maioria no BHU, além de ser a Guiné-Bissau um dos países que mantém relações diplomáticas com o Brasil que possui economia mais frágil - em razão do contexto de instabilidade política do país. Assim, são os/as estudantes guineenses que, no contato com a assistência estudantil da UNILAB, apresentam um panorama de demandas mais acentuadas. Também houve divisão entre o grupo de estudantes, e esta escolha deu-se por entendermos que existem demandas sociais específicas para as estudantes (do sexo feminino) e para os estudantes (do sexo masculino).

Os dados coletados foram analisados à luz de Romeu Gomes (2012), que estabelece o que chamamos de *Método de Interpretação de Sentidos*. Trata-se de um procedimento de Análise de Conteúdos Temáticos que consiste em classificar, inferir, descrever e interpretar os dados coletados. No caso desta pesquisa, lidamos com dados qualitativos - que serão organizados e interpretados à luz das unidades temáticas que criarmos. Na pesquisa de campo, as técnicas e instrumentais utilizados para a coleta de dados foram: entrevistas semiestruturadas, diários de campo, roteiro de entrevista, gravador de voz e o termo de consentimento, respectivamente.

RESULTADOS

Os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas demonstram que a) a atuação da assistência estudantil da UNILAB ainda é muito restrita à concessão de auxílios; b) não há grande esforço para tratar de outros temas transversais, os quais representam parte dos enfrentamentos dos/das estudantes guineenses em sua inserção no Maciço do Baturité, como por exemplo, o racismo e c) há traços de racismo institucional nas relações investigadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, em sua política desenvolvimentista e na perseguição de acordos políticos de cooperação junto aos países da CPLP, tem produzido diversas ações no campo da economia e da educação - principalmente da educação. Nesse sentido é que foi instituída a UNILAB, com o objetivo principal de integrar cultural e academicamente o Brasil e a África, bem como a contribuir no resgate simbólico desse continente na história do Brasil.

Partindo, no entanto, da compreensão do processo histórico social, entende-se que o desenvolvimento capitalista é o ponto inicial para se entender a imigração estudantil africana no Brasil, pois o ensino superior - através de programas de cooperação educacional - também se configura nesta dependência do sistema moderno produtor de mercadorias, em que a educação se mercantiliza e precisa atender às demandas de desenvolvimento e de produção de mão de obra (SOUZA, 2014).

Essa lógica capitalista fará com que ocorram cada vez mais, e em maior extensão, os acordos de cooperação entre os países em desenvolvimento, visando, principalmente, o ensino superior. Ocorre que esse processo, ao invés de pretender a democratização do ensino, acaba somente cedendo à lógica de mercado - em que o acesso à educação ainda é um meio de submissão ao sistema de economia global.

É na evidência disso que, neste trabalho, o/a estudante imigrante guineense, enquanto indivíduo sujeitado/a à lógica de reprodução social (ainda que levando em conta a sua subjetividade) é visto/a na



perspectiva da mesma mola propulsora que movimenta as sociedades em busca de qualificação da força de trabalho.

Diga-se, além disso, que a presença de estudantes africanos/as no Brasil é fortemente marcada pelas recorrentes manifestações de racismo em nossa sociedade. E quando trazemos o Ceará e as raízes históricas da abolição da escravidão à discussão, nos deparamos com uma negação da existência de negros/as no estado. Esse imaginário, de tão perpetuado nas relações sociais cearenses, subalterniza ou invisibiliza a presença dos/as negros/as brasileiros/as e africanos/as no estado.

A UNILAB, que é instrumento da cooperação internacional África-Brasil, deve atender, enfim, a atribuições e a prerrogativas as quais se encontram além às de uma universidade pública federal qualquer, deve levar em conta os fatores internos e externos que a idealizaram no contexto do território cearense em abertura ao processo de cooperação solidária do Brasil com os países africanos parceiros da CPLP.

A política de cooperação internacional solidária - muito encunhada por Lula em seus discursos - não se materializa simplesmente no “fazer” da universidade. Dessa forma, a falta de comprometimento dos agentes políticos que dirigem a UNILAB pode interferir diretamente no significado que essa instituição tem a desenvolver na vida dos/as jovens estudantes africanos/as inseridos/as no contexto de vida do Maciço de Baturité.

Queremos dizer que, pensar a UNILAB, exige pensar algo além da universidade pública brasileira, pois ela possui caráter internacional e regional – algo que a diferencia intimamente das demais, e a torna um símbolo de “Cooperação” entre o Brasil e os demais países da CPLP. Isso exige redobrado posicionamento político e estratégico por parte da universidade.

Nesse sentido, na atual conjuntura econômica brasileira, em que a educação é a primeira da lista quando se pensa em cortes, existe a necessidade de igualmente se pensar, criticamente, a expansão do ensino superior no Brasil - que, ao ser operacionalizada, não leva em consideração que a expansão exige a dotação de mais verbas e o desenvolvimento de políticas específicas, a fim de se manter com qualidade quem nunca teve condições de acessar essa etapa do ensino superior.

Diga-se que a Política de Assistência Estudantil vive da lógica da seleção dos *pobres entre os mais pobres*, contribuindo, assim, com a exclusão das populações em sua totalidade - que, teoricamente, deveriam ter assegurado o seu acesso à universidade. Vemos ainda que quando pensamos nos acordos de cooperação que visam a vinda de estudantes africanos/as para o Brasil, através de convênios como PEC-G e PEC-PG, a UNILAB se diferencia desse contexto – haja vista que, por si só, ela já é resultado da própria política pública de inclusão de jovens estudantes brasileiros/as e africanos/as dos PALOP em uma mesma realidade de integração acadêmica, cultural e política, sendo assim, uma universidade de aproximação do Brasil com a CPLP.

Nesse trabalho, buscamos dialogar com a presença desses/as estudantes africanos/as na UNILAB, em específico a propósito do papel desempenhado em prol de sua assistência pelos/as profissionais do Serviço Social. Compreendemos ser de extrema importância esse debate, no que se refere à Política de Assistência Estudantil nas universidades públicas brasileiras, especificamente no atendimento dos direitos dos estudantes africanos/as no contexto da proposta de uma universidade de integração e de cooperação solidária internacional entre África e Brasil.

Vemos, ademais, que o Serviço Social deve começar a implementar debates e discussões pertinentes aos direitos dos/as estudantes africanos/as nas universidades públicas federais. Para isso, esse mesmo Serviço Social deve começar a se apropriar também de discussões raciais, visto que a pobreza no Brasil tem cor e tem raça - e ela é, indiscutivelmente, negra e afrodescendente. Trazer esse debate à tona é também uma forma de fortalecer as comunidades estudantis africanas no Brasil.

Pensando a UNILAB do ponto de vista da Política de Assistência Estudantil, vimos que a atuação dos/as profissionais do serviço social engajados/as no atendimento social dos/as estudantes deve ir além da mera seleção e concessão de auxílios, contribuindo mais para uma formação



qualificada e para a permanência ativa do/a estudante no ambiente acadêmico - algo que não se esgota meramente no auxílio material, mas que exige ações políticas e tomadas de decisão as quais definam o caráter político e pedagógico da profissão de serviço social.

Como dissemos, a atuação da assistência estudantil da UNILAB ainda é muito restrita à concessão de auxílios, não fazendo referência a outros temas transversais - pelos quais os/as estudantes africanos/as têm encontrado enfrentamentos no Maciço do Baturité, como por exemplo, o racismo que os/as estudantes africanos/as vêm sofrendo.

Quando se nega a existência do/a negro/a e quando se subalterniza a sua cultura e a sua religião, se está contribuindo para as mais diversas formas de manifestações do racismo. Falando especificamente de Redenção, as relações sociais do cotidiano dos/das estudantes africanos/as têm revelado evidentes manifestações de racismo, visto ser uma cidade com realidade social específica - onde os habitantes pairam muito sob o senso comum e as mais diversas formas de preconceitos.

A reflexão que esse trabalho nos transmite é: de que forma os/as profissionais do Serviço Social podem contribuir com a Política de Assistência Estudantil numa universidade como a UNILAB? Interpretamos que essa contribuição deve interferir positivamente na vida dos/as estudantes africanos/as da universidade, haja vista que são o grupo social que mais tem sofrido com certas *indisposições*, diante das quais a universidade não pode manter-se silente.

Por outro lado, a categoria de assistentes sociais, no Brasil, até certo ponto, não é preparada suficientemente em sua formação para trabalhar com as questões da diversidade étnico-racial. Trata-se de algo que, por si só, já é um grande problema. Porém, mesmo quando o Serviço Social tenta se posicionar numa universidade como a UNILAB - a qual, como já sabemos, encontra-se em um contexto diferenciado das demais universidades públicas brasileiras - depara-se, muitas vezes, com obstáculos decorrentes da cegueira generalizada das instituições públicas, as quais ainda tentam ocultar o racismo entranhado nas relações sociais brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Débora Andrade Pamplona. *No Ceará tem Negros e Negras, Sim!* Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/149/128>. Acesso em 02 de Mar. 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996* – Rio de Janeiro: Lamparina 2008.

CAXILE, Carlos Rafael Vieira. *Olhar que Enxerga Além das Efemérides: o Movimento Abolicionista na Província do Ceará*. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20IV/Carlos%20Rafael%20Vieira%20Caxile.pdf> Acesso em 04 de Fev. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. 19ª edição. Cortez: São Paulo, 2010.

KALY, Alain Pascal. *O Ser Preto africano no « paraíso terrestre » brasileiro*. Um sociólogo senegalês no Brasil. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/kaly.pdf> . Acesso em 15 de Mai 2013.



LEITE, Janete Luzia. *Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?* Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/4052/6485 . Acesso em 10 de Jan. 2015.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2011.

MALOMALO, Bas ́Ilele; FONSECA, José Dagoberto; BADI, Mbuyi Kabunda (Org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. CRV: Curitiba, 2015, p. 161-186.

NASCIMENTO, Clara Martins do. *Assistência estudantil consentida*. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=41&idArt=211>. Acesso em: 20 de Jun. 2013.

ORLETTI, Elisabeth. *A universidade pública brasileira*. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=41&idArt=209>. Acesso em: 20 de Jun. 2013.

SOUZA, Lorena Francisco de. *Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: Estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas*. São Paulo: FFLCH-USP, 2014 (Tese de doutorado – Departamento de Geografia).

GT 5: DIREITOS HUMANOS, REFÚGIO E MIGRAÇÕES

REFUGIADOS NO BRASIL E A INTOLERÂNCIA RACIAL CONTRA OS HAITIANOS

Camila Rodrigues de Araújo, bacharela em Direito - Faculdade Farias Brito, advogada, especialista em Direito Tributário.
Email: camila20rodrigues@gmail.com

RESUMO

Esse artigo se propõe a fazer uma análise a respeito dos refugiados no Brasil, estabelecendo os principais critérios utilizados no tratamento de pessoas que se encontram nessa situação. Leva-se em consideração o fato de que o Brasil seja visto como um país modelo na América Latina, no que se refere à proteção dos direitos humanos dos refugiados. As políticas públicas de assistência e de integração são, de fato, indispensáveis e essenciais, no que diz respeito à efetiva integração social, econômica e cultural dos refugiados no país. Muito embora o estado brasileiro tenha internalizado leis e convenções importantes sobre o assunto, ainda existem problemas graves enfrentados pelas pessoas na condição de refugiadas. Nesse sentido, uma das dificuldades que merece destaque, devido à sua gravidade, é a discriminação racial. O tratamento e a preocupação com essa temática não demandam apenas levantar teorias, mas também buscar soluções - sobretudo para os refugiados haitianos, os quais mais têm aportado no Brasil nos últimos anos e sobre cujas dificuldades teceremos considerações mais específicas.

Palavras-chave: Direitos humanos; Refugiados; Haitianos; Discriminação racial.



INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, o interesse pela proteção dos direitos humanos tornou-se maior. Diante de todas as consequências dessa guerra e do grande número de pessoas se deslocando no mundo todo, a ONU, em resposta a toda essa situação, criou em 1950 o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que ainda hoje atua fortemente - tentando estabelecer padrões mínimos de proteção aos refugiados e chamando a atenção da comunidade internacional quanto à sua responsabilidade com relação a eles.

O nascimento da ACNUR estabeleceu uma nova fase na proteção dos direitos dos refugiados. Houve uma positivação multilateral das fontes do Direito Internacional dos Refugiados, com a ratificação e a promulgação em diversos estados de dois documentos importantíssimos: a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, e o Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados.

O Brasil, como um dos países modelo de recepção aos refugiados, incorporou esses dois documentos ao seu ordenamento e criou uma lei específica para o tema (a Lei 9.474/1997). Desde então, tem trabalhado firmemente no acolhimento dessas pessoas vitimadas por guerras e por perseguições em seus países de origem.

A situação atual dos haitianos - com relação ao instituto jurídico do refúgio em nosso país - tem, contudo, uma configuração diferente, pois o que trouxe ao Brasil um influxo inesperado de nacionais do Haiti foi uma catástrofe natural: o terremoto que destruiu a capital Porto Príncipe e boa parte do país, em 2010. Trata-se de um evento que não corresponde legalmente a nenhum dos requisitos de solicitação para entrada no Brasil na condição de refugiado. Ou seja, por não se tratar de nenhum tipo de perseguição ideológica, religiosa ou política, a rigor, os refugiados de catástrofes naturais não poderiam ser formalmente recebidos *na condição de refugiados* em nosso país. Dessa maneira, criou-se para os haitianos aqui chegados, atipicamente, a condição de *refugiados ambientais*.

Em 16 de março de 2011, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o qual é vinculado ao Ministério do Trabalho, aprovou por unanimidade o voto que concedeu residência permanente - por razões humanitárias - à população haitiana que buscou o Brasil em decorrência do terremoto de 2010¹.

Apesar desses esforços e de o país ser considerado como hospitaleiro e acolhedor, reside aqui um problema histórico bastante grave - o qual é recorrente desde o final do século XIX e bastante comprometedor ainda na atualidade, que é a questão da discriminação racial com as populações negras ex-escravizadas. Há, de fato, no Brasil, uma ideia racista de que os negros seriam inferiores aos brancos, persistente - na verdade - desde o período da colonização. Essa ideia - anteriormente compreensível, pois que era tida como algo natural, dada a condição de escravização das populações negras - hoje é criminoso e absolutamente inaceitável. No entanto, apesar de inúmeros movimentos e de alguns dispositivos legais buscando coibir e exterminar as práticas racistas, elas ainda persistem em nossa sociedade de maneira quase sempre silenciosa, posto que não menos cruel.

Os haitianos, na sua grande maioria, são negros e, além de precisarem se adaptar a uma nova cultura e a uma nova língua, longe de suas famílias e de sua terra, ainda enfrentam diversas práticas de intolerância e de injúria racial e xenófoba no Brasil.

Sendo assim, diante de tal situação, a presente pesquisa se dispõe na tentativa de estabelecer quais situações são essas, porque elas acontecem, quais dificuldades são enfrentadas e quais as melhores alternativas para combatê-las - a fim de que se trate com a devida atenção um assunto de tão grande importância.

METODOLOGIA

¹ Conferir detalhes sobre a leva de refugiados haitianos no Brasil em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/214-do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio> Acessado em 15 de Set. 2015.



Foi realizada para este trabalho uma pesquisa bibliográfica, por meio da qual se buscou um levantamento teórico e conceitual sobre as temáticas do racismo e da proteção humanitária de refugiados, notadamente em seus aspectos jurídicos.

Houve igualmente uma pesquisa legislativa, abrangendo a consulta aos documentos legais pertinentes aos temas tratados, incluindo a Convenção sobre o status de Refugiado de 1951 (Convenção de 51), o Protocolo sobre o status de Refugiado de 1967 (Protocolo de 67) e os instrumentos regionais e nacionais, tais como a Declaração de Cartagena de 1984 e a Lei 9.474/1997.

DESENVOLVIMENTO

Por certo que em toda e qualquer época existiram refugiados, como se observa mesmo na Bíblia, na parte do Antigo Testamento, na qual há diversas passagens das quais constam relatos de “refúgios”, de “asilos” e de “amparos” de indivíduos, de clãs, de coletivos e mesmo de povos inteiros. Danielle Anonni apresenta essa ideia quando nos mostra que, no livro do Gênesis, 19,20, Abraão se refugia na cidade de Soar, fugindo da destruição das cidades de Sodoma e Gomorra (ANONNI, 2013, p. 79).

Entretanto, apenas com o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), foi que o mundo começou a se preocupar sistematicamente com essa questão, e a partir de então foi criada a Liga das Nações, com o objetivo de equilibrar traumas advindos de conflitos armados e oferecer segurança internacional a grupos de refugiados (ANONNI, 2013, p. 80).

Seria ainda, contudo, com a Segunda Guerra Mundial (1938-1945) que se geraria o maior número de refugiados da história até aquele momento. Foi a partir dali, devido aos milhões de pessoas em busca de proteção, que a ONU (Organização das Nações Unidas) criou, em 1950, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o então chamado ACNUR (JUBILUT, 2007, p.26). Comissariado esse que, ainda hoje, é um dos principais órgãos ativos na proteção dos refugiados.

Nesse contexto, o Brasil foi um dos primeiros países integrantes do ACNUR, e hoje conta com cerca de 7.289 refugiados reconhecidos pelo governo (2014), de mais de 81 nacionalidades diferentes.

Com a criação de uma lei específica, Lei 9.474/1997, o país demonstrou que está consciente “de que a eficácia das medidas para os refugiados depende da cooperação dos sistemas universais e dos esforços nacionais” (ANNONI, 2013, p. 100).

A lei supramencionada é, a propósito, a única a tratar sobre o tema na América Latina, e Guido Fernando Soares ensina que esse referido dispositivo legal absorveu os princípios humanitários da Declaração Regional de Cartagena, de 1984 - uma legislação que, portanto, estabelece direitos e deveres para os refugiados (SOARES, 2002, p.403).

Além disso, foram internacionalizados a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, documentos importantes na trajetória dos direitos dos refugiados, os quais ampliaram a própria conceituação a respeito de *refúgio* e de *refugiado* – na medida em que este passa a ser considerado “*todo aquele que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país*”.

Outro fator importante a ser destacado, foi a criação do Comitê Nacional para os Refugiados, o CONARE, através da Lei 9.474/97, o qual é encarregado de tomar decisões em matéria de refúgio. Ele é um órgão multiministerial, portanto com representantes de vários ministérios (Justiça, Relações Exteriores, Trabalho, Saúde, Educação e Esporte - além do Departamento de Polícia Federal e da Cáritas Arquidiocesana do Brasil)².

² Conferir <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-acnur-no-brasil/> Acessado em 15 de Set. 2015.



A propósito da contribuição institucional da Igreja Católica, a Cáritas Arquidiocesana do Brasil corresponde ao braço nacional de uma organização internacional não-governamental, ligada à Santa Sé, e que tem subdivisões nos estados brasileiros.

Do que daí se desdobra, percebe-se que a lei brasileira representa a decisão do Estado em oferecer proteção aos refugiados e contribuir para o desenvolvimento progressivo do direito internacional. Diga-se, ademais, que essa mesma legislação foi adotada como modelo pelo Acnur para toda a região do Mercosul³.

Grande parte dos refugiados compõe-se de grupos de nacionais oriundos da Síria, Colômbia, Angola e República Democrática do Congo (RDC). Além desses grupos, podemos encontrar também os haitianos – acolhidos como *refugiados ambientais*.

A situação dos haitianos com relação ao instituto do refúgio tem uma configuração diferente, pois - como vimos - o que houve naquele país foi uma catástrofe natural, ocorrida em 2010: um evento que não corresponde a nenhum dos requisitos formais de solicitação para entrada no país na condição de refugiado – haja vista que não se trata de nenhum tipo de perseguição.

Em 16 de março de 2011, contudo, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), vinculado ao Ministério do Trabalho, aprovou por unanimidade voto que concedeu residência permanente - por razões humanitárias - à população haitiana *refugiada* no Brasil em decorrência do terremoto de 2010⁴.

Entretanto, em contraponto a toda essa grandeza, no que diz respeito à liberalidade das normas referentes à condição dos refugiados no país, enfrenta-se aqui um problema de cunho cultural que muito tem atingido aqueles que buscam o Brasil como refúgio internacional. Referimo-nos à questão da discriminação racial. Sim, trata-se de um problema cultural, porque é um *preconceito costumeiro*, enraizado em nossa cultura por razões históricas, mas o qual não pode ser confundido com o *racismo legalizado*, conforme o que foi praticado na Alemanha nazista ou nos Estados Unidos até praticamente a década de 1970. O racismo é, de fato, um problema estrutural das concepções ideológicas, simbólicas e de classe em nosso país, mas que não pode ser compreendido, pelo menos em nossa história mais recente, como uma prática institucional.

O fato do Brasil não ser nem ter sido, pelo menos em sua história republicana, um país oficialmente racista não diminui, todavia, as evidências históricas e culturais do racismo e de seus efeitos por aqui. Para Juan Comas (1964, p. 55), a discriminação é uma questão multifacetada no Brasil.

Casos amplamente noticiados pela mídia, como a hostilidade sofrida por haitianos em um posto de gasolina em Porto Alegre, que ganhou grande repercussão na Internet⁵, ou ainda o ataque xenofóbico que deixou sete haitianos feridos em São Paulo⁶ são exemplos que dão conta de que o preconceito racial e xenófobo com as populações afrodescendentes ainda estão fortemente enraizados na sociedade brasileira, devendo ser combatidos urgente e veementemente pelas vias da educação e do direito.

CONCLUSÃO

A conclusão deste trabalho aponta para a constatação de que não apenas os refugiados haitianos precisam de políticas públicas preocupadas com o seu bem-estar no Brasil, mas também toda

³ A propósito disso, conferir *Refúgio no Brasil: A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/images/arquivos/refugio-no-brasil.pdf>. Acessado em 15 de Set. 2015.

⁴ Conferir em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/214-do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio> Acessado em 15 de Set. 2015.

⁵ Conferir em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/homem-aborda-frentista-haitiano-cita-desemprego-no-pais-e-ironiza-sort.html>. Acessado em 07 de Set. 2015.

⁶ Conferir em: http://br.radiovaticana.va/news/2015/08/11/ataques_contra_haitianos_oea_condena_xenofobia_no_brasil/1164291. Acessado em 07 de Set. 2015.



a comunidade africana merece a devida atenção - diante de tantas práticas de intolerância e de injúria racial e xenófoba em nosso país; as quais, por serem tão costumeiras, não podem deixar de ser encaradas como práticas criminosas, as quais devem ser coibidas e punidas. Verifica-se, por isso, também o caráter de urgência em combate aos racismos de todos os tipos, algo a ser trabalhado no âmbito acadêmico, político, social e econômico - tendo em vista que é um assunto que está ligado intimamente à dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- ANNONI, Danielle. *O direito internacional dos refugiados e o Brasil*. Curitiba: Juruá, 2013.
- BRANDÃO, Adelino. *Direito racial brasileiro: teoria e prática*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2012.
- COMAS, J. *Os Mitos Raciais*. Ibecc, 1964.
- JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.
- ONU. ACNUR. *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, 1951
- SOARES, Guido Fernando da Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas, 2002.

A POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA NA VISÃO DO PROJETO DE LEI 2.516/2015, NOVA “LEI DE MIGRAÇÃO”

Flávio Pimenta De Souza, bacharel em Direito - UFMG, mestre em Direito Internacional e Direitos Humanos - *University for Peace*, ONU, professor substituto -UNILAB
Email: souza.flaviops@gmail.com

RESUMO

O Brasil encontra-se em pleno processo de deliberação legislativa para mudar o curso de sua política migratória. Discute-se a superação do modelo conservador representado pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), cujo foco imoderado em questões de segurança nacional e na criminalização de imigrantes em situação irregular não cedeu espaço a novos direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição brasileira de 1988 – sobretudo no que diz respeito à prevalência dos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana. O objetivo do presente estudo é mostrar os avanços e desafios principais do Projeto de Lei 2.516/2015, a nova “Lei de Migração”, e, ainda, lembrar que se encontra pendente a tramitação nos Poderes Executivo e Legislativo de norma jurídica mais favorável para os migrantes em decorrência de tratado internacional, a saber, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Portanto, busca-se enfatizar outros aspectos relevantes do fenômeno da migração que perpassam pelo valor social do trabalho, pela prevalência dos direitos humanos e vão além do mero controle migratório através das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira.

Palavras-chave: Reforma legislativa; Direitos humanos; Fluxos migratórios; Convenções internacionais.

INTRODUÇÃO



O movimento de pessoas faz parte da dinâmica das sociedades. O Brasil foi e continua sendo país de origem, de trânsito e de destino de fluxos migratórios. Vale lembrar ainda que o Brasil estava presente à reunião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1990, em que, consensualmente, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias foi adotada pela Resolução 45/158, de 18 de dezembro de 1990. No entanto, ainda hoje não se verifica no ordenamento jurídico brasileiro uma norma que esteja compatível com os padrões internacionais contidos na referida Convenção, que é considerada um dos nove instrumentos fundamentais do arcabouço normativo da ONU sobre direitos humanos.

Este trabalho pretende refletir sobre a reforma do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), que disciplina a migração no Brasil, e sobre a adoção de uma nova política migratória brasileira com a inclusão de uma abordagem baseada nos direitos humanos, no regime e nos princípios adotados pela Constituição brasileira de 1988 e pelas convenções internacionais. Se o Projeto de Lei (PL 2.516/2015) que institui o novo marco jurídico for sancionado pelo Presidente da República, verificar-se-á a revogação da lei anterior adotada durante o regime militar. A partir de então, estaria superada, pelo menos formalmente, a falta de reconhecimento e proteção dos direitos dos migrantes através de políticas migratórias mais humanistas e solidárias, desestimulando a visão reducionista do estrangeiro como uma ameaça, seja ao emprego dos nacionais ou à cultura local, seja à segurança nacional.

METODOLOGIA

Serão apresentados e analisados alguns princípios básicos introduzidos pelo texto do mencionado Projeto de Lei, que servirão de balizamento para a política migratória brasileira e que demonstram a evolução da sociedade brasileira quanto ao reconhecimento dos direitos do migrante, sobretudo no alinhamento ao disposto nos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos. A título de exemplo, pode-se assinalar: a garantia do direito à reunião familiar; repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; promoção de entrada regular e de regularização documental; etc.

Por outro lado, serão analisados alguns pontos do PL 2.516/2015 que ainda precisam ser aprimorados durante a discussão do texto na Câmara dos Deputados e antes da sanção. Por exemplo, o texto da proposta atual é silente quanto à repartição de competências dos órgãos responsáveis pela execução da lei. Apenas existe a previsão de futuro “Regulamento que poderá estabelecer competência para órgãos do Poder Executivo disciplinarem aspectos específicos desta Lei”. Portanto, não havendo clareza de que autoridades vão lidar com quais assuntos, isto poderia implicar na limitação da eficácia da nova lei migratória até que venha a ser plenamente regulamentada. Outro exemplo pontual é a ausência de detalhes sobre a validação de diplomas estrangeiros no Brasil, ainda que expressamente se mencione a “promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em decorrência da análise dos dados acima expostos, percebe-se que depois de sancionada a nova “Lei de Migração” ainda restarão pontos de regulamentação futura mediante decreto executivo, que são de suma importância para tornar efetiva a proteção dos direitos dos migrantes em geral. A política migratória brasileira deveria, portanto, centrar-se no levantamento e sistematização destes assuntos a fim de que se possa dar fiel execução à lei através de um decreto regulamentar cuja atribuição é do Presidente da República, conforme o artigo 84, IV da Constituição da República.



Por outro lado, cabe ressaltar a situação *sui generis* da não assinatura ou adesão pelo Poder Executivo brasileiro à Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias nos vinte anos que precederam o seu envio ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 696 de 2010. Esse texto internacional representa norma mais favorável para os migrantes, prevendo vários direitos em diferentes campos e, conseqüentemente, envolvendo muitos departamentos governamentais. Portanto, trata-se de matéria relevante e diretamente relacionada com a nova “Lei de Migração”. No entanto, a continuidade da tramitação legislativa da referida Convenção está prejudicada pela ausência da instalação de comissão especial, por falta de indicação dos respectivos componentes (CAMINO; FONTANIVE, 2014).

CONCLUSÕES

O fenômeno social das migrações é bastante complexo e a reforma legislativa que se desenvolve atualmente no Brasil, através da tramitação do supracitado Projeto de Lei, avança no sentido de superar o preconceito contra os migrantes e a estes reconhecer novos direitos e garantias decorrentes do regime e princípios adotados pela Constituição brasileira de 1988. Além disso, cabe lembrar que o § 2º do artigo 5º da Constituição da República estipula que os direitos e garantias nela previstos expressamente “não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Portanto, *lege ferenda* concernente ao tema das migrações deve inspirar-se não somente na prevalência dos direitos humanos e no princípio da dignidade da pessoa humana, mas também nos princípios orientadores dos tratados internacionais e nas normas jurídicas que fazem parte do costume internacional.

Por último, não é somente uma legislação atualizada que tornará o Brasil mais aberto à mobilidade em geral e aos fluxos migratórios. É necessária uma política migratória integrada em que cada órgão saiba suas atribuições no acolhimento do imigrante – quer seja através de articulação interna entre a esfera federal, as unidades da Federação e os municípios brasileiros, quer seja através da cooperação internacional com os Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios. Simultaneamente, é de extrema importância a promoção de investimentos sociais ou ajuda humanitária nos locais de origem dos fluxos migratórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em: 16 set. 2015

_____. *Projeto de Lei (PL-2.516/2015)* que institui a “Lei de Migração”. Disponível em: www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=172559&c=PDF&tp=1 Acesso em: 16 set. 2015.

_____. *Lei 6.815/1980* (Estatuto do Estrangeiro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm Acesso em: 16 set. 2015.

CAMINO, Maria Ester; FONTANIVE, Vicente Marcos. *Tramitação da convenção internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias nos poderes executivo e legislativo*. 2014. 21 p. Consultoria Legislativa. Nota Técnica. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema3/2014_11685.pdf/view. Acesso em: 16 set. 2015



MBAIDJOL, Ngonlardje. *Presentation on the International Law Migration Course about the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families.* 2007. 10 p. Disponível em: <https://www.unitar.org/ny/sites/unitar.org.ny/files/OHCHR_MWC.pdf> Acesso em: 16 set. 2015.

POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE (PAAHM): POLÍTICA PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS MIGRANTES NO CEARÁ

Lívia Maria Xerez de Azevedo, especialista em Gestão Pública - UNILAB
Email: livia.maria.xerez@gmail.com

RESUMO

Os Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs) foram equipamentos inicialmente concebidos para recepcionar brasileiros não admitidos ou deportados nos principais pontos de entrada do país, porém o crescimento dos fluxos migratórios mistos em todo o mundo foi determinante para que esses espaços, inclusive o Posto Avançado do Ceará, realizassem articulações com redes locais, nacionais e internacionais para a efetivação de direitos humanos.

Palavras-chave: Fluxos migratórios mistos; Acolhimento; Referenciamento; Articulação

INTRODUÇÃO

É inerente ao ser humano buscar melhores condições de vida. Sonhos, sentimentos e sensações movimentam pessoas ao redor do mundo todos os dias. Usamos a expressão “fluxos mistos” quando consideramos a diversidade dos migrantes, as peculiaridades desses deslocamentos - de mulheres, de crianças, de pessoas com deficiência e de populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), por exemplo. Ademais, segundo Teresi:

Fluxos mistos são movimentos populacionais complexos que incluem refugiados, requerentes de asilo, migrantes econômicos e outros migrantes. É importante saber que mesmo entre um grupo de migrantes podem ser encontradas situações particulares, como tráfico de pessoas, contrabando de migrantes, migração indocumentada ou mesmo refugiados. Os países receptores devem estar capacitados para poder triar os migrantes de acordo com cada situação e prestar o atendimento adequado a cada uma das situações identificadas (TERESI, 2012, p.37).

As chegadas e partidas das pessoas podem acentuar vulnerabilidades e violações de direitos. O Ceará, no Nordeste do Brasil, é um estado localizado geograficamente perto da Europa e possui um aeroporto com diversos voos nacionais e internacionais diários. Assim, mostra-se relevante fortalecer aqui um equipamento que possa acolher de maneira humanizada as demandas das pessoas em seus locais de origem, de destino e de trânsito, bem como de seus familiares.

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste escrito estará em conformidade com o método dedutivo. A relevância dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs) será abordada, inicialmente, com supedâneo em aspetos gerais da legislação nacional e na doutrina de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, divulgada em meio digital. Posteriormente, serão apresentadas nuances do trabalho realizado no Ceará a partir da experiência enquanto pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e do Posto



Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS).

A pesquisa é predominantemente qualitativa, buscará descrever o equipamento e suas características, sempre interpretando os dados através de uma análise crítica; e exploratória, aprimorando as ideias sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A essência dos princípios, diretrizes e ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de 2006, e as metas do I Plano Nacional, publicadas em 2008, ratificaram a necessidade de se instituir equipamentos que articulassem a prevenção, a atenção às vítimas e a repressão ao tráfico de pessoas, bem como que assegurassem atendimento humanizado em locais de elevado fluxo de migrantes.

A Portaria da Secretaria Nacional de Justiça n° 31, de 20 de agosto de 2009, estabeleceu as diretrizes para o funcionamento dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPS) e dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs). Segundo o documento, compete aos Postos Avançados:

- Art. 4°. I - Implementar e consolidar uma metodologia de serviço de recepção a brasileiros(as) não admitidos ou deportados(as) nos principais pontos de entrada;
- II - Fornecer informações sobre:
 - a) documentos e procedimentos referentes a viagens nacionais e internacionais;
 - b) direitos e deveres de brasileiros(as) no exterior;
 - c) direitos e deveres de estrangeiros(as) no Brasil;
 - d) serviços consulares; e
 - e) quaisquer outras informações necessárias e pertinentes.
- III - Prestar apoio para:
 - a) localização de pessoas desaparecidas no exterior;
 - b) orientações sobre procedimentos e encaminhamentos para as redes de serviço.

Concebeu-se ainda, segundo o art.5° da aludida portaria, que os postos avançados recebessem denominação que não vinculasse os espaços “explicitamente ao tráfico de pessoas, a fim de favorecer o acolhimento das vítimas e evitar serem estigmatizadas”. O art.6° recomenda que o equipamento, sempre que possível, seja composto por equipes interdisciplinares. Ressalte-se que o supramencionado instrumento normativo, diante das demandas que chegaram ao serviço, foi alterado pela Portaria n° 41, de 6 de novembro de 2009, e está sendo revisado pela Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça, rede de Núcleos e Postos e Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP).

Em 2015, estes postos encontram-se implantados em aeroportos, portos e rodoviárias em cinco Estados brasileiros, tais sejam, Amazonas, Ceará, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. No Estado do Ceará, o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante e o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, estão no *locus* institucional da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS).

O Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, tem como missão acolher os deportados e inadmitidos, visando identificar possíveis situações de tráfico de pessoas. Além de ser um espaço informativo sobre migração e tráfico de seres humanos, realiza os devidos encaminhamentos à rede local, nacional e internacional, caso necessário. A sala possui vinte metros quadrados, o que permite a realização de reuniões de alinhamento com parceiros da comunidade aeroportuária, e localiza-se atrás do check-in internacional.

O PAAHM-CE foi inaugurado em março de 2006 e reinaugurado em março de 2011, quando consolidou sua metodologia de atendimento a partir da articulação da coordenação com um apoio administrativo e com dois técnicos formados em Direito e em Serviço Social, respectivamente. A



produção de conhecimento também é priorizada pelo espaço, que atende estudantes e pesquisadores interessados em conhecer as dinâmicas da mobilidade humana no Ceará a partir da experiência do trabalho da SEJUS.

CONCLUSÕES

Podemos destacar três pontos fortes do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Ceará: fluxo de trabalho alinhado ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; composição multidisciplinar da equipe, o que possibilita um acolhimento humanizado do usuário; e as parcerias com as redes nacional e local de atendimento do poder público e da sociedade civil.

Em 2015, o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Ceará foi reconhecido como um dos representantes da rede nacional de Núcleos e Postos no Comitê Nacional Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP). O PAAHM-CE consolida-se, assim, conforme a boa prática de não criminalizar a migração, mas a possibilitar que as idas e as vindas aconteçam com supedâneo na cidadania global: levando sonhos, pertences pessoais - mas, principalmente, direitos e deveres - na bagagem.

AGRADECIMENTOS

À Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS), pela oportunidade de contribuir ativamente com a construção de políticas públicas no Estado do Ceará, e à equipe do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Estado do Ceará (PAAHM), pela dedicação profissional e pessoal de cada dia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto N° 5948*, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm>. Acesso em: 04 Out. 2015.

BRASIL. *Decreto N° 6247*, de 8 de janeiro de 2008. Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6347.htm>. Acesso em: 04 Out. 2015.

BRASIL. *Portaria N°41*, de 6 de novembro de 2009. Altera a Portaria N° 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de setembro de 2009, seção1, página 25. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B4903CF47-2214-4E8D-95FA-5741D9DB4E1F%7D&ServiceInstUID=%7BB78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745%7D>>. Acesso em 02 Out.2015.

TERESI, Veronica Maria. *Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ESCRAVAS BRANCAS NA *BELLE ÉPOQUE*



Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo, licenciada em História - UFC
Email: taynara.mirelle.araujo@gmail.com.

RESUMO:

No fim do século XIX e início do XX, o caráter da exploração sexual e das migrações no Brasil sofre muitas alterações, por dois grandes motivos que se entrecruzam: o período da *Belle Époque* e o tráfico de mulheres oriundas do Leste Europeu. Este trabalho tem como objetivo analisar, através do romance *Madame Pommery*, de 1920, de Hilário Tácito, como se deu a exploração sexual e o tráfico das “polacas” no período. Essa análise se dará a partir de alguns questionamentos e reflexões sobre o “tráfico de escravas brancas”, sobre a relação entre os ideais da *Belle Époque* e o surgimento da prostituição de luxo e sobre o combate ao lenocínio. As reflexões embasam-se na análise de fontes e em ampla bibliografia, com trabalhos de Margareth Rago, Michelle Perrot, Rachel Soihet, Carole Pateman e Regiane Boainain.

Palavras-chave: Gênero; Migração; Prostituição de Luxo

INTRODUÇÃO

Muitas mulheres oriundas de regiões muito pobres do leste europeu já foram traficadas para o então Novo Mundo, por organizações criminosas que agiam em diversos países, entre o final do século XIX e o começo do século XX. Essas mulheres geraram grande fascínio para os homens de famílias abastadas das regiões centrais do Brasil, durante a então chamada *Belle Époque*. Já que nesse período a elite brasileira era muito influenciada pela cultura europeia, ela via nesse tipo de prostituição a oportunidade de seus filhos aprenderem um pouco mais sobre o modo de vida europeu, entendido como “civilizado”. Portanto, essas mulheres eram vistas como elemento civilizador, que iria ajudar no processo de embranquecimento e de sofisticação da sociedade brasileira. Esse fator igualmente contribuiu para o surgimento da prostituição de luxo no país, a qual trazia muitos lucros para essas organizações internacionais de traficantes. Porém, esse mercado de seres humanos não operou sem transtornos, sem fiscalização nem punição por parte das autoridades, o combate a esse tráfico foi o que causou nesse período - do começo do século XX - o surgimento e o desenvolvimento das leis e dos tratados internacionais contra o tráfico de pessoas.

METODOLOGIA

As análises propostas nesse trabalho se farão a partir do diálogo com extensa bibliografia - com obras científicas que refletem sobre o tráfico de pessoas, a exploração sexual e, mais especificamente, sobre o tráfico das mulheres do leste europeu, organizado pela máfia judia, denominada Zwi Migdal. Outras reflexões sobre a temática específica do estudo se darão a partir do romance *Madame Pommery*, que é aqui usado como fonte principal. Portanto, para tentar compreender esse complexo sistema de redes de tráfico de mulheres e sua relação com o imaginário social brasileiro no período da *Belle Époque* faz-se necessária uma primeira reflexão sobre a história das mulheres e de sua exploração sexual, para depois poder-se adentrar melhor na análise do tráfico das “polacas” e do combate ao rufianismo e ao lenocínio no Brasil.

DISCUSSÃO

Diante do domínio e da subjugação das mulheres em diversos períodos e sociedades, faz-se necessária a análise e a reflexão sobre sua história, sobre os vestígios de sua resistência - na maior



parte das vezes, subterrânea, secreta -, e também dos seus embates declarados, de suas conquistas, de seu modo de viver em sociedade.

Já pelos conceitos de prostituição, de exploração sexual e de tráfico de pessoas, recorre-se à definição das pesquisadoras Priscila Nottingham e Helena Frota, as quais afirmam que:

Por prostituição consideramos a atividade exercida por mulher adulta e consciente, que desempenha a função de forma voluntária e autônoma. Já a exploração sexual é considerada atividade que mantém uma mulher na prostituição contra a sua vontade ou tendo que dividir seus ganhos com terceiros, sendo esses últimos evidenciados nas figuras do cafetão e/ou da cafetina. Por fim, o tráfico de mulheres é evidenciado como aquele que prevê o aliciamento, transporte e exploração das vítimas no destino final (FROTA; NOTTINGHAM, 2012, p. 03).

O romance *Madame Pommery*, de José Maria de Toledo Malta, sob o pseudônimo de Hilário Tácito, foi publicado pela editora Revista do Brasil, de Monteiro Lobato, que foi um grande amigo do autor, em 1920. A obra é uma narrativa sobre a vida de Ida Pomerikowsky, a futura Madame Pommery, filha de um judeu polonês. Ida conhece um marujo que lhe fala das oportunidades na América e ela vem com ele para o Brasil, com o sonho de “fazer a América”. Chegada aqui, ela monta um prostíbulo de luxo, frequentado por boêmios e por ricos coronéis que procuravam se “civilizar” nesses ambientes ditos *modernos*. Malta, por meio da ironia, exalta em sua obra a prostituta, a coloca como alguém venerável, para mostrar a hipocrisia da sociedade, já que esta tem preconceito com aquilo que ela própria cria e financia. A obra *Madame Pommery* foi escrita e divulgada durante o acelerado processo de industrialização, de transformações urbanas e do surto imigratório em São Paulo, no período da chamada *Belle Époque* - do começo do século XX. Essas mudanças foram ocasionadas pelo sucesso do café, que fundava cidades e fazia desfilar coronéis endinheirados, dispostos a gastar suas fortunas com os prazeres da noite.

A partir do fim do século XIX, o controle dos negócios da prostituição e/ou exploração sexual passou das madames e das prostitutas para os caftens e sindicatos do crime organizado, e a mulher negra perdeu então o seu espaço como símbolo de sexualidade para as estrangeiras prostituídas. Essas mulheres de regiões miseráveis do leste europeu eram traficadas para o Novo Mundo, iludidas com promessas de casamento, de melhores empregos, de melhorias de vida ou de “fazer a América”. A maioria dessas moças eram judias, como nossa personagem de *Madame Pommery*, filha de “um polaco israelita de nome Ivan Pomerikowsky” (TÁCITO, 1998, p. 29). E quando elas chegavam à América se deparavam com uma realidade bem diversa da sonhada, eram exploradas sexualmente, privadas de liberdade, ameaçadas de serem deportadas, submetidas à servidão por dívida e isoladas de qualquer contato fora do ciclo de exploração.

Esse tráfico de mulheres do leste europeu para a América do Sul era, na maioria dos casos, organizado pela máfia judaica, a Zwi Migdal, que viveu o seu auge em 1920. Esta organização criminosa, inicialmente estabelecida em Buenos Aires, mas com agentes no Rio de Janeiro e em Santos, foi desmantelada no final dos anos 1930, a partir de denúncias de Raquel Liberman, uma judia vítima da organização criminosa. 108 de seus membros foram então presos na Argentina.

A prostituição de luxo se firmou nesse período no Brasil a partir da prostituição dessas mulheres, por conta dos clientes quererem estar num ambiente em que se respirava o cosmopolitismo, os ideais europeus – como sinônimos de um *modo de vida moderno*. Essa fascinação se dava principalmente em relação à França, que era o país europeu mais admirado nesse período da *Belle Époque*. Como se vê, passa a se ter uma prostituição de luxo, voltada para os setores abastados da sociedade, e o que antes era feito às escondidas, com as mulheres negras e mestiças, nesse período passa a ser ostentado como símbolo de civilidade, de aprimoramento europeu. Da elite agrária, com resquícios de colonialidade, passava-se à civilidade urbana moderna.



Havia nisso tudo uma contradição estrutural muito clara – precisamente quanto aos paradoxos do pensamento moralista do período, pois, se por um lado a prostituição e a exploração sexual eram vistas como um atentado à civilização, por outro era tida como um mal necessário (já que servia como alívio para os instintos masculinos irrefreáveis, sustentando assim a honra das moças da elite).

No fim do século XIX e início do XX, houve, de fato, uma onda de moralização e de higienização no Brasil, com o intuito de remodelar as cidades, na intenção de afastar e esconder a miséria da sociedade. Essa moralização teve um capítulo especialmente destinado às práticas sexuais. O lenocínio passou a ser tido como um crime grave, sendo reprimido pela Secretaria de Segurança Pública e também pela Polícia do Porto. O Código Penal de 1890 já tipificava em seu artigo 278 como crime o ato de

induzir mulheres, quer abusando da sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios, para auferir directa ou indirectamente, lucros desta especulação (BRASIL, 1890).

É importante deixar claro como posicionamento nesse debate que “argumentar que há algo de errado com a prostituição não implica necessariamente em um julgamento desfavorável das mulheres que fazem esse trabalho”, pois “quando os socialistas criticam o capitalismo e o contrato de trabalho, eles não o fazem porque desprezam os trabalhadores, mas porque eles são os defensores dos trabalhadores” (PATEMAN, p. 285).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Entende-se, então, a partir do que foi expresso, que o tráfico e a exploração sexual das “polacas” no Brasil, no período estudado, tinha a ver com uma organização criminosa que atuava em âmbito internacional e que o Brasil era uma das linhas de ligação desse emaranhado de relações criminosas de exploração de pessoas no mundo. Esse quadro da prostituição europeia vinha associado no Brasil às novas práticas civilizatórias, a uma nova visão de mundo por parte de alguns setores da elite local, a qual compreendia o pensamento científico, racista e eugenista da época.

É importante salientar que nesse período - e ainda hoje - o tráfico e a exploração sexual de mulheres são expressão clara do patriarcalismo presente ainda em nossa sociedade. São práticas as quais não deixaram de ser muito lucrativas para traficantes internacionais de pessoas e para exploradores das diversas redes de prostituição – isso porque são crimes que contam com financiadores que são precisamente partidários da dominação masculina em detrimento da vida das mulheres (as quais eram e ainda são atualmente reduzidas, em muitas situações, à condição de mercadoria, destituídas de humanidade e exploradas ao máximo).

Portanto, ainda se faz extremamente necessária a luta também contra o machismo, em paralelo ao combate às diversas formas de exploração de seres humanos. Afinal, não se pode continuar convivendo com estas questões de forma branda ou como se elas não existissem, pois que seguem a causar violências, traumas e mortes.

REFERÊNCIAS

BOAINAIN, Regiane Magalhães. *Madame Pommery: na multiplicidade de vozes, a tradição reinventada*. São Paulo: PUC, 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) - Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.



- FROTA, Helena; NOTTINGHAM, Priscila. *O Brasil na Rota do Tráfico de Escravas Brancas: Entre a Prostituição Voluntária e a Exploração de mulheres na Belle Époque*. SINAIS– Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória, v 11, n.11, junho. 2012.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: PRIORE, Mary Del(Org.). *História das mulheres no Brasil* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- TÁCITO, Hilário. *Madame Pommery*. São Paulo: Ática, 1998.

GT 6: MIGRAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE

A HOMOSSEXUALIDADE NO CONTINENTE AFRICANO: HISTÓRIA SOCIAL DA COLONIZAÇÃO DAS PRÁTICAS SEXUAIS AFRICANAS

Ercílio Neves Brandão Langa, mestre em Sociologia – UFC, estudante do Doutorado em Sociologia – UFC, integrante do Instituto de Desenvolvimento da Diáspora Africana/CE
Email: ercilio.langa@gmail.com.

RESUMO

Este texto elabora uma história social da homossexualidade em África, tendo em conta os colonialismos europeu, islâmico, a ordem judaico-cristã imposta pelas igrejas evangélicas brasileiras e norte-americanas e suas influências nas práticas sexuais africanas. Para elaborar esta história social, fiz o levantamento bibliográfico de obras e documentos sobre o assunto, bem como utilizei meu acervo pessoal, constituído por notícias, recortes de jornal, revistas, artigos em mídias eletrônicas, como em sites e blogs. A participação em debates públicos e discussões acadêmicas foi outra técnica metodológica usada. As influências político-religiosas têm sido determinantes para um contexto de negação da existência de relações homossexuais, bem como para preconceito e discriminações contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intergêneros (LGBTIs) africanos. Verificam-se discursos acirrados, atuações de governos e estadistas africanos contra a homossexualidade, cujas ações vão de pronunciamentos individuais e notícias na mídia - incitando à violência contra homossexuais - à votação de leis nos parlamentos criminalizando a prática. Em alguns casos, há condenações à prisão e mesmo à pena de morte para homossexuais, violando os seus direitos humanos. Nesse contexto, o debate sobre os direitos humanos de LGBTIs no continente africano mostra-se importante e urgente.

Palavras-chave: Homossexualidade; História Social; Continente Africano; Religiões.

INTRODUÇÃO: A COLONIZAÇÃO EUROPEIA E ÁRABE E A PENALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HOMOSSEXUAIS

É fato histórico que as primeiras leis proibindo e penalizando relações homoafetivas nas sociedades africanas foram impostas pelas autoridades coloniais, religiosas cristãs, europeias e islâmicas. A rigor, muitas constituições, leis, códigos civis e penais vigentes nos países africanos foram herdados dos governos coloniais europeus ou foram copiados dos modelos de Estados nacionais



européus e norte-americano, ou ainda foram inspirados no marxismo-leninismo do leste europeu e asiático, tendo em comum o fato de terem sua base no modelo de família patriarcal.

Ao longo da história, no entanto, missionários, aventureiros e viajantes apresentaram relatos de casos de homossexualidade, de incesto e de outras práticas em diversos reinos e impérios africanos, particularmente, nas realezas e na classe dos sacerdotes – xamãs, adivinhos, curandeiros e feiticeiros –, que aconteciam durante cerimônias rituais e de entronização, entre outros.

Um dos episódios históricos mais interessantes acerca da homossexualidade em África, posto que pouco documentado e abordado, foi o drama vivido pelos *mártires de Uganda* nas mãos do rei Mwanga, entre o final do século XIX e o início do século XX, quando jovens africanos católicos foram torturados, queimados vivos e mortos por ordem do monarca, por se recusarem a manter relações homossexuais com o rei e por rejeitarem renunciar sua fé. Esta perseguição feroz do rei Mwanga terminou com a morte de pelo menos 22 jovens católicos africanos, entre 1885 e 1887, os quais foram torturados, decapitados, queimados vivos e esquartejados, num episódio que ficou conhecido entre os católicos como “os mártires de Uganda”.

Com a emergência do Cristianismo como religião predominante nos territórios ocupados pelas potências europeias em África, particularmente na região subsariana, diversas leis, religiões, tradições, costumes - dentre eles, as relações e práticas homossexuais - foram proibidas, tornando-se um assunto *tabu*, sendo substituídos pelos códigos civis e penais coloniais europeus, bem como pela moral judaico-cristã presente na Bíblia. Na ótica de Cole (1967), tais atitudes e ensinamentos judaico-cristãos dispostos no *Velho* e no *Novo Testamentos* bíblicos influenciaram e continuam influenciando a moral, os costumes e a vida cotidiana no continente africanos, até os dias de hoje.

Já o Islam, por sua parte, igualmente influenciou uma vasta região do continente, primeiro, a partir do Egito e do norte de África, entre os séculos VII e XI, sem que estes territórios tenham sido politicamente anexados a nenhum dos grandes estados islâmicos da época. Após esse período, os muçulmanos converteram os bérberes, e estes últimos introduziram a religião corânica mais a sul do Sahara – por meio das suas caravanas que atravessavam e ainda atravessam o grande deserto em direção às terras mais férteis do Sahel e do Sudão (EL FASI E HRBEK, 2010).

Por certo que a expansão muçulmana pelo continente africano não foi somente religiosa, mas também política, cultural e econômica, segundo a qual os árabes exerceram influência em toda a região norte do continente, no Mar Mediterrâneo e nas costas do Oceano Índico. As leis aplicadas pelas sociedades islâmicas podem ser entendidas como tendo sido derivadas do *Alcorão*, livro sagrado e principal fonte do Islam, e da *Sunnah*, segunda fonte que narra a vida do profeta, não sendo possível praticar esta religião sem consultar ambos os textos. Já a *shariah*, um sistema detalhado de leis religiosas, equivale a um sistema jurídico, e procura descrever todos os atos humanos, distinguindo-os entre os permitidos “*halal*” e proibidos “*haram*”. Quando interpretada de forma literal, a *shariah* pode-se revelar um sistema de leis bastante repressivo, cuja pena para as relações homossexuais é a lapidação e a morte. Além de ser um sistema religioso, o Islam é também um sistema governamental e legislativo, daí que em muitas sociedades islâmicas, o estado e a religião se confundem.

Contudo, em muitos países africanos cristãos e islâmicos, o clero religioso e os políticos se utilizam da religião para controlar a vida dos indivíduos e dos grupos, particularmente das partes mais fragilizadas, que são as mulheres e os grupos LGBTIs. No norte de África, a chamada *Primavera Árabe*, iniciada em 2010, cujas revoluções foram essencialmente políticas, não trouxe mudanças significativas no campo dos valores ou dos direitos humanos. Mudaram os dirigentes e governantes, mas a cultura desses países não mudou essencialmente - assim como a vida dos indivíduos, particularmente das mulheres e das populações LGBTIs, as quais seguiram inalteradamente oprimidas. O peso da religião e da cultura sobre os indivíduos não diminuiu. Atualmente, a homossexualidade é uma prática quase não aceita de modo algum, portanto, proibida em 38 dos 54 países africanos - em



um continente que tradicionalmente foi tolerante com as identidades de gênero, como demonstram múltiplas evidências históricas.

METODOLOGIA

Para elaborar esta breve história social da homossexualidade no continente africano, primeiro realizei um levantamento bibliográfico de obras e documentos sobre o assunto. Outra fonte bastante utilizada foi o meu acervo pessoal, constituído por notícias, recortes de jornal, revistas, artigos em mídias eletrônicas - como em sites, blogs -, bem como o registro e a captura de textos, notícias e imagens nas redes sociais - como o Facebook, entre outros. A participação em debates públicos e as discussões acadêmicas sobre a temática da homossexualidade também consistiram em outra técnica metodológica usada. A leitura de livros religiosos, como a Bíblia e o Alcorão, assim como de livros que versam sobre eles, também foi de grande ajuda para compreender como estas duas religiões compreendem as relações homossexuais.

DISCUSSÕES TEÓRICAS: BREVE HISTÓRIA SOCIAL DA HOMOSSEXUALIDADE EM ÁFRICA

Teóricos africanos como Msibi (2014), Murray e Roscoe (1998), e Gueboguo (2006) argumentam que o discurso sobre a homossexualidade em África foi imposto pelo mundo ocidental, visto que as primeiras leis contra a sodomia foram promulgadas pela colonização europeia nos territórios africanos, assim como o ideal de família patriarcal e heterossexual, instituída pelo cristianismo e reforçada mais tarde, com o advento do marxismo e de outros movimentos que retrata(va)m de forma negativa a homossexualidade.

Entretanto, após as independências acontecidas a partir de 1960, a maioria dos governos africanos aproveitou o aparato de leis coloniais europeias e, em alguns casos, tornou-as mais rígidas. Tais leis coloniais europeias acerca da homossexualidade foram legitimadas por missionários, autoridades militares e antropólogos influenciados pelo funcionalismo-estrutural que, em seus escritos, viam no africano, qualidades como *as do homem no seu estado natural e cultural puro*, como as do *bom selvagem, primitivo, tradicional, viril e hipersexual*. A rigor, muitas vezes, quando relatadas por autores europeus, as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo nos territórios africanos eram retratadas em linguagem moralista e médico-psiquiatra, como *perversão, inversão sexual, erotismo mórbido, pederastia, práticas contra natura, ocorrência de sexo contrário* (MURRAY e ROSCOE, 1998).

Tais visões e concepções foram reforçadas após as independências na segunda metade do século XX e, assim como com o advento do socialismo e do capitalismo africanos, retrata(va)m a homossexualidade de forma negativa. Assim, a maioria dos governos africanos aproveitou ou copiou o aparato de leis coloniais europeias, em alguns casos reformulou-as, tornando-as mais rígidas. Atualmente, os países africanos mostram-se relutantes em discutir sobre a homossexualidade, cujas leis se mantêm estáticas, permanecendo dentro dos padrões *vitorianos* de moralidade, adotando o modelo biomédico capitalista-ocidental seguido por quase todas as sociedades. Desde então, os governos africanos mostraram-se relutantes em discutir acerca da homossexualidade, permanecendo dentro dos padrões europeus de moralidade, adotando o modelo biomédico capitalista-ocidental - seguido por quase todas as sociedades do mundo.

Dessa forma, para se compreender as relações homossexuais nos países africanos é necessário relativizar as teorias ocidentais sobre sexualidade, homossexualidade, gênero, estudos sobre mulheres, relações afetivas, casamento, dentre outros - pois, tais teorias mostram-se inadequadas para compreender os distintos contextos nacionais e histórico-políticos africanos.

Nesse debate, os especialistas africanos argumentam que, para se compreender as relações homossexuais em África, é necessário abandonar as teorias ocidentais acerca de sexo, gênero,



sexualidade e afetividade, porque estas têm se mostrado inadequadas na compreensão dos distintos contextos africanos.

O CONTEXTO ATUAL DE CRIMINALIZAÇÃO E PENALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HOMOSSEXUAIS EM ÁFRICA

Em vários dentre os 54 países que constituem o continente africano, os debates e os discursos públicos acerca da homossexualidade apresentam-se difíceis. Nos últimos anos, ao invés de avanços, os debates apresentaram retrocessos, com diversos governos consentindo a discriminação de LGBTIs, criminalizando e penalizando as relações homossexuais, tidas como “*perversão*”, “*influência e prática importada do Ocidente*” e “*contra as tradições africanas*”.

Nesse contexto, o continente africano apresenta realidades que convergem para a negação da existência da homossexualidade e para a não aceitação da diversidade sexual. As relações homossexuais são punidas com pena de morte em alguns países, majoritariamente islamizados, como a Mauritânia, a Nigéria, a Somália e o Sudão. Tais relações também são criminalizadas em outros, em que há um percentual relevante de cristãos ou em que as instituições políticas se veem confundidas com ingerências teocráticas, com penas *duras* de prisão, que variam entre 7 a 17 anos de cadeia – são, respectivamente, os casos de Uganda, Zâmbia e Zimbábwe, e do Egito, do Marrocos e da Tunísia. Estes três últimos países magrebins têm, de fato, maioria de população muçulmana e têm sido tradicionalmente dirigidos por governos teocráticos – em que a religião e o estado se confundem. Nesses países, têm-se verificado, portanto, prisões arbitrárias, desaparecimentos em circunstâncias estranhas, bem como assassinatos de indivíduos LGBTIs assumidos ou de ativistas que se posicionam em favor dos direitos das minorias sexuais.

No resto do continente, a homossexualidade é - via de regra - igualmente proibida e perseguida, posto que não seja criminalizada na maioria dos estados (cerca de 26 países), dentre eles - Angola, Argélia, Botswana, Burundi, Camarões, Ilhas Comores, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Ghana, Guiné-Conakry, Guiné-Equatorial, Kenya, Libéria, Líbia, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, São-Tomé e Príncipe, Senegal, Ilhas Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Swazilândia, Tanzânia e Togo.

Nesses países, por causa da repressão, é como se existissem normas não escritas - segundo as quais a homossexualidade tem que ser vivida com absoluta discrição (SERENA, 2014). Pode se dizer, ademais, que as relações homossexuais são *aceites de forma silenciosa* em cerca de 16 estados, a maioria localizada na África Central, por governos de países como Benin, Burkina Faso, Cabo-Verde, República Centro Africana, Chade, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Djibouti, Guiné-Equatorial, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Ruanda, Lesotho e, Madagascar.

Os LGBTIs têm, enfim, assegurada a sua diversidade sexual - reconhecida por lei - somente em dois países: a África do Sul (que, há quase uma década, foi o primeiro país africano e o quinto no mundo a aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo) e o Gabão (que fez o mesmo que a África do Sul há menos de dois anos). Esses, repetimos, são os dois únicos estados africanos que garantem direitos iguais de cidadania a indivíduos heterossexuais e a indivíduos LGBTIs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em África, as práticas homossexuais, os discursos acerca delas e a história social da homossexualidade foram influenciadas e moldadas pela colonização estrangeira, ao longo de vários séculos. Primeiro, com a presença árabe, a partir do século IX e, depois, com a colonização europeia, a partir do século XV. Conseqüentemente, a introdução do islamismo e do cristianismo se firmou como sistemas de crença dominantes no continente. Atualmente, os discursos sobre esta prática sexual - pouco documentada no continente - são regidos quase que inteiramente pela doutrina judaico-cristã europeia, consagrada na Bíblia, ou pela doutrina islâmica, consagrada no Alcorão, na Sharia e no



Sunnah (livros sagrados do Islã). Tais sistemas de crença e de valores político-religiosos, notadamente por meio dos seus códigos penais e de condutas da vida civil, subalternizaram as práticas sexuais africanas tradicionais pré-existentes, e tornaram-se hegemonicamente adotados pela maioria dos estados africanos. Seus ensinamentos, códigos, leis, normas de conduta influenciaram e continuam influenciando a moral, os costumes e a vida cotidiana no continente africanos, até aos dias de hoje. Tais sistemas de crença apresentam como pontos em comum o fato de proibirem, de criminalizarem e de penalizarem as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, tidas como *pecaminosas*, *aberrações* e *não-naturais*. Além destes códigos mais tradicionais, atualmente as igrejas neopentecostais brasileiras e norte-americanas vêm alimentando ainda mais os discursos acirrados contra a homossexualidade em África, tornando a vida ainda mais difícil para os LGBTIs africanos. Todas estas influências político-religiosas têm sido determinantes para um contexto de cerceamento, de perseguição, de negação da existência de relações homoafetivas, de assassinato de homossexuais, de preconceito e de discriminações inconsideradas contra os LGBTIs africanos. Todas estas ações demonstram, enfim, um contexto de violação dos direitos humanos de uma população africana específica, crescente e cada vez mais visível, que tem resistido e lutado com muita dificuldade pela afirmação e pela garantia de seus direitos.

REFERÊNCIAS

- COLE, William. *Sexo e amor na Bíblia*. Tradução de Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, 1967.
- EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. O Advento do Islã e a Ascensão do Império Muçulmano. In: _____ (Eds.). *História geral da África, III: África do século VII ao XI*. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2. p. 39-68.
- EVANS-PRITCHARD. Inversão Sexual entre os Azande. Tradução de Felipe Fernandes, Verificação de Dennis Werner. *Bagoas*, n. 7, 2012, p. 15-30.
- GUEBOGUO, Charles. *La Question Homosexuelle en Afrique: le cas du Cameroun*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- HOAD, Neville. *African Intimacies: Race, Homosexuality, and Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- LAMBDA (Associação). *Estudo sobre Vulnerabilidade e Risco de Infecção pelo HIV entre Homens que fazem sexo com Homens na Cidade de Maputo*. Maputo: LAMBDA, 2010. 80 p.
- _____. *Atitudes perante a Homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula*. Maputo: Lambda, 2013.
- MOTT, Luiz. Raízes Históricas da Homossexualidade no Atlântico Lusófono Negro. *Afro-Ásia*, 33, 2005, p. 9-33.
- MSIBI, Thabo. É a teorização atual sobre a sexualidade do mesmo sexo relevante para o contexto africano? A necessidade de mais vozes africanas em teorizar o desejo pelo mesmo sexo na África. *Pambazuka News*. ed. 69, 16/03/2014.
- MURRAY, Stephen & ROSCOE, Will. *Boys-Wives and Female Husbands: studies in african homosexualities*. Palgrave, 1998.
- SERENA, Marc. *“¡Esto no es africano! De el Cairo a Ciudad del Cabo a través de los amores prohibidos*. Valencia: Editorial Xplora, 2014.

DISCUTINDO DIVERSIDADE SEXUAL E POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO COM ESTUDANTES AFRICANOS/AS NO CEARÁ

Francisco Vítor Macêdo Pereira, professor do Bacharelado em Humanidades e do Mestrado Acadêmico em Humanidades - UNILAB

RESUMO



Este trabalho se delineia como exercício do olhar e da percepção, em rumo à proposição de iniciativas para o enfrentamento das questões de choques culturais, de estranhamentos e de incompreensões simbólicas quanto às relações de gêneros e de sexualidades no ambiente das atuais ondas de imigração e de diáspora africana no Brasil - mais especificamente de estudantes do ensino superior no estado do Ceará. Percebemos nos ambientes acadêmicos cearenses, nos quais mais de perto atuamos, a vivência destas questões de choques e de incompreensões por parte de algumas/alguns das/os estudantes africanos/as - ante as especificidades das culturas e das políticas de gênero, de reconhecimento e de promoção dos direitos das mulheres e das populações LGBTQI - de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers* e intergêneros -, ante a maioria de culturas tradicionalmente ainda bastante machistas e heterossexistas (as quais se traduzem, em boa medida por igual, tanto na África quanto aqui no Brasil).

Palavras-chave: Homossexualidade; Criminalização; Feminismo; Direitos humanos; Diáspora africana de estudantes no Ceará; Promoção de políticas para a igualdade de gênero e de diversidade sexual

INTRODUÇÃO

Percebemos a recidiva de incompreensões, de alguns choques e de algumas resistências em interferências, a propósito das políticas de promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual, por parte de alguns/algumas das/os estudantes africanos/as em nossa experiência de ensino em Filosofia, em Sociologia, em Ciências Políticas e em Direito - ao longo da última década, em faculdades privadas em Fortaleza e, desde o ano 2013 até o presente, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, localizada em Redenção, cidade da Região do Maciço de Baturité, próxima à Região Metropolitana da capital cearense.

Reportamo-nos, mais especificamente, à intercorrência de indisposições e de resistências, relativas às abordagens de gênero nos conteúdos programados de ensino e de pesquisa, as quais - em alguns casos - potencialmente se convertem em reações que vão desde o estranhamento e a reprovação até atitudes declaradamente sexistas, machistas, misóginas e homofóbicas, nos ditos ambientes e contextos acadêmicos.

Não raro, é inegável a resistência de parte destes/as estudantes em discutir políticas de promoção da igualdade de gêneros e de reconhecimento da diversidade sexual, sob a alegativa de que, *em seus países, não há propriamente violência contra a mulher; de que, em suas culturas, as mulheres são simplesmente protegidas e submetidas, por serem naturalmente mais frágeis; de que o machismo é uma distorção ocidental, inexistente e sem sentido nas sociedades africanas. Alegam alguns/algumas, igualmente de maneira aleatória, que qualquer relação sexual não heterossexual é vista, em seus países, como um desvio, uma doença, uma perversão, uma maldição ou um pecado. Algo que, portanto, em nenhuma hipótese, pode ser admitido como fenômeno ou acontecimento natural ou normal.*

Diante disso, notadamente no que atine - além do reconhecimento da autonomia e do protagonismo feminino - principalmente à necessidade de afirmação dos direitos e da presença LGBTQI nas comunidades acadêmicas⁷, percebe-se - na contraposição e na transposição de parte da significação diáspórica África-Brasil - o que se pode chamar, se não de um choque, de um estranhamento quanto à

⁷ Como professor do ensino superior em Fortaleza, desde o ano de 2003, tive experiência no ensino de graduação a estudantes de diversas nacionalidades africanas - inseridos/as no contexto acadêmico com estudantes brasileiras/os, tanto quanto envolvidos/as nas demais atividades do cotidiano estudantil dessas instituições, notadamente nas Faculdades Nordeste, FANOR Devry e, ora (do ano de 2013 ao presente), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB, em Redenção (próxima à Região Metropolitana de Fortaleza), notadamente nas áreas de Ciências Políticas, de Direito, de Filosofia, de Letras e de Sociologia.



compreensão da necessidade política de busca e de reconhecimento do tratamento igualitário de gêneros e de respeito à diversidade sexual.

Trata-se de algo, conforme já dito, a traduzir a resistência de alguns/algumas estudantes em discutir as questões de gênero e de diversidade sexual em sala de aula e em outras atividades acadêmicas. Uma resistência a qual, entendemos, deve ser cuidadosamente compreendida em suas causas, motivações e consequências - a fim de que sejam prestados a informação e o esclarecimento necessários a respeito da imprescindibilidade do reconhecimento de direitos e de efetivação de políticas, de modo a que haja o enfrentamento esperado de seus efeitos em residuais e em eventuais manifestações de machismo, de sexismo e de violência física e simbólica contra mulheres e indivíduos ou coletivos LGBTQI.

Com ênfase, ante as alegações *generalistas* de alguns/algumas, de que *em seus países não existem nem gays nem machismos*, de que estas são *questões ou invenções ocidentais inexistentes nos costumes das sociedades africanas*, necessitamos buscar a compreensão histórico-cultural e também antropológica das possíveis causas a concorrerem a essas negativas de efeito e de opinião - quanto à inexistência de desigualdades de gênero e de negação da diversidade sexual no cenário político, cultural e religioso da maior parte das sociedades dos países africanos na contemporaneidade. Para isso, nos valeremos do diálogo com as considerações de MURRAY & ROSCOE (1998), de MOTT (2005), de HOAD (2007) e de LANGA (2014).

Queremos, na intenção dessa interlocução necessária, ressaltar que as migrações e as diásporas de jovens estudantes africanos/as no Ceará têm proporcionado, nesse contexto, além das mais corriqueiras interações e assimilações do cotidiano, algumas experiências realmente enriquecedoras, ao mesmo tempo em que têm trazido umas tantas outras as quais se revelam como bastante desafiadoras - também no âmbito das relações de gêneros e de sexualidades. Dizemos isso no que toca não apenas as relações acadêmico-estudantis da integração desses/as estudantes com a comunidade, mas também as experiências de ensino e de aprendizagem propriamente ditas, haja vista as dificuldades enfrentadas em se discutir e em se trabalhar com os conteúdos de políticas de promoção da igualdade de gêneros e de diversidade sexual, bem como de combate às suas formas, expressões e manifestações de violência.

METODOLOGIA E HIPÓTESE DE TRABALHO

Como evidenciação a uma hipótese provável de explicação da recorrência dessa indisposição de algumas/alguns estudantes africanos/as - com o trato das questões de gênero e de diversidade sexual -, noticia-se, além dos reflexos de tradicionais esquemas mais patriarcais (oriundos das formações e das visões de mundo destes/as jovens), a condenação moral ante as aquisições das mulheres e também o estranhamento e a contestação ante os direitos e as manifestações livres das populações LGBTQI. Parte das causas desse estranhamento, pensamos, se deve à conformação confessional de muitas instituições - inclusive jurídicas e legislativas -, ainda vigente em boa parte dos países africanos.

O objetivo aqui se volta, então, ao que mais de perto se destaca em fundamento e em compreensão desses estranhamentos, relativos a incompreensões e, conseqüentemente, a casos eventuais de discriminação e de preconceito - no que concerne à igualdade das manifestações de gêneros e de sexualidades e, mais especificamente, aos movimentos e às expressões LGBTQI nos ambientes acadêmicos em comento.

Trata-se, portanto, da crítica ontológica e política de modos de comportamento os quais recidivam, segundo a nossa percepção, em virtude de discursos de motivos morais e religiosos - a rescenderem da formação e dos sistemas de crenças desses/as jovens em diáspora no Ceará (havidos em suas escolas, em seus lares e em suas comunidades religiosas de origem).

Diante do que disso se verifica, a nossa proposta de argumentação, a anunciar a proposição de uma pesquisa ainda como intenção, gira na busca do entendimento das causas e das motivações desses



choques, negativas e incompreensões, encontrando como hipótese precisa a constatação de uma cultura de repressão e mesmo de criminalização - tanto da homossexualidade como dos movimentos feministas em vários países africanos.

Prevalece, de fato, de acordo com CASTETBON (2015), até os dias de hoje, uma espécie de cultura do silenciamento - tanto em torno da homossexualidade quanto em torno das situações de opressão e de violência, às quais são comumente submetidas as mulheres, com as suas múltiplas e lamentáveis consequências em diversos países africanos (islamizados e cristianizados - ou ocidentalizados).

No entanto, a despeito da criminalização da homossexualidade e de qualquer reivindicação de emancipação da diversidade sexual, é fácil se noticiar pela internet a constatação de uma intensa vida gay nestes mesmos países africanos e em outros, bem como de movimentos de resistência e de cultura feminista e anti-sexista. Diga-se que em tais países, em sua maioria, ainda permanece proibida qualquer forma de relacionamento sexual fora do casamento heterossexual, da heteronormatividade e da heterocodificação - segundo o que, o homem viril, masculino é a única expressão de gênero a que se concede as distinções dos poderes, dos privilégios e dos controles da vida social - sendo bem vista e mesmo incentivada a subserviência feminina ante a ordem machista (Cf. CASTETBON, 2015, p. 18).

A nossa pretensão, por isso, refunde-se também à exposição de alguns relatos de gays masculinos que vivem desafiadoramente a sua condição sexual em seus países, como testemunho de enfrentamento de preconceitos, de discriminações, de costumes hostis e de condenações - fazendo isso, muitas vezes, com o preço da própria vida; haja vista a previsão de pena capital, em muitas legislações, para a então tipificada prática de sodomia *assemelhada a bestialismo* e inapelavelmente vista como *ato contrário à natureza e aos mandamentos divinos*.

Diante disso, da coleta e da exposição desse material em discussões sobre discriminação e opressão de gêneros e de sexualidades nessas sociedades africanas, pode-se tentar sensibilizar os/as estudantes africanos/as à necessidade do reconhecimento e da promoção de direitos em prol de indivíduos, de coletivos e de populações inteiras - que seguem sendo hostilizados. Diga-se que, em boa parte, as recidivas desses preconceitos de gênero e de diversidade sexual se dão muito além da experiência diaspórico-migratória desses/as estudantes africanos/as no Brasil. Daí a necessidade de se discutir intensamente as políticas e os direitos de igualdade de gêneros e de diversidade sexual em um sentido bem mais amplo, a fim de que identifiquemos em nossa formação (também aqui no Brasil) atitudes, crenças e posições as quais seguem a fomentar violências, injustiças e desigualdades entre as pessoas humanas de direito - em sua diversidade de tendências e de disposições quanto à vivência sexual (para além de quaisquer imprecizações morais e religiosas).

O trabalho se propõe, por isso, a também ajudar na conscientização da nossa comunidade acadêmica acerca das terríveis ameaças as quais grande parte dos homens e das mulheres homossexuais e ativistas dos direitos da igualdade de gêneros e da diversidade sexual ainda enfrenta - tanto nos países africanos quanto no Brasil: em flagrante desrespeito aos direitos humanos e aos valores da dignidade e da integridade da pessoa humana, quase sempre por motivos de fundamentalismos morais e religiosos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além da mitigação ao reconhecimento dos direitos de emancipação e de autodeterminação a todo/a aquele/a que não for um *macho viril*, nos diversos segmentos do protagonismo social africano (em menor medida, no brasileiro) prevalece ainda a criminalização de todas as práticas não heteronormativas, bem como segue como verdadeira contravenção à ordem a autoria feminina na política, na religião, no conhecimento e na economia.

Como consequências dessas exceções, permanece um mordaz silenciamento em torno da homossexualidade e das diversas violências em desfavor das mulheres e dos indivíduos LGBTQI,



ademais da predominância de uma cultura do medo em torno das questões de diversidade de gênero e de sexualidades.

Não obstante a ameaça contra a própria vida (haja vista a previsão, em muitos casos, de pena capital para as práticas comprovadas de sodomia e de *liberalidade* sexual), noticia-se a resistência de diversos movimentos sexuais e de gênero em contestação à ordem machista e heterossexista, bem como a existência de uma intensa cultura gay em praticamente todos os países africanos, ainda que sufragada ao mundo virtual e privado.

Diante dessas constatações, este trabalho objetiva a discussão dos processos de transformação e de contestação ao silenciamento, à opressão e à criminalização da autodeterminação sexual de mulheres e de homens, homossexuais ou não - especificamente no intercuro cultural e político da diáspora africana de estudantes que se integram ao contexto acadêmico cearense, no qual se dão mais de perto à nossa percepção estes embates em torno das questões do feminismo, das diversidades sexuais e da emancipação de direitos; não apenas das mulheres, mas também das populações LGBTQI africanas.

Há de, portanto, se discutir ampla e afirmativamente a questão das homossexualidades, dos feminismos - e também das transsexualidades, das transgeneridades, das bissexualidades e das condições *queer* - na África e nas migrações africanas, em oposição ética a todo um contexto dominado ainda pela discriminação, pelo silenciamento, pelo cerceamento, pela opressão, pela repressão, pela violência física e psicológica, por estupros *corretivos*, pela aprovação de leis anti-homossexuais em alguns países e por consequente criminalização dos LGBTQIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers e Intergêneros) e de todos/as aqueles/as ativistas que pugnam pelos direitos humanos à liberdade e à autodeterminação sexual.

Disso se segue à persistente indução de que, aberta e afirmativamente, devemos debater acerca dos discursos de gêneros e de sexualidades por parte das diásporas africanas no Ceará - constituídas por estudantes e também por professores/as de distintos países, nações, culturas, religiões e grupos etnolinguísticos, as/os quais (alguns/algumas) ainda insistem em afirmar, de maneira contundente, *a inexistência de relações homoafetivas e de violências contra a mulher na África*.

Acreditamos na necessidade de essas questões serem incluídas no âmbito de nossos debates, discussões, planejamentos e ações também aqui na UNILAB – haja vista a condição propícia de seu espaço para o exercício democrático das relações horizontais, interseccionais e multiculturais.

Acreditamos, enfim, que tudo isso tem de ser bastante discutido e debatido. Todas essas são questões - de fato - urgentes, num contexto em que diversos países do mundo têm mudado as suas leis discriminatórias contra as minorias sexuais, adequando e atualizando as suas ordens constitucionais. Afinal, consubstancia-se a diversidade sexual e a autodeterminação de gênero dos indivíduos em direitos humanos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e internalizado pelas constituições da maioria da comunidade internacional de estados. Direitos os quais têm sido, infelizmente, recorrentemente violados em diversas partes do mundo - particularmente os direitos das minorias sexuais.

Não queremos com isso deixar de lembrar que os preconceitos, as discriminações e os crimes contra os LGBTQIs e as mulheres não acontecem apenas na África, mas em várias partes do mundo. Incluindo o Brasil, que registra, anualmente, cerca de 300 (trezentas) mortes de LGBTQIs - o que dá uma média de 01 (um) LGBTQI assassinado a cada 28 (vinte e oito) horas⁸. Inegável é que as atuais instâncias legislativas do Brasil, tal como acontece em alguns países africanos, se recusam a votar leis mais claras - as quais definam como crime a homofobia e aumentem a pena para os crimes de ódio praticados contra as mulheres e as populações LGBTQIs.

⁸ Dados disponíveis no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos>. Acessado em 26 Out. 2015.



CONCLUSÕES

Nesse sentido é que acreditamos que discutir sobre homossexualidades, feminismos e sexismos na África e no Brasil - bem como nos encontros África-Brasil - torna-se algo tão importante: a fim de que se evite a propagação de mais ignorância, de mais indiferença, de mais ódio e de mais mortes. Nesse mesmo sentido, discutir as formas de violência, de preconceito e de discriminação contra as mulheres, contra os indivíduos e contra os coletivos LGBTQI - notadamente no âmbito das diásporas africanas no Ceará - torna-se, localizadamente, a nosso ver, algo a ser priorizado como uma verdadeira necessidade política e educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. *Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República*. 2015.
- CASTETBON, Philippe. *Condenados no meu país, minha sexualidade é um crime*. Espaço Cultural dos Correios de Fortaleza: Fortaleza, 2015.
- HOAD, Neville. *African intimacies: race, homosexuality and globalization*. University of Minnesota Press: Minneapolis, 2007.
- LANGA, Ercílio Neves Brandão. DIÁSPORA AFRICANA NO CEARÁ: representações sobre as festas e as interações afetivo-sexuais de estudantes africano(a)s em Fortaleza. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 2, n. 1, p. 102-122, 2014.
- MOTT, Luiz. Raízes Históricas da Homossexualidade no Atlântico Negro Lusófono. *Afro-Ásia*, 33, 2005, p. 09-33.
- MURRAY, Stephen & ROSCOE, Will. *Boys-wives and Female-husbands: studies in african homosexuality*. Palgrave, 1998.

A CONCEITUALIZAÇÃO DO FEMININO PELA IMPRENSA CARIOCA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE IMAGÉTICA DE REPRESENTAÇÕES DAS “DONAS DE CASA” NO PERÍODO CARNAVALESCO

Rebecca Silveira da Costa, bolsista de Iniciação científica – UNILAB
Email: rebeccca.silveira@hotmail.com

Ailene Cristina Brito Soares Rosa, bolsista de Iniciação científica – UNILAB
Email: tyninhasoaresrosa@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Magalhães de Paula – UNILAB
Email: marcela.magalhaes@unilab.edu.br

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sobre a conceitualização do feminino e a relação da mulher com a linguagem, especificamente no campo da comunicação semiótica no início do século XX pela revista *Careta*. O objetivo é compreender através da análise das imagens obtidas no livro *Carnaval*, de J. Carlos (1999), a representação da mulher não “carnavalesca”, notoriamente da considerada “Dona de Casa”, pela percepção da imprensa carioca. A base teórica foi construída partindo dos estudos de Zygmunt Bauman, em seu livro *O mal estar da pós-modernidade* (1997), que apresenta sua crítica sobre o ideal de liberdade e as inquietações da vida social. As manifestações carnavalescas, no início do século XX, eram sinônimas de “libertação” da sociedade, até mesmo para as famílias tradicionais da época. A imprensa, corroborando para esta ideia, foi responsável por publicar imagens de mulheres em contextos carnavalescos, evidenciando que a figura feminina representada como “Dona de casa”, esposa e mãe não fazia parte – ou não deveria fazer – de tais festejos. Dessa forma, a justificativa dá-se pela necessidade de compreender, através da imprensa, a influência dessas publicações na sociedade



e a desvalorização da mulher. A metodologia adotada neste trabalho é de caráter bibliográfico. O resultado deste estudo é relevante diante das reflexões sobre a conceitualização do feminino no período carnavalesco por meio da cobertura da imprensa. As imagens publicadas e analisadas aqui constituem evidências de uma abordagem preconceituosa da mulher “não foliã” e que afirmam o pensamento de uma sociedade que desvaloriza toda categorização de mulher/feminino.

Palavras-chave: Gênero; Carnaval; Bauman; Dona de casa

INTRODUÇÃO

A história do carnaval do Rio de Janeiro teve início em 1840, quando a elite carioca começou a realizar bailes de carnaval inspirados nas festas que aconteciam na Europa. A primeira manifestação carnavalesca que existiu no Brasil foi o Entrudo. A cidade do Rio de Janeiro foi, então, o local também caracterizado por dar notoriedade ao processo de construção da modernidade brasileira, especialmente com os avanços nas redes de comunicação. Além disso, a cidade carioca também ficou conhecida mundialmente pelos festejos de carnaval.

No livro *Rio de Hoje e Ontem*, Nelson Costa descreve que os festejos carnavalescos sempre entusiasmaram os cariocas, desde muito tempo. Algumas revistas integraram e testemunharam essas transformações nos padrões de gosto e de comportamento cultural do cenário nacional, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Isso ocorreu num momento em que a imprensa estava se fortalecendo e em que se dava o surgimento de publicações ilustradas de humor e de críticas sobre diversos temas sociais.

Nas primeiras décadas do século XX, as fotografias começaram a eclodir como um dos principais atrativos das revistas ilustradas, pois apresentaram uma potencialidade importante na obtenção de um alcance visual e social bem maior - através da facilidade de circulação dessas mídias. Na imprensa, as imagens fotográficas ganharam espaço dando suporte aos textos. Dentre as diversas publicações disponíveis nesse período, a revista *Careta* surgiu na cidade carioca em 1908. Suas capas sempre foram caracterizadas pela presença constante de charges, razoavelmente coloridas, e sempre em tom satírico.

Percebeu-se nas imagens fotográficas de *Careta* a reprodução de padrões oriundos de convenções sociais. Tornou-se perceptível também uma espécie singular de padrão estético. Mas, é preciso analisar até que ponto o registro do fotógrafo foi capaz de retratar a naturalidade do cotidiano, sem nenhuma intencionalidade.

O objetivo desse estudo é, portanto, o de analisar historicamente a percepção da mulher pela revista *Careta*, observando as imagens que foram publicadas no período carnavalesco. A conceitualização do feminino através dessas publicações e a influência delas para a desvalorização da figura da mulher são os parâmetros para essa análise.

Dessa forma, é importante compreender um pouco do processo de busca da individualidade através das representações coletivas, a partir de um recorte temporal – o período carnavalesco. A revista *Careta* apresentou diversas publicações desse período em diferentes épocas, com uma percepção restrita, e muitas vezes preconceituosa, em relação à caracterização da figura feminina da época.

As imagens apresentam as “donas de casa” que não participam dos festejos de carnaval. Deve-se dar atenção ao aspecto visual que foi dado a essas mulheres. A revista desvaloriza a figura da mulher nos dois aspectos – a mulher foliã e a dona de casa. Uma é representada de forma visualmente negativa, enquanto a outra é elegante, sensual, encantadora; no entanto, leviana e descartável. Ou seja, existe certa padronização na forma de realizar o registro visual. Mas, pior que isso é evidenciar através de imagens a violência diante da conceitualização da mulher “dona de casa”.



Ocorria nas páginas da revista *Careta* uma representação duvidosa - que oscilava entre a crítica e a exaltação às inadequações das roupas e do destaque do corpo feminino. Deste modo, Zygmunt Bauman e suas análises no livro *O mal estar da pós-modernidade*, servem como base epistemológica desta análise. Ajudam a entender o conceito de liberdade individual da sociedade e, além disso, seus esclarecimentos sobre as inquietações e incômodos da sociedade contribuem para a compreensão da representação da figura feminina, mesmo diante de uma postura machista na época.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Segundo Peter Burke (2010), o carnaval é uma festa popular que tem como função o divertimento do povo. Ele é a fuga de uma rotina cansativa de trabalho e responsabilidade, uma válvula de escape, a chamada festa da inversão, onde “os tabus cotidianos que coíbiam a expressão de impulsos sexuais e agressivos eram substituídos por estímulos a ela. O carnaval, em suma, era uma época de desordem institucionalizada, um conjunto de rituais de inversão” (BURKE, 2010, p. 259)

Sabe-se que por muito tempo as mulheres não tinham o direito de circular entre os espaços públicos. Enquanto estes eram território de circulação masculina, às mulheres cabia o território de casa. Com as transformações socioeconômicas advindas da modernidade, alterações foram acontecendo nos espaços público e privado, que permitiram as mulheres iniciarem a luta por romper esta fronteira.

Muito embora se saiba que a luta das mulheres e do feminismo remonta há mais de 200 anos, ainda se tem que quebrar muitos preconceitos e percorrer um caminho difícil na busca pela efetivação de seus direitos. A luta para garantir participação nas decisões importantes para a sociedade, muito mais do que as funções de matriarca da família, ainda é constante. Sobre esse aspecto, Ellen Karin (2011) afirma:

No entanto, desde o final do século XIX, as mulheres vinham lutando para garantir a sua participação na sociedade de uma forma mais ativa, de tal modo que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por lutas diversas, relacionadas ao direito de voto e ao exercício de profissões até então não ocupadas por elas (KARIN, 2011)

Estudar gênero é tratar de todas as relações. Homem com homem, homem com mulher, mulher com mulher, ou seja, indivíduos e identidades. Scott (1995) trata gênero como uma categoria útil à história e não apenas à história das mulheres.

Ao longo da trajetória do carnaval brasileiro, a figura feminina desempenhou diversos papéis, de formas distintas, conforme a época. Nas décadas de 20 e 30, as mulheres sofreram uma série de pressões sociais que defendiam atitudes adequadas para sua conduta em sociedade. Uma visão ligada principalmente às funções de mãe, esposa e dona de casa, que são consideradas características naturais da essência feminina.

O livro *Carnaval* de J. Carlos (1999) reúne ilustrações que refletem um recorte da história do carnaval brasileiro. Ele apresenta uma verdadeira crônica da vida nacional, conciliando as expectativas de seu público com uma crítica sutil das contradições da realidade brasileira. Essas ilustrações foram publicações de diversas revistas importantes do início do século XX, como *Careta*, *Fon-Fon* e *Para Todos*.

Este estudo é restrito à conceitualização do feminino no período carnavalesco pela revista *Careta*. Através da análise das imagens publicadas pela revista, é possível identificar a percepção da imprensa e, por que não, da sociedade, quanto à postura feminina nesses festejos.

Ao mesmo tempo em que aponta acusadoramente o dedo para as mulheres que aproveitam o Carnaval para “pescar” homens incautos, a beleza com que ele retrata estas jovens deixa clara a sua simpatia pelas “criminosas”, e não pelas “vítimas”. Esta



ambiguidade também aparece no olhar que o artista lança sobre a família e o casamento, extraindo frequentemente um efeito de humor da simples exposição da flexibilidade moral (CARLOS, J., 1999, p. 18).

Rachel Soihet (1989) aponta que a imprensa carioca, por inúmeras vezes, procurou desvalorizar o papel da mulher, mesmo consciente de que esta, gradativamente, desenraizava-se da tradição de costumes patriarcais que antecederam o século XX.

A revista *Careta*, no entanto, apresenta claramente a percepção da imprensa diante da postura da mulher carnavalesca e não carnavalesca (dona de casa) durante esse período de forma muito preconceituosa. As matriarcas da família não participam dos festejos, ficam sempre em função da casa e dos filhos. Além disso, apresentam uma aparência visualmente negativa, com certo desleixo e falta de vaidade. As mulheres que participam, no entanto, têm uma aparência totalmente distinta. São elegantes, sensuais, encantadoras, apresentam uma postura muito à frente do que seria adequado para a época. E, por isso, são retratadas como levianas e descartáveis.

Zygmunt Bauman, em seu livro *O mal-estar da pós-modernidade*, tem como temática principal a liberdade individual. Não se trata apenas de compreender a “essência” da condição moderna e pós-moderna. Trata-se, ao invés disso, de enfatizar as transformações na forma como a sociedade conduz sua vida, com sujeitos livres, insatisfeitos e com a imposição das regras e a padronização de uma postura social. Bauman faz análises sobre as inquietações e incômodos da vida social e afirma: “a liberdade de escolha, eu lhes digo, é de longe, na sociedade pós-moderna, o mais essencial entre os fatores de estratificação” (BAUMAN, 1997, p.118).

RESULTADOS E CONCLUSÃO

No início das realizações dos festejos carnavalescos, as mulheres tinham uma participação secundária, assim como em todos os outros aspectos da vida social. No entanto, o processo de modernidade felizmente contribuiu para o avanço na luta pela igualdade de direitos e valorização da figura feminina. É possível observar o avanço das mulheres em busca da quebra de paradigmas e de seu espaço na sociedade, de sua liberdade individual, sem submissão à figura do homem.

As análises sobre as transformações da sociedade moderna nos ajudam a compreender a busca da mulher, segundo Bauman (1997), pela liberdade de escolha e de participação social. Além disso, é necessário refletir sobre a veracidade das imagens publicadas pela imprensa, especialmente sobre a mulher - num cenário nacional tão machista e preconceituoso.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro (1997)
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- CARLOS, J. *Carnaval*, Rio de Janeiro (1999)
- KARIN, Ellen. *A percepção da imprensa sobre a mulher carnavalesca e os festejos momescos do Rio de Janeiro na década de 1950*. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312925747_ARQUIVO_EllenKarinDaineseMaziero_trabalhocompleto\(anpuh\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312925747_ARQUIVO_EllenKarinDaineseMaziero_trabalhocompleto(anpuh).pdf) Acesso em 08 de Ago. 2015.
- SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Acessado em 08 de Ago. 2015.
- SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989



GT 7: MIGRAÇÃO, DIÁSPORA AFRICANA E LITERATURA

IMAGENS DA MULHER-FOLIÃ: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS, DURANTE E DEPOIS DO CARNAVAL, NAS DÉCADAS DE 30-50.

Ailene Cristina Brito Soares Rosa, estudante - UNILAB

Rebecca Silveira da Costa, estudante - UNILAB

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Magalhães de Paula - UNILAB

RESUMO

O presente trabalho possui como linha diretriz a análise da imagem da mulher carnavalesca, antes e depois da quarta-feira de Cinzas, nas décadas de 30-50, através da coletânea de ilustrações *Carnaval*, de J. Carlos (1999). Nesse sentido, pretende-se observar o papel desempenhado pelas mulheres carnavalescas da época. As imagens ilustradas refletem as histórias do carnaval brasileiro, vividas intensamente por parte do ser feminino. Tais representações mostram as transformações sociais e culturais vividas no Rio de Janeiro, no período mencionado. Ellen Karin Dinese Maziero (2011), em seu artigo intitulado “A percepção da imprensa sobre a mulher carnavalesca e os festejos momescos do Rio de Janeiro na década de 1950” sustenta que, nas décadas de 20 e 30, as mulheres sofriam várias pressões por parte dos órgãos sociais que defendiam que elas tinham que ser recatadas, pois possuíam um determinado dever na sociedade. Entretanto, as mulheres começaram a travar lutas em buscas de melhores condições e, nas primeiras décadas do século XX, elas conseguiram o direito de voto e o exercício de profissão. Observando as gravuras publicadas pela imprensa da época, percebemos que, com o passar do tempo, mulheres foram se tornando mais sofisticadas, glamorosas e extremamente femininas, o que as tornou símbolos de sensualidade e “objetificação” por parte do universo masculino.

Palavra-chave: Mulher; Foliã; Carnaval

INTRODUÇÃO

O trabalho visa apresentar a imagem da mulher carnavalesca, antes e depois do carnaval, nas décadas de 20-30-50. O objetivo dessa pesquisa é conhecer a história e a imagem da mulher na dita época e no período carnavalesco mencionado, bem como conhecer as lutas travadas pelo ser feminino, e o papel desempenhado pelas mulheres durante os festejos do carnaval. As reproduções trazem à tona as transformações vividas pelas mulheres ao longo daquela época, e as lutas travadas por elas. O trabalho está organizado em três partes, a primeira será o desenvolvimento, ou a fundamentação teórica, a segunda, a metodologia e a terceira, os resultados da pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a análise da coletânea de ilustrações *Carnaval*, de J. Carlos (1999), onde analisamos a imagem da mulher foliã antes e depois da quarta-feira de cinzas, examinamos representações de como a mulher era retratada nos períodos do carnaval, os trajes carnavalescos que usavam, e partindo desse ponto pesquisamos fundamentações teóricas de autores que buscavam estudar e analisar os mesmos pressupostos, estudamos autores como Ellen Karin Dinese Maziero (2011), que escreveu um artigo intitulado “A percepção da imprensa sobre a mulher carnavalesca e os festejos momescos do Rio de Janeiro na década de 1950”, que retrata justamente a história das mulheres carnavalescas da década de 20, 30 e 50, aborda o papel da imprensa e da sociedade, as lutas e as conquistas travadas pelas mulheres no final do século XIX e início do século XX. Com base no mesmo artigo, também analisamos autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992) e Zélia Lopes



da Silva (2008), ambas pesquisaram sobre as mulheres carnavalescas da referida época. Tendo uma base teórica, partimos para as discussões, onde formulamos uma opinião e redigimos o presente resumo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na pesquisa feita, percebemos que ao longo da trajetória do carnaval as mulheres brasileiras foram desempenhando papéis diferentes, tais representações mostram as transformações sociais e culturais vividas no Rio de Janeiro, no período mencionado. Através desses trajetos, podemos entender o papel que a mulher foi construindo durante os tempos. Ellen Karin Dinese Maziero (2011), em seu artigo intitulado “A percepção da imprensa sobre a mulher carnavalesca e os festejos momescos do Rio de Janeiro na década de 1950”, sustenta que, nas décadas de 20 e 30, as mulheres sofriam várias pressões por parte dos órgãos sociais - que defendiam que elas tinham que ser recatadas, pois possuíam um determinado dever na sociedade. Essa visão atribuía-se, em grande parte, por causa do papel de esposa, mãe e dona de casa. No entanto, no final do século XIX, as mulheres travaram lutas em busca de melhores posições, e nas primeiras décadas do século XX elas conseguiram o direito de voto e o exercício de profissões.

A partir desse momento, mulheres assumiram novas posições na sociedade e no carnaval também, visto que mulheres tanto da elite como das classes mais populares assumiram papéis “secundários” nos festejos carnavalescos, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992:52). Em sua tese, ela defende que na década de 20 as mulheres da elite desempenhavam ainda papéis de simples espectadoras. A participação delas era restringida, elas apenas participavam nos bailes de calibres familiares, e a mulher popular tinha um papel menor ainda, pois não eram tão luxuosas como as mulheres da elite, e o luxo mostrava-se um requisito muito importante na época, o que impedia as mulheres populares de participarem nos festejos.

Outros autores afirmam que a partir dos anos 30 as mulheres obtiveram uma maior participação nos festejos carnavalescos. A autora Zélia Lopes da Silva (2008) estudou o carnaval na cidade de São Paulo, na mesma época, e constatou que mulheres da elite organizavam festas de carnaval nos clubes, e que mulheres populares, principalmente as negras, já ocupavam certas posições nos desfiles.

Com o passar do tempo, e com as conquistas feitas, as mulheres foram se tornando mais sofisticadas, glamorosas e extremamente femininas, o que as tornou símbolos de sensualidade e “objetificação” por parte do universo masculino. Com esta conquista receberam um “passaporte” de entrada para os festejos carnavalescos e, ao longo do tempo, mulheres tanto populares como da elite assumiram posições muito fortes nos festejos carnavalescos. A autora Zélia Lopes da Silva (2008) acrescenta ainda que as mulheres, mais ousadas, começaram a usar trajes que indicavam a quebra do que era tradicional, do que seria adequado de se vestir perante a sociedade da época, indicando um desejo grande de emancipação perante a sociedade - que muitas vezes se destacava como machista em relação ao ser feminino.

O carnaval foi evoluindo, e na década de 50 mostrou-se um pouco mais livre, pois as festas eram mais propícias a transgressões. As pessoas manifestavam claramente os seus desejos e sexualidades. A época foi marcada por extravagâncias por parte do ser feminino, principalmente através de trajes, atitudes e poses. Nas ilustrações podemos perceber que as imagens demonstram os ditos valores que a imprensa queria transmitir, é visível a liberdade das mulheres, que na maior parte das vezes aparecem seminuas, mas vale ressaltar que é como se a coletânea estivesse dividida em duas partes, no antes e depois do carnaval, podemos constatar que no antes, as mulheres eram retratadas cheias de glamour, sensuais e chamativas, sempre com um copo de bebida ou rodeada por homens, as imagens deixam transparecer que as mulheres viviam muito bem a folia do carnaval, e é como se o depois fosse uma consequência do que elas tinham vivenciado antes da quarta-feira de cinzas, e elas passaram a serem retratadas como mulheres “descartáveis”. Na maioria das vezes aparecem bêbadas e sendo

levadas num saco de lixo, muitas vezes essas representações são críticas feitas às mulheres pela própria imprensa e pela sociedade.

Podemos constatar nas ilustrações abaixo que, na figura 1, a mulher com uma coroa de rainha, numa mão segura homens por uma corda, e na outra possui um “chicote”, e na segunda imagem, depois do carnaval, a mulher é levada por um homem num saco que aparenta ser de lixo.

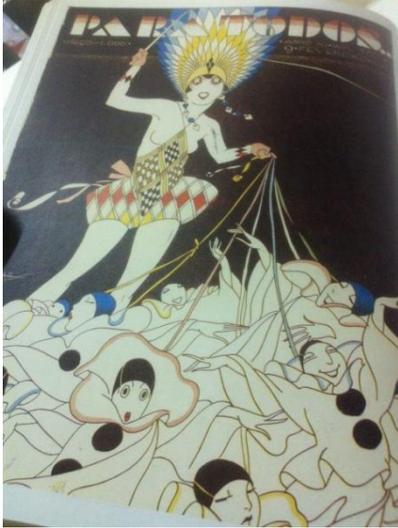


Ilustração I Revista- Para todos, pág. 167; 21/02/1931)



Ilustração I Revista- Para Todos, pág. 167; 21/02/1931)

CONCLUSÃO

Podemos constatar que as mulheres começaram por não ter nenhum papel de destaque no carnaval, principalmente na época de 20-30, mas com o passar do tempo esta posição foi mudando. Ao longo das décadas, a mulher conquistou seu direito à profissão, com isso sua independência financeira, o que foi um marco importante – pois, a partir daí, elas se transformaram num símbolo. Se antes elas não tinham nenhum papel no carnaval, com o tempo começaram a desempenhar participações secundárias, participações estas que foram mudando consoante a feminilidade, sensualidade, e o glamour de cada mulher. O ser feminino foi impondo cada vez mais sua presença nos carnavais. A imprensa, que também tem seu papel importante no dito período, nas ilustrações divide os festejos carnavalescos em duas partes, o antes do carnaval que são mulheres bem vestidas, poderosas, mulheres que mostram o poder de sedução para com os homens, sensuais e vigorosas, e o depois do carnaval que já se assemelham com mulheres bêbadas, fracas e facilmente “descartáveis”. Concluímos que mulheres foram construindo seus espaços, e travando lutas difíceis, mas mesmo assim ainda eram representadas de forma fraca e submissa.

REFERÊNCIAS:

CARLOS, J. *Carnaval*. Rio de Janeiro, 1999

MAZIERO, Ellen Karin Dainese. *A percepção da imprensa sobre a mulher carnavalesca e os festejos momescos do Rio de Janeiro na década de 1950*. Rio de Janeiro, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro. O vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SILVA, Zélia Lopes da. Os carnavais na cidade de São Paulo nos anos de 1935 a 1945. In: FENELON, Dea Ribeiro e outros (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho da Água, 2004.

_____. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Editora Unesp Londrina: Eduel, 2008.



ATLÂNTICO(S) DO SUL E A LITERATURA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Marcela Magalhães de Paula, pós-doutoranda CAPES–UNILAB

Email: marcela.magalhaes@unilab.edu.br

Edna Carlos de Almeida Holanda, professora – UECE

Email: ednaholanda@yahoo.com.br

RESUMO

Neste trabalho, debruçar-nos-emos sobre o papel desenvolvido e empenhado pelo Atlântico Sul, enfocando-o como “método” que possibilita os estudos literários e o pensamento histórico, especialmente no contexto das literaturas de expressão portuguesa. Refletindo sobre a criação literária em Portugal, no Brasil e nos países africanos falantes do português, é patente a presença da simbologia do imaginário marítimo nas obras que se inscrevem no âmbito lusófono, nas duas costas do Oceano Atlântico (e até mesmo nas margens do Oceano Índico, para citarmos Moçambique). Para Alison Games (2006), o “Atlântico” constituiu-se em um princípio metodológico produtivo, por meio do qual estudiosos investigam as histórias de quatro continentes e as suas ligações. O autor enfatiza que o termo surpreendeu ao tornar-se um grande mecanismo de análise histórica, sendo encarado muitas vezes como uma unidade esclarecedora e, no mínimo, interessante. Quanto à literatura, o estado da questão reside na problemática de se indagar sobre os textos do “sul subserviente” do mundo, sobretudo daqueles da literatura africana de língua portuguesa - que são desvalorizados como objeto de estudo, pois geralmente são considerados como provenientes de “literaturas menores”, devido à resistência eurocêntrica e às reminiscências ideológicas colonialistas. Dentro destes universos literários excluídos, ressaltaremos a literatura santomense que, apesar da sua importância intrínseca às questões anticoloniais africanas e ao papel desenvolvido dentro do movimento da negritude para o contexto africano de expressão portuguesa, ainda é pouco estudada.

Palavras-chave: Literatura Africana Insular; Colonialismo; Tenreiro

INTRODUÇÃO

São Tomé foi centro de experimentação e de influência na construção colonial do novo mundo no Atlântico Sul. Cecília Silva Guimarães (2008) define a Ilha de São Tomé como um dos primeiros espaços onde europeus e africanos livres e escravos colaboraram para a construção de uma sociedade nova, caracterizada pela criação de um grupo formado por mulatos. O arquipélago, então, configurou-se como um laboratório de formas de colonização organizadas sob uma perspectiva inédita. A ilha desocupada consolidou-se como ponto estratégico, com características primeiramente propícias à cultura da cana-de-açúcar e, mais tarde, do cacau. Além disso, o arquipélago era muito próximo àqueles espaços que se tornariam os grandes mercados de escravos do continente africano. Desta maneira, podemos circunscrever a importância que teve a ilha, espelhando a complexidade e a dinâmica das relações no ultramar, enquanto uma espécie de terceira margem do Atlântico. Eram as ilhas, sobretudo, porto de passagem e ponto de metamorfose de exercícios imperiais. Para Luiz Felipe de Alencastro (2000), São Tomé foi um verdadeiro “Laboratório Tropical”. Servindo como vetor próprio de adaptação e de ampliação da presença lusitana nas Américas, a sociedade escravista açucareira conheceu em São Tomé uma etapa decisiva na expansão ultramarina lusitana.

Como não poderia deixar de ser por seu caráter insular, o Atlântico Sul marcou fundamentalmente a literatura de São Tomé e Príncipe. Nela pode-se observar talvez os melhores exemplos do encontro e da miscigenação das mais de duas culturas e línguas que uniram três



continentes, como afirma Joseph Abraham Levi (2012). Foi através de fatores derivados da colonização europeia e do tráfico transatlântico, como a transposição voluntária de seres humanos, que os vários gêneros e temas literários santomenses surgiram. Percebe-se isso, maiormente, nos contos e nas representações teatrais. Para Ana Paula Baptista Monteiro e Canhoto Augusto (2007: 12): “A miscigenação europeia (...) contribuiu para uma maior ou menor aculturação e enraizamento. Com estas questões de desenraizamento e de miscigenação surge a primeira situação de “entre/lugares”, de “entre/culturas” e de “entre/línguas”.

Essa questão do entrelugar vai se acentuar principalmente após a descolonização, quando o povo de São Tomé e Príncipe - como a maioria das outras populações africanas – constata que, mesmo com a independência nacional, a situação social e política pouco mudou, especialmente com a presença dos sistemas que, ao se perpetuarem, criaram formas de neo/colonialismo, “quando se percebe que a independência cultural ainda não foi conseguida, quando se constata que o bilinguismo é a arma da relação com o outro e consigo próprio” (CANHOTO, 2007, p. 08).

METODOLOGIA

Confrontando um dos problemas mais graves da historiografia literária africana colonial, que é o problema de enunciação (o sujeito que fala, sobre o que fala e onde fala), Francisco José Tenreiro, em parceria com o angolano Mário Pinto de Andrade, organizaram a famosa antologia temática de poesia africana, cujos volumes I e II vieram a público nos anos de 1975 e 1976, um marco para a literatura africana em língua portuguesa. Para tanto, a metodologia empregada neste trabalho é a análise bibliográfica dos textos de Tenreiro.

Anteriormente, Tenreiro e Andrade tinham organizado o célebre *Caderno de poesia negra*, lançado, em Lisboa em 1953. A publicação é dedicada ao cubano Nicolas Guillén e teve como objetivo fundamental, segundo Fonseca, propor uma reflexão sobre o que se deveria entender por negritude na África sob dominação portuguesa. O texto introdutório, de autoria de Mário Pinto de Andrade (1982), é bem claro sobre o objetivo da publicação: seguir a tendência da poesia negro-africana produzida na Europa, em especial na França, no intervalo entre as duas guerras mundiais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fonseca e Moreira (2008) ressaltam a obra poética de Tenreiro como aquela que foi, desde sempre, uma leitura obrigatória para todos os sujeitos que participaram dos movimentos sociais, políticos e literários que suscitaram, sobretudo a partir da década de 1950, em Lisboa, organizações contestadoras do poder colonial - como a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e o Centro de Estudos Africanos (CEA), de que Tenreiro foi um dos fundadores, em 1951. Essas organizações, ainda segundo Fonseca e Moreira, serviram como incubadoras da maioria dos intelectuais - cujas obras militantes passaram a unificar e a consolidar o que existia de mais representativo na poesia e na ficção dos países africanos de língua portuguesa. A expressão da negritude existente na obra de Francisco José Tenreiro teria sido, acima de tudo, absorvida pela poesia da maioria desses autores, contribuindo “para modelar uma literatura africana que, embora não tenha constituído uma ruptura essencial com a cultura dominante de cinco séculos, se desenvolveu num movimento que começou na assimilação e estendeu-se até a luta pela libertação”.

Na obra de Tenreiro, o ideário da negritude motiva uma produção poética mais voltada para as realidades da vida do homem africano, esteja ele no continente ou perambulando pela Europa com o “coração em África”. Assim, em *Ilha de Nome Santo*, encontramos



uma poesia eminentemente insular, revitalizada por figuras, signos e marcos simbólicos do mundo negro-africano e ligada aos modelos da consciência negra nos Estados Unidos, Cuba ou Haiti, redimensionados pelo movimento da Negritude, conforme explica Inocência Mata (2008). Deste modo, poemas como “3 poemas soltos”, incluídos no livro em questão, a saber “Epopéia”, “Exortação” e “Negro de todo o Mundo”, os poemas negritudinistas do livro *Coração em África* contemplam temas como a desagregação e a dispersão absoluta do povo negro, a amargura, a tristeza e a sujeição do negro no contexto da diáspora. De acordo com Mata, a expressão cáustica das realidades do mundo negro-africano conjugam-se também com a magnitude do orgulho da raça, da elevação cultural expressa pelo “invocacionismo das entidades simbolicamente apreendidas como genésicas e cosmogónicas (Mãe-Terra/*Tellus*) e pelo evocacionismo ancestral, configurado no retorno às origens e na concepção redencionista da vida”.

Na segunda parte de *Coração em África*, Tenreiro “regressa” à sua ilha: fizera um percurso desde *Ilha de Nome Santo*, em que o desejo de conhecimento da realidade e de identificação com a terra natal (que a dedicatória, primeiro, e, depois, o poema “A canção do mestiço” sintetizam) o levam a perscrutar as especificidades sociais e culturais da ilha, numa escrita neorrealista cujo funcionamento ideológico revela uma dimensão nacionalista pelas suas intenções anticoloniais. Essa motivação perpassa o longo poema “Coração em África”, de que faz parte a seguinte estrofe:

Caminhos trilhados na Europa
de coração em África
Saudades longas de palmeiras vermelhas, verdes, amarelas,
(...) saudade sentida de coração em África
ao atravessar estes campos de trigo sem bocas
das ruas sem alegrias com casas cariadas
pela metralha míope da Europa e da América
da Europa trilhada por mim Negro de coração em África.
De coração em África na simples leitura dominical
dos periódicos, cantando na voz ainda escaldante da tinta
e com as dedadas de miséria dos arduos das *cities boulevards* e baixas da
Europa trilhada por mim Negro e por ti ardina cantando dizia eu em sua voz
de letras as melancolias do orçamento que não equilibra do Benfica venceu o
Sporting ou não (...) (TENREIRO, 1967, p.124).

Tenreiro, em sua obra poética, apresentou as duas características do que Alfredo Margarido chamou de “tomada de consciência”: a via política, pela sua atuação na Casa dos Estudantes do Império (CEI) e a via sentimental, pela exaltação do homem negro e pelo discurso do desejo, configurando um novo tipo de beleza “neo-africana” e uma sensualidade assumida.

CONCLUSÃO

Para Mata (1995), os poemas dessa segunda parte, intitulada “Regresso à ilha”, majoritariamente escritos durante uma estadia em São Tomé, na Páscoa de 1962, destacam o evocacionismo da terra natal, das suas potencialidades naturais, culturais e espirituais, revalorizando-as através da citação dos seus frutos, animais, paisagens, ritmos e sensações, num mergulho na *tellus* que o poeta realiza, “convocando os seus mais atávicos afetos”; mas ainda assim, jamais esquecendo os conflitos sociais. Tal quadro é, por Tenreiro, figurado a partir da imagem do Atlântico, como instrumento para demonstrar a reificação negra na sua passagem para “as terras vermelhas” do Sul:



Da terra negra à terra vermelha
Por noites e dias fundos e escuros,
Como os teus olhos de dor embaciados,
Atravessaste esse manto de água verde
- estrada de escravatura
comércio de holandeses -
(...) e já os teus olhos estavam cegos de negrume
já os teus braços arroxavam de prisão
já não havia deuses, nem batuques
para alegrarem a cadência do sangue nas tuas veias
quando ela, a terra vermelha e longínqua,
se abriu para ti
- e foste 40 esterlinas
em qualquer estado do Sul – (TENREIRO, 1967).

A percepção da individualidade dessas culturas subalternas do Sul cria uma política afirmativa das diferenças, um pensamento da margem - que prima pela lógica da diversidade, da enunciação fraturada e híbrida. O processo de ressimbolização do que é ser africano, formula um projeto libertador que é político e literário, que é, por fim, compromissado com os referentes históricos.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Ana Paula Baptista Monteiro Canhoto. *Na Rota da Identidade e da Alteridade nas obras O Útero da Casa e A Dolorosa Raiz do Micondó, de Conceição Lima, e Assomada nocturna (Poema de N'Zé di Sant'y Águ), de José Luís Hopffer C. Almada*. Dissertação de Mestrado em Literaturas Lusófonas Comparadas, Lisboa, UNIVERSIDADE ABERTA LISBOA, 2007.
- COSTA e SILVA, Alberto da. *A manilha e o limbambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 329.
- LEVI, Joseph Abraham. São Tomé e Príncipe, um Laboratório Atlântico: Diásporas e Dinâmicas Literárias. In: Atas do colóquio internacional *São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE - IUL), 2012.
- GUIMARÃES, Cecília Silva: São Tomé como centro de experimentação e sua influência na construção colonial do Novo Mundo. In: *Caderno de Resumos do II Encontro Internacional de História Colonial - A experiência colonial no Novo Mundo (séculos XVI a XVIII)*. Natal, UFRN, 2008, p. 34.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Teresina Taborda. *Panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/117326202/PANORAMA-DAS-LITERATURAS-AFRICANAS-DE-LINGUA-PORTUGUESA>. Acessado em: 15 de Jan. 2013.
- MATA, Inocência. *O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa*, 2000.
- TENREIRO, Francisco José. *Obra Poética*. Lisboa, 1967, p. 124.

GT 9: MIGRAÇÕES, RACISMO, ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO



CENTRO ABERTO NHAMATSANE (CAN): UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AÇÃO DESENVOLVIDA EM UMA ESCOLA COMUNITÁRIA EM CHIMOIO, MOÇAMBIQUE

Paulo Cesar Alves Garcia, estudante do Bacharel Interdisciplinar em Humanidades - UNILAB
Email: pcgarc@hotmail.com

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência, no qual o objetivo é analisar a importância das ações desenvolvidas pelo Centro Aberto Nhamatsane (CAN), uma escola comunitária em Chimoio, Moçambique, que oferece à população alternativas educacionais frente a ausência de ações do poder público. Pretende-se descrever, brevemente, os resultados obtidos a partir do desenvolvimento de uma oficina, cuja temática foi empreendedorismo social, realizada no espaço do CAN, e estimular reflexões sobre como o governo moçambicano tem traçado estratégias para atender as demandas na área da educação, levando-se em consideração a necessidade cada vez mais urgente de se pensar em projetos que abarquem os diferentes sujeitos dentro do ambiente escolar. Os resultados dessa experiência evidenciaram a importância da escola e da organização comunitárias como caminhos para estimular o protagonismo juvenil e contribuir com a conscientização e luta por direitos de uma população empobrecida, que é constantemente invisibilizada e silenciada.

Palavras-chave: Educação; Escola Comunitária; Empreendedorismo Social; Voluntariado.

INTRODUÇÃO

O livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, foi mola propulsora no meu aprofundamento em questões voltadas para a educação. Foi a partir das primeiras leituras sobre uma educação libertadora, com foco no sujeito enquanto construtor de conhecimento e (re) construtor de si (FREIRE, 1987), que me desafiei a conhecer e refletir sobre outras realidades ou modelos de educação fora do Brasil.

Em Moçambique, tive a oportunidade de voluntariar em projetos educacionais no ano de 2009. Debruçando-me sobre a história, procurei entender como o governo estava traçando estratégias capazes de colocar o país em um outro nível de desenvolvimento econômico e social, e de como ele estava superando os desafios apresentados no campo educacional, levando em consideração os efeitos da guerra de independência (1964-1974) e da guerra civil (1977-1992).

De acordo com Luis (2010, p. 5):

Um governo árduo e os esforços do sector privado reduziram gradualmente o nível de pobreza em Moçambique, mas ainda é um país muito pobre que depende de ajuda externa para a metade do orçamento anual do governo. A economia cresceu rapidamente nos últimos anos, embora a maioria das pessoas que vivem nas zonas rurais continuam a depender na subsistência da agricultura (a qual é vulnerável às secas e inundações) para a sua sobrevivência.

Pude sentir, durante alguns meses, a complexidade de lecionar na zona rural, constatando que foi no espaço escolar que alunos, muitos de etnias diferentes, tiveram os primeiros contatos com a língua portuguesa.

Diante desse universo, como o professor estava sendo preparado para lidar com tanta diversidade cultural? Quais esforços o governo estava desprendendo nesse sentido?

Luis (2010, p. 06) registra que:

O número de crianças que frequentam a escola primária tem aumentado drasticamente desde o fim da guerra civil, de 2,3 milhões em 1999 para 4 milhões em 2005, e 5 milhões em 2009. Em 2010, cerca de 92 por cento das crianças do país foram inscritas. No entanto, só em 2011, 300.000 crianças não tiveram acesso à escola primária, e



cerca de 29 por cento das crianças que completaram os níveis mais baixos primários não conseguiram encontrar vaga nas classes superiores primárias.

As dificuldades observadas foram muitas, principalmente no que diz respeito à formação de professores para a zona rural, mas também são inegáveis os impactos positivos no campo educacional, causados pelo empenho governamental e de outros organismos nacionais e internacionais.

No *Relatório sobre os objectivos de desenvolvimento do milénio* (2008, p. 23), verifica-se que:

O ensino primário em Moçambique compreende dois graus, 1º grau (1ª/5ª classe) e o 2º Grau (6ª/7ª classe). Segundo os objectivos do milénio, Moçambique deverá alcançar a escolaridade primária universal até 2015, ou seja, 100% das crianças em idade escolar para frequentar o ensino primário deverão estar a frequentar este nível de ensino. De acordo com os dados apurados pelo Ministério da Educação (MEC) em 2007, a taxa líquida de matrícula no ensino do 1º grau, média nacional, atingiu cerca de 95.5%, o que significa uma subida considerável comparada com 2003 (69.4%). Existe uma ligeira diferença entre rapazes (97.1%) e raparigas (93.1%). De um modo geral, os dados do MEC (estatísticas oficiais da Educação) demonstram uma redução importante das disparidades entre províncias e género quando comparados com os resultados apurados em 2003.

Com base nas informações elencadas anteriormente, surge então o seguinte questionamento: O governo conseguiu, de fato, atingir o que foi traçado no *Relatório sobre os objectivos de desenvolvimento do milénio* (2008,) naquilo que concerne à educação?

O país também se tornou um terreno fértil para o estabelecimento de organizações não governamentais (ONGs), nacionais e internacionais, apresentando grande gama de projetos e atuando em locais onde os braços do Estado não chegavam ou eram ineficientes.

A OFICINA SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CENTRO ABERTO NHAMATSANE (CAN)

Após acessar algumas informações sobre a situação educacional em Moçambique, tornou-se então necessário estabelecer relações entre o cenário nacional e o local, procurando compreender de que forma os dados divulgados por certos veículos de comunicação, como exemplos os citados anteriormente, estavam sendo refletidos na realidade da cidade de Chimoio, mais especificamente na comunidade de Nhamatsane.

O objetivo que me levava às terras moçambicanas era o de desenvolver – voluntariamente – projetos relacionados à área da educação, e para além dos livros e de toda teoria também relevante, foi preciso ouvir e compreender quais eram as demandas levantadas pela própria comunidade de Nhamatsane.

Nesse primeiro momento de reconhecimento e ambientação, conheci Inácio Cesário João Sabão, idealizador e gestor do Centro Aberto Nhamatsane (CAN), uma escola comunitária que surgiu no ano de 2006, com o objetivo de oportunizar atividades culturais, desportivas, de reforço escolar, entre outras.

De acordo com Inácio, o CAN já envolveu em suas ações cerca de 2.700 crianças e adolescentes, sendo as atividades desenvolvidas subsidiadas por recursos advindos de doações de voluntários, parceiros nacionais e internacionais, como também com a venda de produtos artesanais produzidos pelos próprios participantes da escola.

A influência exercida pelo CAN na comunidade, por meio de suas ações voltadas a uma educação comunitária, era evidente.



Para este relato, o conceito de educação comunitária foi entendido dentro da perspectiva de Gadotti (2010, p.13):

A educação comunitária pode ser entendida como uma das expressões da educação popular, mediante a qual se busca melhorar a qualidade de vida dos setores excluídos, através dos movimentos populares, que estão organizados em grupos de base, comunidades, municípios etc. Ela também tem sido entendida como “educação sócio comunitária” ou aquela educação oferecida em “escolas comunitárias”. A educação comunitária tem sido também entendida como desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento de comunidades, contribuindo com a organização e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre populações empobrecidas ou discriminadas. A solidariedade e o espírito de comunidade não é algo dado. É construído historicamente.

Alinhado à história do CAN e a partir da tomada de conhecimento de alguns desafios enfrentados pela organização, foi possível, alicerçado em uma construção coletiva de ideias (gestão, voluntários e membros da comunidade), desenvolver uma oficina sobre empreendedorismo social, cujos objetivos vislumbraram a necessidade de se gerar renda para manter as atividades realizadas no local.

A oficina veio de encontro ao desejo do CAN de contribuir com a capacitação de alguns jovens para auxiliarem na padaria comunitária, construída mediante esforços de membros da comunidade e de voluntários de outros países.

As vozes daqueles que sentiam a realidade de Nhamatsane diariamente, associadas a elementos sociais, históricos, políticos e culturais que foram observados durante a realização desse trabalho, contribuíram de forma estruturante para a realização da oficina sobre empreendedorismo social, executada no próprio espaço do CAN.

Vale ressaltar que a metodologia da oficina foi pensada em cima de dois aspectos principais: teoria e prática. Este relato debruça-se sobre o primeiro momento (teoria), parte que coube a mim e cujos dados me são mais acessíveis, uma vez que a segunda etapa da oficina (prática) foi executada por outro voluntário. Apesar deste relato estar centrado na primeira parte da oficina, baseada em concepções teóricas que foram compartilhadas e debatidas com os participantes, cabe registrar que o diálogo entre teoria e prática e os diversos sujeitos envolvidos foi presente durante todo o processo.

Posto isso, o primeiro momento da oficina sobre empreendedorismo social foi realizado da seguinte forma:

- 1- 06 jovens (03 meninos e 03 meninas) interessados na temática e engajados no projeto da padaria comunitária foram convidados pelo CAN a participarem da oficina. O intuito era de que, além de aplicarem na prática os novos conhecimentos adquiridos, fossem também estimulados a compartilhá-los com outros membros da comunidade;
- 2- Alguns conceitos de empreendedorismo social foram expostos e levantou-se o debate sobre como essas novas informações poderiam ser aplicadas dentro da proposta da padaria comunitária;
- 3- Foram então trabalhadas algumas características empreendedoras: Busca de Oportunidades e Iniciativa (analisando as condições da comunidade e buscando caminhos para o êxito da padaria comunitária), Persistência (adaptando-se frente os obstáculos, reavaliando, insistindo ou mudando para alcançar os objetivos), Comprometimento (valorizando o trabalho em equipe), Exigência (ficando atento à qualidade do produto oferecido), Correr Riscos Calculados (diminuindo as chances de erro), Estabelecimento de Metas e Planejamento e Monitoramento Sistemático (estabelecendo objetivos claros a curto e a longo prazo);
- 4- Socialização de um modelo de Plano de Negócios.



O termo empreendedorismo social foi utilizado neste trabalho dentro do mesmo sentido empregado por Andrade et al. (2012, p.15):

O empreendedorismo social se refere aos trabalhos realizados pelo empreendedor social, pessoa que reconhece problemas sociais e tenta utilizar ferramentas empreendedoras para resolvê-los. Difere do empreendedorismo tradicional, pois tenta maximizar retornos sociais ao invés de maximizar o lucro.

As características empreendedoras do item 3 foram inspiradas no Empretec, um seminário sobre empreendedorismo, cuja metodologia foi desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que no Brasil é ministrado exclusivamente pelo Sebrae. A partir da oportunidade que tive de participar do seminário, foi possível associar os novos conhecimentos adquiridos sobre o universo empreendedor com os dados obtidos no período de ambientação em Chimoio, pensando em estratégias de adaptação das características empreendedoras citadas no item 3, de acordo com as necessidades do CAN.

CONCLUSÃO

O resultado desse primeiro momento de intervenção foi muito positivo. Os jovens fizeram questionamentos e a oficina foi então se desenvolvendo em um clima de curiosidade e empolgação.

Ao selecionar as informações compartilhadas na oficina, fiquei atento aos aspectos locais, priorizando os desejos do CAN e favorecendo, durante todo o processo, um diálogo horizontal. Tais informações foram tomando outras nuances com as falas dos participantes, estimulando a construção coletiva de novos conhecimentos.

As ações desenvolvidas pelo CAN em Nhamatsane reforçaram ainda mais a sua importância como escola comunitária capaz de impactar e gerar mudanças significativas em um local onde as estratégias governamentais não têm alcançado êxito, apresenta-nos também a necessidade constante de se pensar em projetos educacionais que sejam pontes entre as teorias acadêmicas, a comunidade e os saberes tradicionais - de acordo com uma perspectiva que abarque as diferenças encontradas dentro e fora do ambiente escolar.

Para além das reflexões relacionadas às estratégias adotadas pelo governo de Moçambique para o desenvolvimento do campo educacional, a experiência vivenciada no CAN revelou que, diante da omissão do poder público, a organização comunitária tem se tornado cada vez mais uma importante ferramenta de conscientização e de luta por direitos - de uma população empobrecida, que é constantemente invisibilizada e silenciada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Ferreira de; et al. *Caminhos para o empreendedorismo social*. 2012. Disponível em: <<http://www.acesita.com.br/port/fundacao/caminhos-empreendedorismo-social.pdf>>. Acesso em: 06 de Set. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. 2010. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 10 de Set. 2015.

LUIS, Roberto. *Ensino e Educação de Jovens e Adultos em Moçambique*. Open Society Initiative for Southern Africa, 2010. Disponível em:



<http://www.osisa.org/sites/default/files/mozambique_yale_por_final.pdf>. Acesso em: 09 de Set. 2015.

UNESCO. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>. Acesso em: 08 de Set. 2015.

República de Moçambique. *Relatório sobre os objectivos de desenvolvimento do milénio*. Maputo: República de Moçambique, 2008. Disponível em: <<http://www.mz.one.un.org/por/Recursos/Publicacoes/2008-Mocambique-relatorio-sobre-os-ODMs>>. Acesso em: 06 de Set. 2015.

SABÃO, Inácio Cesário João. *História do CAN*. Mensagem pessoal. Mensagem recebida por pcgarc@hotmail.com, em 02 de Set. 2015.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequeno Empresas (SEBRAE). *Plano de Negócios*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/Software-Plano-de-Neg%C3%B3cios-2.0>>. Acesso em: 02 de Set. 2015.

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO COTIDIANO ESCOLAR.

Juliana Magalhães Linhares, mestre em História Social – UFC, professora Faculdades INTA
Email: jullinhares@yahoo.com.br

RESUMO

Em 2003, o governo federal aprovou a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira na educação básica, fosse ela pública ou particular. Podemos apontar como um dos objetivos da referida lei a necessidade de falar sobre a luta dos negros a partir do ensino de história da África e do Brasil, ressaltando a importância da cultura negra para o povo brasileiro e do negro na formação da sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é refletir, a partir de uma análise bibliográfica, sobre os impactos da lei 10.639/03 a partir da sua inserção no cotidiano escolar, nas aulas, nas semanas culturais, na formação de professores e na realidade do aluno. Quais os obstáculos encontrados pela obrigatoriedade do ensino de História da África nas escolas? Que tipo de resistências ocorreram no processo de inserção da cultura afro-brasileira nos currículos escolares? Estas são algumas questões que se tornaram frequentes na literatura sobre o assunto e nos relatos de experiências sobre o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. Os estudos sobre os resultados da implementação da lei começaram a surgir nos últimos anos e nos mostram uma difícil realidade de aceitação, na qual as escolas cearenses estão inseridas.

Palavras-chave: Ensino; História; África.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir de inquietações e debates nas aulas de ensino de História no nível superior. Ali tornou-se perceptível e recorrente na fala de alunos a ausência de conhecimento acerca das temáticas que envolviam a História da África, do negro no Brasil e da cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo em que foi possível observar a naturalização do preconceito no cotidiano escolar.

A experiência como formadora de professores sobre a lei 10.639/03 e posteriormente sobre a lei 11.645/08 tornou mais claro que além dos motivos já elencados há uma barreira difícil a ser transposta pelas políticas públicas de afirmação, trata-se do preconceito por parte da sociedade e principalmente dos professores.

A partir de então deu-se início às leituras e pesquisas sobre o assunto, com o objetivo de compreender o impacto das referidas leis no cotidiano escolar e as resistências encontradas por



professores e estudantes na sua aplicação. Ao analisar os documentos do Ministério da Educação foi possível perceber que:

A lei deixa nítida a obrigatoriedade do ensino de conteúdos sobre a matriz negra africana na constituição da nossa sociedade no âmbito de todo o currículo escolar, e sugere as áreas de História, Literatura e Educação Artística como áreas especiais para o tratamento desse conteúdo, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio (BRASIL, 1996, p.01).

Apesar da obrigatoriedade do ensino e da sugestão das áreas em que o conteúdo pode ser trabalhado foi observado durante as aulas ministradas na especialização em História a dificuldade enfrentada por professores em trabalhar com o conteúdo e o material. Essa dificuldade pode ser observada de duas maneiras: a primeira se refere à falta de conhecimento dos docentes para ministrar as aulas de História da África; a segunda é a resistência por parte de outros professores, alegando motivações religiosas ou desinteresse pelo assunto - principalmente por serem de outras áreas, restringindo assim essa obrigatoriedade aos professores de História.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os impactos da lei 10.639/03 a partir da sua inserção no cotidiano escolar, nas aulas, nas semanas culturais, na formação de professores e na realidade do aluno. Quais os obstáculos encontrados pela obrigatoriedade do ensino de História da África nas escolas? Que tipo de resistências ocorreram no processo de inserção da cultura afro-brasileira nos currículos escolares?

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma análise bibliográfica sobre a temática. Nos últimos anos, as discussões sobre o ensino de História da África e cultura afro-brasileira têm ganhado espaço na historiografia. É também dessa forma com outros temas que perpassam a discussão - como o racismo e a desconstrução do preconceito no cotidiano escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2003, o governo federal aprovou a lei 10.639/03 - que tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira na educação básica, fosse ela pública ou particular. Podemos apontar como um dos objetivos da referida lei a necessidade de se falar sobre a luta dos negros a partir do ensino de História da África e do Brasil, ressaltando a importância da cultura negra para o povo brasileiro e do negro na formação da sociedade brasileira.

No entanto, o historiador José Henrique Gonçalves aponta um problema estrutural que é a ausência de profissionais especialistas na área para ministrar a disciplina de História da África. O autor observa que:

(...) a considerar por um passar d'olhos que realizei sobre as grades curriculares de cursos de História espalhados pelas várias regiões do país, não foram poucas as instituições universitárias que criaram disciplinas relacionadas à História da África. Essa é uma notícia auspiciosa, mas devemos continuar precavidos e evitar o entusiasmo acrítico. Em muitos casos, pelo que pude perceber, a matéria está organizada de maneira excessivamente subserviente aos termos da legislação (GONÇALVES, p. 95).

Como consequência dessa desarticulação, foi perceptível no conteúdo programático da disciplina uma ênfase apenas no tráfico atlântico e na influência cultural africana no Brasil. Torna-se difícil ensinar, “se não há professores para ministrar conteúdos de História da África e, por extensão,



peessoas capazes de organizar bibliografias básicas e produzir programas introdutórios – tudo isso porque vigora ainda um poderoso ocidentocentrismo” (GONÇALVES, p. 96). Dessa maneira, algumas escolas acabam cumprindo de forma acrítica a legislação vigente, de forma ainda bastante superficial.

A resposta para estes questionamentos deveria encontrar-se nas formações de professores, oferecidas pelos municípios e pelos estados, e ainda no estudo da vasta bibliografia que tem sido produzida nos últimos anos sobre o assunto⁹. Contudo, foi observada durante algumas formações de professores sobre a lei 10.639/03 uma certa resistência em discutir a necessidade da lei e na sua aplicabilidade (baseada num preconceito naturalizado). Apenas alguns professores de História se interessavam pela temática e demonstravam interesse, reconhecendo a sua importância.

Ferreira e Camargo¹⁰, em artigo publicado sobre a naturalização do preconceito no cotidiano, apontam pesquisas realizadas no ambiente escolar, e demonstram como os professores lidam com situações racistas na escola. Eis um dos casos destacados pelos autores:

Verifiquemos mais um exemplo, de outra professora, querendo mostrar à pesquisadora (CAVALLEIRO, 1998) como lida com as histórias infantis, e quanto suas relações pessoais com crianças negras estão desprovidas de preconceito: Nas próprias histórias infantis existe aquela história da madrasta, da bruxa. Em relação a uma coisa má e a uma coisa boa. Então, a gente pode aproveitar a raça nesse sentido. Porque, às vezes, uma pessoa, por exemplo, é preta e tem a alma branca. As pessoas também são diferentes, podem ser negras (ou) da raça branca, mas todas são iguais. São feitas de carne e osso. Porque, às vezes, uma pessoa, por exemplo, é preta e tem a alma branca. E a branca pode ter a alma preta (FERREIRA; CAMARGO, p. 129).

Infelizmente, situações de uma extrema confusão, como essa, são bastante comuns no cotidiano escolar. As características físicas comuns à população negra são geralmente ligadas a concepções morais inferiores, bem como à ideia de feiura, sujeira e pobreza. Tais estereótipos são reforçados principalmente pela mídia na TV ou *internet*. O ensino de História da África e da cultura afro-brasileira tem, portanto, papel fundamental na desconstrução de todos estes tipos de estereótipos.

Trabalhos desenvolvidos nas escolas de educação básica, amparados pelas políticas públicas de afirmação e de promoção da diversidade das relações étnico-raciais, têm contribuído nos últimos anos para questionar esses estereótipos, ainda que de forma mínima até então. A naturalização do racismo ainda se mostra muito presente no cotidiano e se torna pauta de discussões dentro e fora da escola, em debates sobre “cabelo ruim”, piadas de cunho racista, imagens que reforçam o estereótipo de pobreza, do papel do negro na TV brasileira, entre outras discussões.

CONCLUSÕES

Obviamente ainda é necessário avançar nas discussões sobre o tema, mas devemos considerar que as práticas para transpor as barreiras e o preconceito quanto à aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, aos materiais fornecidos pelo MEC e às formações de professores em ensino de História da África e cultura afro-brasileira devem ser cotidianas dentro e fora da escola, a fim de que o mais breve possível se possa impedir a proliferação dos preconceitos de raça ao menos no meio educacional.

⁹ MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. SOUZA, Ana Lúcia. Ensino Médio. In: BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. SANTANA, Patrícia Iaria de Souza. Educação Infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília SECAD, 2006.

¹⁰ FERREIRA, Ricardo F.; CAMARGO, Amilton C. A naturalização do preconceito na formação da identidade do afro-descendente. *EccoS Rev. Cient.*, UNINOVE, São Paulo: (n. 1, v. 3): 75-92.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Acesso em 10 de Jan. 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.
- FERREIRA, Ricardo F.; CAMARGO, Amilton C. A naturalização do preconceito na formação da identidade do afro-descendente. *EccoS Rev. Cient.*, UNINOVE, São Paulo: (n. 1, v. 3): 75-92.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. Das resistências ao ensino escolar de História da África: Algumas considerações. *História & Ensino*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 83-100, jan./jun. 2014
- LIMA, I. M. Ensino de história da África no Brasil: caminhos e descaminhos de uma luta contra o racismo velado. *Revista Novas Idéias*. Recife, v.1, n.1, jan/jun de 2008, p. 53-74.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. Ed. Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 1998.

GT 10: HISTÓRIA, MIGRAÇÃO E TRABALHADORES

“OS SAMANGOLÉS”: UMA COLÔNIA DE AFRICANOS NO CEARÁ (SÉC. XIX).

Jofre Teófilo Vieira, estudante do Doutorado em História Social – UFC, bolsista do PNAP,
professor da Educação Básica do Estado do Ceará
Email: aramisjf@yahoo.com.br

RESUMO

No dia 19 de agosto de 1853, foi publicada no jornal *O Cearense* uma nota que chamava a atenção dos leitores e do governo provincial para a existência, nos subúrbios da cidade de Fortaleza, de um “foco de immoralidade de todo gênero”. A nota referia-se a uma colônia africana de “samangolés”. Segundo aquela nota, estes africanos foram apreendidos em 1835 e distribuídos por engajamento a diversos particulares. Quem eram estes africanos a quem chamavam de “samangolés”? Qual a história da apreensão de 1835? A diáspora africana para o Brasil, ou seja, a migração forçada de milhares de homens, mulheres e crianças, produziu um profundo impacto nas relações sociais do país, principalmente a partir do século XIX (devido ao crescimento vertiginoso do tráfico de africanos escravizados), pelas inúmeras possibilidades de arranjos sociais criadas. Neste sentido, busca-se compreender quem eram esses africanos e analisar as suas múltiplas experiências no Ceará do século XIX, para que se possa entender as suas influências na população negra do Ceará.

Palavras-chave: Africanos; Trabalhadores; Migração; Ceará.

INTRODUÇÃO



No dia 19 de agosto de 1853, foi publicado no jornal "O Cearense", uma nota que chamava a atenção dos leitores e do governo provincial para a existência, nos subúrbios da cidade de Fortaleza, de um "foco de immoralidade de todo genero" (O CEARENSE, 19/08/1853, p.01). A nota referia-se a uma colônia africana de "samangolés". Segundo o jornal, estes africanos foram apreendidos em 1835, e distribuídos por engajamento a diversos particulares. Quem eram estes africanos a quem chamavam de "samangolés"?

As análises realizadas na documentação produzida pelo governo da província do Ceará permitiram descobrir que, em 11 de setembro de 1835, na barra do rio Ceará, atracaram duas embarcações com um carregamento de 167 africanos, os quais foram transportados da África para o Brasil durante o período ilegal do tráfico de escravos. Devido à ilegalidade de sua condição, eles foram "apreendidos" pelas autoridades cearenses - que, logo após tomarem o devido conhecimento dos fatos e da "situação peculiar" dos sujeitos ali transportados (não eram considerados escravos, mas também não poderiam ser "livres"), resolveu rapidamente distribuí-los entre o governo e algumas casas particulares, cujos donos eram dotados de "espírito filantrópico".

O objetivo do estudo é compreender quem eram esses africanos em uma inusitada situação no território cearense e analisar as suas múltiplas experiências no Ceará do século XIX, para que se possa entender as suas influências na formação da população negra do estado.

METODOLOGIA

O corpus documental utilizado se constitui de documentos oficiais ligados à administração provincial do Ceará, de correspondências ministeriais, de registros policiais, de jornais do Ceará e do Rio de Janeiro, de registros de óbitos, batismos e casamentos, além de dados estatísticos do governo brasileiro, abrangendo o período de 1831 a 1864.

No Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) encontram-se: as correspondências (expedidas e recebidas) dos presidentes das províncias, que estão em duas séries distintas (Correspondências Expedidas e Ministérios) e os registros da secretaria de polícia. Por último, os relatórios dos presidentes da província do Ceará que foram pesquisados na internet, mas que estão microfilmados na Biblioteca Pública Governador Meneses Pimentel (BPGMP) e na Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Um aspecto geral dessa documentação diz respeito ao seu caráter regulador, evidenciando o controle exercido pelo governo em várias dimensões da vida dos africanos livres e da população em geral, o que possibilita um olhar sobre as diversas situações cotidianas. Já os registros policiais abrem a possibilidade de se adentrar ainda mais no universo das relações cotidianas, explicitando disputas, mas também revelando o interior de casas, o burburinho das ruas e becos, enfim, trazem em suas páginas personagens que outrora haviam sido esquecidos, ou como afirmou João José Reis, "*a história dos dominados vem à tona pela pena dos escrivães da polícia*" (REIS, 2003).

As fontes da imprensa periódica são do Ceará e de Pernambuco. Localizadas na BPGMP e na FBN, os jornais cearenses utilizados são: *Correo da Assembleia Provincial*; *O Cearense*, *Pedro II*, *o Juiz do Povo* e *o Libertador*. Enquanto que, de Pernambuco, o *Diário de Pernambuco*. Nestes jornais, em especial, *O Cearense* e *Pedro II*, está sendo possível colher diversas informações a respeito dos africanos livres, das formas de recrutamento da sua mão de obra para os mais diversos serviços na província do Ceará, de casos de redução de pessoas livres à escravidão e do tráfico africano ilegal na província.

No Arquivo da Arquidiocese da Paróquia de São José (Sé) de Fortaleza, estão sendo coletados registros de óbitos, batismos e casamentos dos africanos livres. Nesta documentação, riquíssima, ainda é possível encontrar diversos registros ligados à população negra livre de Fortaleza, como também do Ceará, já que ali estão contidos registros também de outras localidades.

No Rio de Janeiro, foram localizadas fontes no Arquivo Nacional (AN) e no Instituto Geográfico Brasileiro (IHGB). As fontes no AN estão ligadas à correspondência do governo provincial



do Ceará ao Ministério da Justiça. Já as do IHGB são extratos de documentos da correspondência do governo cearense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presidente da província, José Martiniano de Alencar, em ofício de 1º de outubro de 1835, ao ministério da justiça, argumentou que cuidar de todos os africanos resgatados causava sérios prejuízos à fazenda pública e que os mesmos estavam a ponto de morrer “apinhados”. Diante dessa situação, decidiu os “habilitar em cazas particulares”, contando com a “filantropia e caridade” dos cidadãos de Fortaleza, mas antes escolheu “trinta dos mais robustos para se ocuparem nas Obras Publicas” (APEC, nº 30, fl. 21).

Todos os africanos livres, como foram chamados os resgatados do tráfico após a Lei de 07 de novembro de 1831 (BRASIL, 1831), sob os cuidados do governo, tiveram seus serviços utilizados nas obras públicas, que eram serviços pesados e em sua maior parte executados em locais insalubres, por isso, preteridos pelos homens realmente livres. O relatório do presidente Francisco de Sousa Martins, de 1º de agosto de 1840, explicita bem isso:

Redusido o numero dos Africanos livres empregados nas obras publicas, elles tem sido occupados na quelles (sic) serviços, que mais urgentes parecerão. No principio do anno estiverão elles trabalhando nos reparos da Fortaleza de N. Senhora d’Assumpção, [...] Forão depois empregados no concerto da Cacimba do povo, que foi esgotada, limpa, e concertada a bomba antiga, collocando-se mais outra nova, para auxiliar o serviço da primeira [...] (FBN, p.15).

Se um pequeno grupo ficou a cargo do Estado, a maior parte teve seu período de “aprendizagem” (adaptação ao trabalho e à liberdade) nas mãos de particulares. As arrematações eram feitas a partir de contratos perante o juiz, segundo os quais os arrematantes se comprometiam com o sustento, o vestuário, o tratamento de doenças e o pagamento de um “módico salário” em troca dos serviços dos africanos.

Em 1865, a pedido do ministério da justiça, o governo do Ceará elaborou um *mapa demonstrativo das pessoas que arremataram os serviços dos africanos na província do Ceará* (FBN, 1865), desde a primeira arrematação, realizada em 13 de setembro de 1835, até 24 de setembro de 1864, data do *Decreto 3310*, que emancipava todos os africanos livres do império brasileiro (BRASIL, 1864). No mapa, é possível verificar: os nomes dos arrematantes e a cidade que residiam; o nome dos africanos e suas idades; o salário a ser pago anualmente; além de observações, que indicavam se tinham filhos, se mudaram de arrematante, a que tipo de serviço foram destinados, se faleceram ou se apresentavam alguma enfermidade.

A partir do mapa foi possível perceber que os arrematantes estavam espalhados entre 10 municípios da província. Fortaleza teve o maior número de africanos, 95 de um total de 114 distribuídos, correspondendo a 83,33%. Em segundo lugar, com 04 africanos cada, ficaram empatados Baturité e Messejana (3,50%). Em terceiro, Imperatriz, com 03 (2,63%). No quarto, Cascavel e Crato, ambos com 02 (1,75%). Por último, Aracati, Aquiraz, Cahuype e Maranguape, todos com 01 (0,87%).

Ainda segundo o mapa de 1865: Joanna, de 24 anos, teve seus serviços arrematados por Francisca de Castro e Silva, de Fortaleza, a \$12000 anuais, além disso, constava que tinha um filho de cinco meses que corria perigo de vida; Domingos, foi empregado no serviço de casa e sítio de Angelo Bevilaqua, na cidade (Fortaleza), recebendo \$20000 anuais, enquanto que Marianna, também foi para o serviço de casa, mas de Caetano José Dutra, em Fortaleza, recebendo \$24000 anuais. Por ter um filho, Firmino, de 10 meses, registrado em 18 de setembro de 1841, passou a receber \$16000. Em 22 de setembro de 1847, o arrematante de Mariana apresentava ao curador dos africanos livres a filha desta, de três para quatro anos, enquanto que “diz que morreu o primeiro filho, mas não justificou”.



Outra Marianna, de 16 anos, foi arrematada por Antonio Nunes de Melo Junior, residente na capital, apesar de ser “aleijada”, talvez por isso não tenha sido registrado o “módico salário” (FBN, 1865).

Apesar dos contratos firmados perante o juiz, foram localizados diversos registros de reclamações e cobranças dos curadores e dos juízes municipais, a respeito da falta de pagamento dos salários por parte dos arrematantes (PEDRO II, 27/07/1850, p.2). A par da sua condição de pessoas livres, os africanos ousaram intervir nas relações de serviços prestados aos arrematantes.

Fugirão do abaixo assignado dous africanos livres um de nome Lourenço, idade 25 annos, baixo, cheio do corpo, cara redonda, nariz chato, beiços grossos, pés e mãos grandes, leva consigo tres camizas, e tres ceroulas; outra de nome Anna de idade 30 annos pouco mais ou menos cara redonda, nariz pequeno, beiços regulares, pés e mãos pequenas; roga-se a quem os capturar q' os leve ao Sr. Juiz de Orfãos visto já estar ciente da fuga, ou do abaixo assignado, que recompensará generosamente a quem os apprehender (O CEARENSE, 12/07/1847, p. 04).

Os anúncios de fugas colocam em evidência um ponto crucial: a resistência dos africanos livres às arrematações. É importante frisar que estes sujeitos não assistiram a tudo calados e passivos. Nas relações cotidianas entre eles e os arrematantes de seus serviços, muitos não aceitaram as péssimas condições impostas e, como livres, se sentiram no pleno direito de dizer não e abandonar seus locatários.

CONCLUSÕES

A nota publicada em 19 de agosto de 1853, intitulada "os samangóles", se reveste de fundamental importância para compreender a experiência desses africanos na "província alencarina". A resistência dos africanos livres às condições semelhantes dadas aos escravos foi vista, por muitos, de maneira negativa, denominando suas formas de tentar "viver sobre si" como "ociosas" ou até mesmo como "criminosas". Ainda segundo a nota, que não foi assinada, a solução seria: "que o governo os mandasse para o Rio, ou para d'ahi serem reexportados a Costa d'Africa" (O CEARENSE, 19/08/1853, p.01).

Na contramão do que expôs a nota, a visão de que os africanos eram vadios e criminosos, a investigação revelou que foram poucos os registros deles na polícia como "criminosos". Desta forma, a fuga e o abandono da casa dos locatários, ao invés de ser entendida como fuga ao trabalho e vadiagem, na verdade, representou a grande forma de resistir desses sujeitos no Ceará, ainda que não haja sido as únicas encontradas. Foi possível identificar ainda: o andar fora de horas pelas ruas, a embriaguez e a constituição de família. Porque, para os "samangolés", tudo isso representava formas de lutar por sua liberdade. Liberdade, ainda que precária.

FONTES CONSULTADAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). *Livro de Registro da Correspondência da Presidência da Província do Ceará dirigida ao Ministério da Justiça*, 1835-1843, Livro nº 30.

_____. *Livro de Registro da Correspondência da Presidência da Província do Ceará dirigida aos Juizes de Direito, Juizes Municipais, Juizes de Paz e Câmaras*, 1835-1836, Livro nº 29.

BRASIL. Alvará de 26 de janeiro de 1818. *Estabelece penas para os que fizerem comércio proibido de escravos*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-39266-26-janeiro-1818-569131-publicacaooriginal-92391-pe.html>. Acessado em 02 de Abr. 2014.

_____. Lei de 07 de novembro de 1831. *Declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acessado em 02 de Abr. de 2014.



_____. Decreto 3310, de 24 de setembro de 1864, *Concede emancipação a todos os Africanos livres existentes no Império*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3310-24-setembro-1864-555076-publicacaooriginal-74160-pe.html>. Acessado em 02 de Abr. de 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). Setor de microfimes. Relatórios dos presidentes da província do Ceará, 1836-1884.

_____. Setor de Microfilmes. *O Cearense*, Fortaleza (CE), 1846-1870.

_____. Setor de Microfilmes. *Pedro II*, Fortaleza (CE), 1840-1870.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência escrava entre os africanos livres. In: Revista Afro-Ásia, nº 24, Centro de Estudos Afro-Orientais, FFCH / UFBA, 2000.

_____. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Waterloo: University of Waterloo, PhD, History, 2002.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROBERT, Conrad. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp – Cecult, 2000.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da Resistência – discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA DIÁSPORA AFRICANA DE ESTUDANTES ORIUNDOS DE GUINÉ-BISSAU EM FORTALEZA-CE-2015

Francisco Felipe Peixoto, estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades - UNILAB

Email: peixototgp@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza - UNILAB

Email: edsonholanda@unilab.edu.br

RESUMO

A pesquisa objetiva conhecer as condições de formação e trabalho de estudantes oriundos de Guiné-Bissau que migraram recentemente para Fortaleza. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa, para a qual utilizou-se de recursos interdisciplinares, primando pela oralidade, através de entrevistas nas quais registraram-se aspectos da vida cotidiana e das expectativas em torno da formação desses estudantes. A partir de 2009, por ocasião de parceria entre o governo do Brasil e de Guiné-Bissau, estes estudantes vêm mais fortemente migrando para o Ceará, visando uma formação superior ou técnica, que lhes permita voltar ao seu país em melhores condições de serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Vislumbram a possibilidade de estudar no Brasil em escolas técnicas e em faculdades, que lhes prometem estágios remunerados, que não se concretizam na prática. Entre 2009 e 2011, centenas de estudantes desembarcaram em Fortaleza e, em 2012, uma crise política afetou Guiné-Bissau, culminando em um golpe de estado. As famílias dos estudantes ficaram impossibilitadas de enviarem dinheiro aos seus filhos, fato que gerou a inadimplência dos estudantes com as faculdades, deixando os migrantes impossibilitados de receberem declarações estudantis, perdendo a condição de estudantes e o visto, o que implicava em risco de extradição. Sem dinheiro para manterem-se e pagar as mensalidades, procuraram inserir-se no mercado informal de trabalho, já que só poderiam trabalhar



em regime de estágio em áreas afins aos seus cursos. A relevância do tema para a área consubstancia-se à medida que fomenta uma reflexão acerca da diáspora africana de estudantes na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Estudantes; Diáspora; Trabalho; Educação

INTRODUÇÃO

Atualmente, percebeu-se uma mudança substancial na paisagem da cidade de Fortaleza, que tem cada vez mais contado com a presença de vendedores negros africanos, principalmente nas lojas de artigos importados. Sabe-se que estes jovens vêm ao Brasil para estudar, em busca de formação superior ou em cursos técnicos, algo que em seus países é mais difícil.

Dados da Divisão do Controle de Imigração da Polícia Federal no Ceará apontam que, de 2010 a 2014, cerca de 3680 estudantes africanos desembarcaram no Ceará, tendo como origem Angola (11), Cabo Verde (2376), Guiné-Bissau (1133) e São Tomé e Príncipe (160), países que compõem a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Esses estudam e vivem em Fortaleza, sendo os oriundos de Guiné-Bissau, juntamente com os de Cabo Verde, a grande maioria. O número expressivo de guineenses se deve, segundo as nossas hipóteses, às condições econômicas, sociais e políticas vividas naquele país.

Abaixo, trazemos um quadro com o número estimado de estudantes africanos residentes no Ceará:

Estrangeiros classificados como temporários, com registros de residência no estado do Ceará:

NACIONALIDADE	TODO ESTADO	FORTALEZA	TOTAL
CABO VERDE	653	554	653
GUINE BISSAU	1105	708	1105
SÃO TOME E PRINCIPE	142	77	142
ANGOLA	128	58	128
MOÇAMBIQUE	56	56	56

Fonte: Delegacia de Polícia de Imigração/CE, em 23 de Jul. 2015.

O convênio de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau existe, na verdade, desde 1964, e foi criado com a perspectiva de melhorar as relações políticas e comerciais entre os países, além de promover reparação aos muitos anos de escravização dos povos da África. De 1964 até 2002, a grande maioria de estudantes migrantes de Guiné Bissau vinha estudar em instituições públicas federais. A partir de 2008, diversas faculdades particulares começaram a fazer divulgação de seus serviços nos países africanos que têm o português como língua oficial, colocando a possibilidade para centenas de jovens se tornarem estudantes universitários no Brasil.

A Universidade Federal do Ceará - UFC foi a primeira universidade do Ceará a receber jovens imigrantes africanos, o que causou, em princípio, um estranhamento, tanto entre acadêmicos como na população local, pois a “diferença” de cor da pele é inegavelmente um estigma em nossa sociedade, onde o ser negro está associado à criminalidade. Não são poucas as vezes em que, de fato, os negros são confundidos com bandidos, sendo sempre os primeiros suspeitos para crimes de toda natureza.

Os estudantes de Guiné-Bissau, objeto da pesquisa, afirmam que foram vítimas de propaganda enganosa por parte das faculdades privadas, com a propaganda “Seja universitário no Brasil”. Essas faculdades anunciavam um baixo custo de vida e prometiam estágio remunerado aos estudantes, o que - na prática - se mostrou falso.

Veja-se o material publicitário abaixo:



SEJA UNIVERSITÁRIO NO BRASIL
INVESTIMENTO A PARTIR DE 40.000 CFA*

FACULDADE EVOLUÇÃO
FATENE
2009.1

Inscrições abertas
Vestibular
Em BISSAU

Inscrição
13.000 CFA

Graduação + Pós-graduação e preparação para certificação profissional

Enfermagem
Graduação - Bacharelado: Habilita a assumir competência técnica e política para o exercício da enfermagem nos serviços de saúde e a executar ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação e a ter capacidade de inserir-se em equipes multiprofissionais, desenvolvendo trabalho coletivo. Carga horária: 4.110 horas.

Serviço Social
Graduação - Bacharelado: Habilita a atuar no trato da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Carga horária: 3.120 horas.

Educação Física
Graduação - Licenciatura plena: Habilita (como professor) para atuação no ambiente escolar nos diversos graus de ensino, podendo dar aulas da Educação Infantil até o Ensino pré-universitário, para portadores de necessidades especiais, e prevê habilidades que permitem desempenhar funções administrativas e técnico-pedagógicas. Gera competência acadêmica para produzir e socializar conhecimentos e para dar continuidade aos estudos em diversos ramos da especialização profissional. Carga horária: 3.175 horas.

Guiné-Bissau vive desde 1980 um clima de instabilidade política, com golpes de estado, conflitos armados, perseguição a opositores, assassinatos, tendo a democracia sofrido diversos retrocessos durante essas três décadas, não tendo nenhum presidente eleito concluído o mandato até então. Em 2012, o país sofreu outro golpe militar, que acarretou grandes consequências para os estudantes. Por ocasião deste golpe e da crise econômica gerada pelo mesmo, muitas das famílias dos estudantes guineenses que aqui estavam se viram impedidas de enviar dinheiro para estes pagarem as suas mensalidades, gerando atraso nas parcelas e ameaçando a permanência de centenas de estudantes no Ceará - pois que, não tendo o visto de estudantes, perderiam o direito de permanecer no país.

Este estudo tem como objetivo refletir acerca da realidade vivenciada em torno do trabalho e da educação na diáspora africana de estudantes oriundos de Guiné-Bissau em Fortaleza-Ceará, e justifica-se na medida em que possibilita uma reflexão acerca de como vivem, estudam e trabalham esses estudantes na capital cearense, uma vez que esta migração tem sido uma realidade crescente no cotidiano da cidade.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa baseia-se em recursos interdisciplinares, que primam pelo cruzamento de fontes escritas (jornais, documentos da Polícia Federal, material de propaganda) e o estudo da oralidade, bem como através de 5 relatos de estudantes, colhidos em forma de entrevistas que apontam aspectos da vida cotidiana e expectativas em torno da formação desses estudantes.

Ancora-se ainda em artigos apresentadas por Alessandro Portelli Portelli (1997) para o trabalho de construção e interpretação de fontes orais, e por Carlo Ginzburg (1989) para uma abordagem qualitativa e analítica em fontes orais e escritas, que a esse respeito nos diz que:

A importância do testemunho oral pode-se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do ceticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância (PORTELLI, 1997).



Buscamos investigar as múltiplas narrativas possíveis com a análise de fontes orais e escritas, destacando as informações coletadas através de entrevistas com estudantes de Guiné-Bissau que estudam em faculdades particulares em Fortaleza/CE.

RESULTADOS

Devido às dificuldades econômicas encontradas pelos estudantes guineenses, os resultados preliminares da investigação apontam para uma alta incidência por parte desses estudantes inseridos no mercado informal de trabalho, uma vez que os mesmos têm dificuldade para manterem-se - dado o alto custo de vida e por encontram-se sem contar com os recursos que anteriormente lhes eram enviados pelas suas famílias. Percebemos que muitos estudantes trabalham, embora o convênio com eles firmado para estudarem no Brasil não lhes permita oficialmente que trabalhem.

Nesta perspectiva, traçamos um breve perfil de 03 dos 05 entrevistados e das condições em que estas entrevistas ocorreram, através de suas narrativas. A primeira destas deu-se com o Carlos, codinome que utilizei para facilitar/conseguir as entrevistas e preservar a identidade, a intimidade do entrevistado, assim como nas demais que se seguem.

Antes da entrevista com o primeiro, foram vários contatos, estive em sua casa pelo menos quatro vezes. Seu ingresso em Fortaleza deu-se após várias tentativas, finalmente conseguiu matricular-se no Brasil. Chegando a Fortaleza no dia 26 de junho de 2011, com a mala carregada de esperanças e sonhos, deixando em Guiné-Bissau os pais e quatro irmãos.

No aeroporto já o esperavam outros dois estudantes Guineenses, com os quais foi morar em uma favela localizada na região central de Fortaleza, aonde mais tarde vieram morar ele e mais outros três guineenses. Uma semana depois, já conseguiu o primeiro emprego, foi trabalhar na construção civil, e oito meses depois, com o fim da obra, foi mandado embora. Como não tinha carteira assinada, teve seus direitos negados, sem ter a quem reclamar, e nada recebeu.

Academicamente, matriculou-se na escola de Ensino Profissionalizante IASOCIAL (Instituto de Assistência Social), no curso de técnico em enfermagem, por um ano. Chegou a fazer estágio, mas, no retorno às aulas, não conseguiu se adaptar, haja vista que o preconceito na sala de aula o deixou desanimado. Em um segundo momento tentou fazer o curso superior em enfermagem na FAMETRO (Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza), não conseguiu passar no vestibular, foi então fazer o curso superior de Recursos Humanos no CETREDE (Centro de Treinamento e Desenvolvimento), que mantém convênio com a UVA (Universidade Vale do Acaraú). Lá foi bem diferente do IASOCIAL, pois que foi bem recebido pelos colegas, e teve uma boa sensação da turma. Concluiu o curso este ano, atualmente trabalha em uma empresa da construção civil como pedreiro, exibe com orgulho o pedido de visto permanente.

O segundo entrevistado foi o estudante guineense Manuel, chegou a Fortaleza em 2011. Manuel começou falando de como se deu a escolha do curso e da faculdade, disse que a propaganda chamou a atenção da mãe, que o incentivou e juntos direcionaram-se para a aventura acadêmica no Brasil. Manuel destaca que o Brasil divulgado pelas novelas e programas policiais é bem diferente da realidade. As notícias da violência veiculada na TV sempre preocuparam. Ele estranhou bastante o hábito de ter que manter as portas fechadas, de não poder ficar na rua até tarde, de não poder andar com objetos de valor sem o risco de ser assaltado. Mas o que mais o deixou chocado foi a falta de respeito com os mais velhos, pois no continente africano eles são tratados com muito respeito. Outro fato que chamou sua atenção foi a indiferença como alguns brasileiros se comportam, hoje falam contigo, amanhã passam e nem te cumprimentam.

O primeiro contato com a faculdade foi difícil, apesar de Guiné-Bissau ter a língua portuguesa como língua oficial, ele teve dificuldade de adaptação com o português do Brasil. O uso de gírias dificultava a comunicação e a compreensão das aulas e dos conteúdos, pois os professores também falavam um português que ele não estava acostumado. Manuel buscou na leitura subsídios para superar



essa dificuldade, quando tinha dúvidas não hesitava em procurar ajuda de colegas e professores brasileiros, a adaptação veio a acontecer apenas no segundo semestre. Vale destacar que em relação aos colegas de sala não houve nenhum problema relacionado a preconceito ou xenofobia, houve uma boa convivência. Sobre sua inserção no mercado de trabalho, o primeiro trabalho foi informal, ele conseguiu por indicação de um colega da faculdade, era para distribuir panfletos. A rotina de acordar cedo, o sol quente e o cansaço o fizeram desistir 03 (três) meses depois. O trabalho proporcionou-lhe, contudo, conhecer diversos bairros de Fortaleza, mas também o estava prejudicando em seu desempenho acadêmico.

O segundo trabalho, também informal, veio também por indicação de colegas, neste demorou um pouco mais, foi 1 (um) ano e 3 (três) meses, sob a gerência de um proprietário e mais 08 meses com outro dono, para quem a empresa foi vendida. Lá trabalhavam, além dele, mais 05 estudantes guineenses - todos sem carteira assinada. Ao serem demitidos, tiveram que recorrer à ajuda de advogados, para que pudessem receber indenizações pelo tempo de trabalho avulso, pois que tentaram lhes pagar apenas o salário do mês.

O terceiro trabalho foi em uma empresa que vende tecidos para sofás, neste demorou 02 (dois) anos. Deste trabalho, Manuel fala com muita alegria, tinha carteira assinada, era bem tratado pelos colegas e pelo proprietário. Além de vendedor, ajudava no suporte de informática e fazia às vezes de auxiliar financeiro, sendo muitas vezes encarregado de altas quantias para depositar nos bancos. Mas a sua principal atividade era a de vendas, que exercia com muita dedicação, se destacando bastante. Saiu em maio de 2015, precisou pedir as contas, pois o horário da faculdade tornou-se incompatível com o trabalho. A empresa tentou convencê-lo a não sair, mas a vontade de tentar um mestrado e prosseguir com os estudos falou mais alto.

A terceira entrevista se deu com Fernando, que mora em um apartamento no centro de Fortaleza, o irmão acabou indo estudar relações internacionais na França, desde então ele divide o lugar com mais dois estudantes guineenses. Conta que, no começo, estranhou a comida, enjoava a farinha, e também a mistura do feijão com o arroz, a transformar-se no famoso “baião de dois”. Tudo muito novo para ele nessa nova cultura, já o irmão adaptou-se rápido, adorava comer fora de casa, ele aos poucos foi se acostumando, a correria do dia-a-dia o forçou a fazer cada vez mais refeições fora. Hoje se encontra adaptado, mas às vezes cozinha em casa para matar a saudade ou vai ao encontro com os amigos em bares e pontos de encontro na cidade.

A escolha da faculdade FATENE e de Fortaleza foi feita pela irmã, o custo de vida pesou bastante na escolha, o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas não agradou a Fernando, sua vocação era mesmo a área de saúde. Seis meses depois mudou de curso e de faculdade, mesmo enfrentando a resistência da faculdade. Foi cursar Gestão Hospitalar na FATECI. Terminou o curso em 2010, e agora está cursando Especialização em Saúde Pública da Família.

Fernando relata que ficou surpreso com o tratamento dado aos estudantes guineenses na FATENE, disse que os valores das mensalidades não correspondiam com o valor divulgado em Bissau, chegando a acontecer de os estudantes guineenses receberem dois boletos de pagamento no mesmo mês. Como explicar isso para os pais? O fato gerou um descontentamento entre os mesmos, tentou fazer uma reunião com os colegas, mas não conseguiu, pois alguns temiam retaliações. Outro fato que o deixou bastante incomodado foram as recomendações da faculdade EVOLUÇÃO para com os estrangeiros relativas à higiene, tais como tomar banho, escovar os dentes, usar desodorante, perfume, entre outras.

Sobre a educação em Guiné-Bissau e no Brasil, ele acredita que os guineenses são mais esforçados que os brasileiros, reclama da pouca atenção dada ao conhecimento da própria história em Guiné-Bissau, sendo priorizado no currículo outros conhecimentos, chegando os guineenses a conhecerem melhor o mundo do que a própria Guiné-Bissau. Já os brasileiros, por sua vez, têm uma



visão distorcida do continente africano, achando tratar-se a África de um país, quando na verdade se trata de um imenso continente com 54 países.

Fernando teve um único trabalho desde que chegou trazido por um amigo, aprendeu rápido o ofício de soldador. O trabalho informal, no entanto, durou pouco, pois não aceitou a imposição para trabalhar um sábado. Foi, por isso, dispensado. Na segunda-feira, o amigo insistiu para que ele voltasse. Não voltou. Desde então, suas energias estão voltadas para o movimento pastoral e para o trabalho social na prevenção do uso de drogas por jovens e adolescentes.

Ante o exposto, percebe-se que o processo de aquisição acadêmica e de trabalho tem evidenciado uma diáspora de estudantes africanos, principalmente entre os guineenses, na cidade de Fortaleza, e que este processo tem tendências de aumento de fluxo, mesmo diante de tantas barreiras econômicas, geográficas, culturais e raciais.

REFERÊNCIAS

- CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). Revista online da Biblioteca Prof. Joel Martins. vol. 2, nº 4, 2000, p.1-19
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 143-179.
- LAVAL, Christian. *A escola não é mercadoria: O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Ed. Planta. 2004.
- MELQUIADIAS, Junior. *Travessia da cor*. Diário do Nordeste. Fortaleza-CE. 29 de Abr. 2014.
- _____. *Travessia da cor*. Diário do Nordeste. Fortaleza-CE. 30 de Abr. 2014.
- _____. *Travessia da cor*. Diário do Nordeste. Fortaleza-CE. 01 de Mai. 2014.
- _____. *Travessia da cor*. Diário do Nordeste. Fortaleza-Ce. 02 de Mai. 2014.
- PERREIRA, Gino. Associação dos Estudantes Africanos no Ceará. Dieese. Boletim *Os negros no trabalho*. Biênio 2011-2012. Fortaleza- CE.
- PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral*. A pesquisa como experimento em igualdade. Projeto História. V.14, 1997, p.32.



ANEXOS: IMAGENS



Realização do credenciamento pelos alunos integrantes do Grupo África-Brasil, Redenção, Campus de Liberdade 17 de setembro de 2015.



Mesa de abertura: Zelma Madeira (Sppir-Ceará), Irmã Eleia (Organização), Maurílio Machado (Diretor do IHL), Bas Ílele (Organização), Jacqueline Freire (Coord. Grupo ELOSS) – Redenção, Campus da Liberdade, 17 de setembro de 2015.



Participantes, estudantes, ativistas sociais – Redenção, Campus da Liberdade, 17 de setembro de 2015.



Mesa Redonda Direitos Humanos, Mobilidade, Refúgio e Tráfico de Pessoas: Cleyton Borges (UNEAFFRO-SP), Livia Xeres (NETP/SEJUS), Ricardino Teixeira (Mediador/ IHL), Paulo Parise (Missão Paz-SP) – Redenção, Campus da Liberdade, 18 de setembro de 2015.



Mesa Redonda Mobilidade Humana na contemporaneidade: Carlos Henrique (Docente UNILAB), Irmã Rosita Milesi (IMDH), Paulo Parise (Missão Paz/SP) e Paulo (Estudante/UNILAB) – Redenção, Campus da Liberdade, 17 de setembro de 2015.



Mesa Redonda Diáspora africana na era da globalização e mobilidade humana: Brasil, Ceará e Unilab: Franck Ribard (UFC), Ercílio Langa (UFC), Germana de Oliveira Moraes (Mediadora/UFC) e Jacqueline Freire (UNILAB) – Redenção, Campus da Liberdade, 17 de setembro de 2015.